

GIOVANE SILVEIRA DA SILVEIRA

**FUNDESCOLA I E II:
A ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO EM
MATO GROSSO DO SUL – 1998 / 2004.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – CURSO DE MESTRADO
CAMPO GRANDE – MS
2006**

GIOVANE SILVEIRA DA SILVEIRA

**FUNDESCOLA I E II:
A ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO EM
MATO GROSSO DO SUL – 1998 / 2004.**

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Professora Dr^a Élcia Esnarriaga de Arruda.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – CURSO DE MESTRADO
CAMPO GRANDE – MS
2006**

BANCA EXAMINADORA:

Profº Drª Élcia Esnarriaga de Arruda

Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves

Profª Drª Sílvia de Helena Andrade Britto

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a materialização de quatro ações dos Projetos Fundescola I (1998 – 2000) e Fundescola II (1999 – 2004) no Estado de Mato Grosso do Sul. Essas ações são: Projeto de Adequação dos Prédios Escolares, Construção de Escolas, Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada e Equipamento e Mobiliário para Escola Construída. Nesse sentido, busca-se entender como a materialização dessas ações atende ao mercado da indústria da construção e da indústria de móveis. No transcorrer da pesquisa foram analisados os Relatórios do Banco Mundial, nas quais se pode perceber a educação como um setor que recebe volumosos recursos do Banco Mundial, e o Brasil como um dos grandes clientes dessa instituição na década de noventa. Também foram abordadas as distribuições de recursos dos Projetos Fundescola I e II por Estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; assim como o levantamento de dados junto ao FNDE e as empresas fornecedoras de bens e serviços para as referidas ações no Estado de Mato Grosso do Sul. Os dados obtidos contribuem com a tese de que a educação é um meio de aquecer o mercado por meio da produção e circulação de mercadorias.

Palavras – chaves: Banco Mundial, Fundescola, Mercadoria.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the materialization of four actions of the Projeto Fundescola I (1998 - 2000) and Fundescola II (1999 - 2004) in the State of Mato Grosso do Sul. Those actions are: Project of Adaptation of the School Buildings, Construction of Schools, Equipment and Furniture for Appropriate School and Equipment and Furniture for Built School. In that sense it is looked for to understand as the materialization of those actions assists to the market of the industry of the construction and of the industry of pieces of furniture. In elapsing of the research the Reports of the World Bank they were analyzed, where one can notice the education as a section that receives bulky resources of the World Bank and Brazil as one of the great customers of that institution in the decade of 1990. Also the distributions of resources of the Projeto Fundescola I and II were approached by states of the areas North, Northeast and Center-West; as well as the rising of data close to FNDE and the supplying companies of goods and services for referred them actions in the State of Mato Grosso do Sul. The obtained data contribute with the theory that the education is a middle of heating up the market through the production and circulation of goods.

Words - key: World Bank, Fundescola, Merchandise.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – MUNDO: Países Elegíveis somente para tomarem empréstimos do Bird.....	21
Tabela 2 – MUNDO: Países Elegíveis somente para tomarem empréstimos da AID.....	23
Tabela 3 – MUNDO: Países Elegíveis para tomarem empréstimos do Bird e da AID.....	24
Tabela 4 – MUNDO: Percentagem de votos por países e bloco de países para diretores executivos para o Banco Mundial (Bird + AID).....	26
Tabela 5 – MUNDO: Percentual de Recursos do Banco Mundial (Bird e AID) destinados aos países membros, por setor e ano, de 1991 a 1999.....	33
Tabela 6 – MUNDO: Valores correntes (em milhões de dólares) acumulados no período de 1991 a 1999 em projetos por região do mundo.....	35
Tabela 7 – MUNDO: Participação percentual das instituições do Banco Mundial (Bird e AID) no financiamento de projetos de educação no período de 1990 a 1999.....	37
Tabela 8 – MUNDO: Países que tomaram a maior porcentagem de recursos em empréstimos, de 1990 a 1999, do Banco Mundial (Bird mais AID) para o setor educação.....	38
Tabela 9 – MUNDO: Ranking do três primeiros países que tomaram empréstimos para o Setor de Educação do Bird nos anos de 1991, 1993, 1994, 1998 e 1999.....	39
Tabela 10 – BRASIL: Data de aprovação e modalidades de ensino dos projetos de educação para o Brasil de 1971 a 1999.....	40
Tabela 11 – BRASIL: Número de municípios existentes nos Estados e número de municípios atendidos pelo Fundescola I.....	57
Tabela 12 – BRASIL: Número de municípios existentes nos Estados e número de municípios atendidos pelo Fundescola II.....	58
Tabela 13 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Projeto de Aperfeiçoamento dos Prédios Escolares (Pape), ação do Fundescola I em 1998, 1999, e 2000.....	70
Tabela 14 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Projeto de Adequação de Prédios Escolares (Pape), ação do Fundescola II em 1999, 2000, 2001, 2002 e 2004.....	71
Tabela 15 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Projeto de Equipamento e Mobiliário para a Escola Adequada, ação do Fundescola I em 1998, 1999....	72

Tabela 16 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Projeto de Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, ação do Fundescola II em 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.....	72
Tabela 17 – BRASIL: Ranking dos Estados que participaram do Projeto de Construção de Escolas, ação do Fundescola II em 2000 e 2001.....	73
Tabela 18 – BRASIL: Ranking dos Estados que participaram do Projeto de Equipamento/Mobiliário para Escola Construída, ação do Fundescola II em 2000 e 2001.....	74
Tabela 19 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Projeto de Melhoria da Escola (PME), ação do Fundescola I em 1998, 1999 e 2000.....	76
Tabela 20 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Projeto de Melhoria da Escola (PME), ação do Fundescola II em 1999, 2000, 2001, 2002 e 2004.....	76
Tabela 21 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Projeto de Desenvolvimento Institucional, ação do Fundescola I em 1999 e 2000.....	77
Tabela 22 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Projeto de Desenvolvimento Institucional, ação do Fundescola II em 1999, 2000, 2001 e 2002.....	77
Tabela 23 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Projeto de Apoio aos Programas do MEC, ação do Fundescola I em 1999 e 2000.....	78
Tabela 24 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Projeto de Apoio a Programas do MEC, ação do Fundescola II em 2000, 2001 e 2002.....	78
Tabela 25 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Projeto Escola Ativa, ação do Fundescola II em 2000, 2001 e 2004.....	79
Tabela 26 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Plano de Desenvolvimento da Escola, ação do Fundescola II em 2001 e 2002.....	80
Tabela 27 – BRASIL: Ranking dos Estados que receberam recursos do Projeto de Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar), ação do Fundescola II em 2002.....	80
Tabela 28 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola I, Projeto de Adequação dos Prédios Escola (Pape) em 1998 em escolas municipais e estaduais.....	86
Tabela 29 – MS: Metodologia para Estimar o Número de Empregos Gerados na Ação Pape em MS.....	87
Tabela 30 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola, Projeto de Adequação dos Prédios Escola (Pape) em 1999 em escolas municipais e estaduais.....	88
Tabela 31 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola, Projeto de Adequação dos Prédios Escola (Pape) em 2000 em escolas municipais e estaduais.....	90

Tabela 32 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola, Projeto de Adequação dos Prédios Escola (Pape) em 2002 em escolas municipais e estaduais.....	92
Tabela 33 – MS: Geração de empregos, realizadas pela ação Pape segundo informações das construtoras que participaram da ação e de informações do IBGE.....	93
Tabela 34 – MS: Empresas que participaram da ação do Fundescola, Construção de Escolas, em 2001.....	96
Tabela 35 – MS: Municípios e Endereço das Escolas construídas com recursos da ação Construção de Escolas em Mato Grosso do Sul em 2001.....	96
Tabela 36 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola, Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, em 1999 em escolas municipais e estaduais.....	98
Tabela 37 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola, Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, em 2002, em escolas municipais e estaduais.....	99
Tabela 38 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola, Equipamento e Mobiliário para Escola Construída em 2001.....	101
Tabela 39 – Brasil e Região Metropolitana de São Paulo (RMSP): Taxa de desemprego.....	115
Tabela 40 – MS: Plantas Industriais no Estado de Mato Grosso do Sul que contaram com o apoio do Conselho de Desenvolvimento Industrial /CDI – 1999 a 2002.....	116
Tabela 41 – BRASIL: Porcentagem da participação dos setores financiados pelo Bird para o Brasil nos anos de 1971, 1975, 1977, 1980, 1984, 1985, 1987, 1991, 1993, 1994, 1998 e 1999.....	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – BRASIL e MS: Distribuição de Recursos do Projeto Fundescola I e II no que se refere à Contrapartida nacional (PDDE) e as Ações do Fundescola I e II (Recursos do Bird).....	55
Figura 2 – MATO GROSSO DO SUL: Mapa da Divisão Política Administrativa.....	59
Figura 3 – MS: Mapa da Microrregião de Campo Grande.....	59
Figura 4 – MS: Mapa da Microrregião de Dourados.....	59
Figura 5 – BRASIL: Porcentagem das ações do Programa Fundescola I, obtidas pela soma total das ações do ano de 1999 a 2000.....	81
Figura 6 – BRASIL: Porcentagem das ações do Programa Fundescola II, obtidas pela soma total das ações do ano de 1999 a 2004.....	82
Figura 7 – MS: Participação porcentual nos recursos para o Fundescola I, entre suas ações, de 1998 a 2000.....	84
Figura 8 – MS: Participação porcentual nos recursos para o Fundescola II, entre suas ações, de 1999 a 2004.....	85
Figura 9 – MS: Participação porcentual dos recursos do Programa de Adequação dos Prédios Escolares – Pape/Fundescola (recursos originários do empréstimo com o Bird) para o ano de 1999 em relação ao que foi despendido por meio do Estado de Mato Grosso do Sul em Reforma e Adequação dos Prédios Escolares para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul em 1999, em cada município selecionado.....	94
Figura 10 – MS: Participação porcentual dos recursos do Programa de Adequação dos Prédios Escolares – Pape/Fundescola (recursos originários do empréstimo com o Bird) para o ano de 2000 em relação ao que foi despendido por meio do Estado de Mato Grosso do Sul em Reforma e Adequação dos Prédios Escolares para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul em 2000, em cada município selecionado.....	94
Figura 11 – MS: Participação porcentual dos recursos do Programa de Adequação dos Prédios Escolares – Pape/Fundescola (recursos originários do empréstimo com o Bird) para o ano de 2001 em relação ao que foi despendido por meio do Estado de Mato Grosso do Sul em Reforma e Adequação dos Prédios Escolares para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul em 2001.....	95
Figura 12 – MS: Participação porcentual dos recursos da ação Construção de Escolas/Fundescola (recursos originários do empréstimo com o Bird) em relação ao que foi despendido por meio do Estado de Mato Grosso do Sul em Reforma e Adequação dos Prédios Escolares para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul de 1999 a 2004, em cada município selecionado.....	97

Figura 13 – MS: Número de Kits Aluno (Conjunto de Carteira e Cadeira para Aluno) adquiridos por meio da ação de Equipamento/Mobiliário para Escola Adequada/Fundescola (recursos originários do empréstimo com o Bird) para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul nos anos em que ocorre a ação 1998, 1999 e 2002. E a média de Kits Aluno adquiridos pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul nos anos de 2004 e 2005.....100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Componentes do Fundescola I com as respectivas subdivisões.....	60
Quadro 2 – Componentes do Fundescola II com as respectivas subdivisões.....	65
Quadro 3 – Interpretação do Fundescola a partir da Infra e Superestrutura em Marx.....	120

LISTA DE SIGLAS

AID – Associação Internacional de Desenvolvimento

AIF – Asociación Internacional de Fomento

AMGI – Agência Multilateral de Garantias e Investimentos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BIRF – Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento

BNI – Banco Nacional de Itens

CFI – Corporación Financiera Internacional

CIADRI – Centro Internacional de Arreglo de Diferencias Relativas a Inversiones

CICDI – Centro Internacional de Conciliação e Divergência

COEP – Coordenação Estadual Executiva do Projeto

DGP – Direção Geral do Projeto

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola

FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola

GDE – Grupo de Desenvolvimento da Escola

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LSE – Levantamento da Situação Escolar

MEC – Ministério da Educação

MOIP – Manual de Operação e Implementação do Projeto

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMGI – Organismo Multilateral de Garantía de Inversiones

PAPE – Programa de Adequação dos Prédios Escolares

PAZ – Plano de Ação Zonal

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

PME – Plano de Melhoria da Escola

PMFE – Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola

PROFORMAÇÃO – Programa de Formação Continuada

PTA – Plano de Trabalho Anual

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação Educacional

SEE – Secretaria de Estado de Educação

SIED – Sistema de Informações Educacionais Integradas

SME – Secretaria Municipal de Educação

SPA – Sistema de Planejamento de Acompanhamento do Projeto

UE – Unidade Executora

ZAP – Zona de Atendimento Prioritário

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRAT.....	5
LISTA DE TABELAS.....	6
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE QUADROS.....	10
LISTA DE SIGLAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	15
 CAPÍTULO 1 – SOBRE O BANCO MUNDIAL: INSTITUIÇÃO, OPERAÇÕES E RECURSOS.....	 19
1.1 Instituições do Grupo Banco Mundial.....	20
1.1.1 Bird.....	20
1.1.2 AID.....	22
1.1.3 CFI.....	24
1.1.4 AMGI.....	24
1.1.5 CICDI.....	25
1.2 Direção Executiva do Grupo Banco Mundial.....	25
1.3 Operações do Grupo Banco Mundial.....	27
1.3.1 Redução da pobreza e gestão econômica.....	27
1.3.2 Desenvolvimento dos Setores Privado e Financeiro.....	29
1.3.3 Desenvolvimento Ecológico e Socialmente Sustentável.....	30
1.3.4 Desenvolvimento Humano.....	32
1.4 Distribuição dos Recursos do Banco Mundial por Setores e Regiões do Mundo.....	33
1.4.1 Distribuição dos Recursos do Banco Mundial por Setores.....	33
1.4.2 Distribuição dos Recursos do Banco Mundial por Regiões do Mundo.....	35
1.5 Distribuição de recursos para o Setor Educação.....	37
1.6 Os projetos de educação no Brasil co-financiados pelo Bird.....	40
1.7 Características da educação recomendada e financiada pelo Bird na década de 1990.....	41
1.7.1 Educação como Promotora do Crescimento Econômico.....	41
1.7.1.1 A Relação da Educação com a Redução da Pobreza e o Mercado de Trabalho.....	41
1.7.2 Acesso, Equidade e Qualidade na Educação.....	42
1.7.2.1 Acesso na Educação.....	42
1.7.2.2 Equidade na Educação.....	43
1.7.2.3 Qualidade na Educação.....	45
1.7.3 Financiamento Público com meio de alcançar a eficiência e equidade.....	46
1.7.4 Educação Básica.....	49

1.7.4.1 Resultados da Educação Básica.....	50
CAPÍTULO II – O FUNDESCOLA NO BRASIL E EM M.S.....	52
2.1 Sobre o Fundescola.....	53
2.1.1 Panorama Geral.....	53
2.1.2 Sobre as Regiões Atendidas.....	56
2.1.3 Sobre os Componentes do Fundescola I.....	60
2.1.4 Sobre os Componentes do Fundescola II.....	65
2.2 Sobre as ações do Fundescola.....	69
2.2.1 Projeto de Aperfeiçoamento dos Prédios Escolares.....	70
2.2.2 Equipamento/Mobiliário para Escola Adequada.....	71
2.2.3 Construção de Escolas.....	72
2.2.4 Equipamento/Mobiliário para Escola Construída.....	74
2.2.5 Projeto de Melhoria da Escola (PME).....	75
2.2.6 Desenvolvimento Institucional.....	77
2.2.7 Apoio a programas do MEC.....	78
2.2.8 Escola Ativa.....	79
2.2.9 Plano de Desenvolvimento da Escola.....	79
2.2.10 Gestão de Aprendizagem Escolar (Gestar).....	80
2.3 Custo Total das Ações do Fundescola I e II.....	81
2.4 As quatro ações Fundescola, financiadas pelo Bird em Mato Grosso do Sul.....	83
2.4.1 Sobre a participação porcentual das ações do Fundescola I e II em MS.....	83
2.4.2 Programa de Adequação dos Prédios Escolares.....	85
2.4.3 Construção de Escolas.....	95
2.4.4 Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada.....	98
2.4.5 Equipamento e Mobiliário para Escola Construída.....	100
CAPÍTULO III – O BANCO MUNDIAL E A LÓGICA DA MERCADORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	105
3.1 A trajetória do Banco Mundial.....	106
3.1.2 Década de sessenta e setenta: os projetos de ensino profissionalizante e secundário.....	107
3.1.3 A década de oitenta: da educação secundária e profissionalizante para o ensino fundamental.....	109
3.1.4 A década de noventa: a hora do ensino fundamental.....	111
3.2 A Educação e Mercado de Trabalho no Brasil.....	113
3.3 Discussão sobre o enfoque dos autores que estudaram o Banco Mundial.....	118
3.4 Educação e o Mercado Escolar.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	130

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral a investigação das quatro ações do Projeto Fundescola I e II, no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1998 a 2004: Programa de Adequação dos Prédios Escolares (Pape); Construção de Escolas; Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada; e Equipamento e Mobiliário para Escola Construída. São objetivos específicos os seguintes:

1º) Investigar a ação do Fundescola denominada de Programa de Adequação dos Prédios Escolares (Pape) em Mato Grosso do Sul, verificando:

- o montante de recursos recebidos do Bird;
- a relação dos recursos recebidos pelo Estado de MS em face ao que foi distribuído aos outros Estados da federação;
- a porcentagem que o recurso dessa ação representa em relação ao montante de recursos despendidos nas escolas estaduais;
- a identificação das empresas que participaram da licitação para o fornecimento de bens e serviços para as escolas públicas municipais e estaduais de Mato Grosso do Sul;
- o número de empregos diretos gerados por meio da demanda de bens e serviços das ações do Fundescola para as escolas estaduais e municipais de Mato Grosso do Sul;

2º) Investigar a ação Construção de Escolas em Mato Grosso do Sul, analisando os seguintes pontos:

- o montante de recursos recebidos do Bird;
- a relação dos recursos recebidos pelo Estado de MS em face ao que foi distribuído aos outros Estados da federação;
- a porcentagem que o recurso dessa ação representa em relação ao montante de recursos despendidos nas escolas estaduais;
- a identificação das empresas que participaram da licitação para o fornecimento de bens e serviços para as escolas públicas municipais e estaduais de Mato Grosso do Sul;
- o número de empregos diretos gerados por meio da demanda de bens e serviços das ações do Fundescola para as escolas estaduais e municipais de Mato Grosso do Sul;

3º) Investigar a ação Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada em Mato Grosso do Sul, ramificando a análise nos seguintes pontos:

- o montante de recursos recebidos do Bird;
- a relação dos recursos recebidos pelo Estado de MS em face ao que foi distribuído aos outros Estados da federação;

- a porcentagem que o recurso dessa ação representa em relação ao montante de recursos despedidos nas escolas estaduais;
- a identificação das empresas que participaram da licitação para o fornecimento de bens e serviços para as escolas públicas municipais e estaduais de Mato Grosso do Sul;
- o número de empregos diretos gerados por meio da demanda de bens e serviços das ações do Fundescola para as escolas estaduais e municipais de Mato Grosso do Sul;

4º) Investigar a ação Equipamento e Mobiliário para Escola Construída em Mato Grosso do Sul, abordando os seguintes aspectos:

- o montante de recursos recebidos do Bird;
- a relação dos recursos recebidos pelo Estado de MS em face ao que foi distribuído aos outros Estados da federação;
- a porcentagem que o recurso dessa ação representa em relação ao montante de recursos despedidos nas escolas estaduais;
- a identificação das empresas que participaram da licitação para o fornecimento de bens e serviços para as escolas públicas municipais e estaduais de Mato Grosso do Sul;
- o número de empregos diretos gerados por meio da demanda de bens e serviços das ações do Fundescola para as escolas estaduais e municipais de Mato Grosso do Sul;

A relação do Banco Mundial com a educação tem sido objeto de estudo de vários autores. E não somente o Banco tem sido objeto de estudo, mas também os projetos desenvolvidos por essa instituição. Neste trabalho, pretende-se estudar a materialização de quatro ações dos Projetos Fundescola I e Fundescola II em Mato Grosso do Sul, segundo a ótica de autores que têm contemplado em seus trabalhos de pesquisa a categoria mercado, haja vista que essa categoria permite entender como o homem se organiza em determinado momento da história a fim de reproduzir sua vida material. Parte-se do entendimento que o gasto em educação permite a produção e comercialização de mercadorias, e nesse processo tem-se o emprego de força de trabalho e concentração de capital. Na bibliografia consultada, contudo, tal intenção não foi abordada pelos pesquisadores que tratam do tema Banco Mundial ou de seus projetos, sendo essa a justificativa para a realização deste trabalho.

Com relação à metodologia os procedimentos foram os seguintes: 1º) Para encontrar a porcentagem de recursos destinados ao setor educação, em relação à distribuição de recursos para os outros setores pelo Banco Mundial na década de noventa, teve-se que examinar os relatórios anuais dessa instituição de 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999, tomando nota do valor monetário em que foram distribuídos recursos em cada ano. Depois disso, passou-se a igualar em cem por cento o total de valores de cada ano. Isso permitiu

identificar quais os setores que receberam mais e quais receberam menos recursos do Banco Mundial em cada ano da década de noventa.

2º) Para encontrar os países que mais receberam recursos do Bird para o setor educação, os relatórios do Banco Mundial foram reexaminados, tomando-se nota dos países que receberam recursos em cada ano para o setor educação. Igualou-se a cem por cento o valor total que foi despendido em cada ano, montando-se um *ranking* dos países tomadores de empréstimos do Bird para o setor educação. Pode-se assim identificar os países que foram os maiores tomadores.

3º) Para apresentar as instituições que compõem o Banco Mundial foi utilizado o relatório do Banco Mundial de 1999, pois esse ano coincide com o ano de implantação do Fundescola II, que juntamente com o Fundescola I, englobam as quatro ações que constituem o objeto de pesquisa desse trabalho: Programa de Adequação dos Prédios Escolares (Pape); Construção de Escolas; Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada; e Equipamento e Mobiliário para Escola Construída. Para identificar as intenções do Banco Mundial com os seus empréstimos em educação recorreu-se ao relatório *Prioridades y estrategias para la educación – estudio sectorial del Banco Mundial*. Com relação aos atores que têm abordado a atuação do Banco Mundial na educação, recorreu-se a teses e dissertações, artigos em periódicos e livros.

4º) Com relação à apresentação dos Projetos Fundescola I e II, foram utilizados os Manuais de Operação e Implementação do Projeto, denominados de MOIP(s), entre outros documentos. Para obterem-se informações a respeito da materialização das quatro ações do Fundescola I e II em Mato Grosso do Sul, foram realizadas: consultas na Internet, levantamentos de dados junto a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, solicitação de informações às empresas prestadoras de serviços por meio de *e-mail* e telefone, e exame dos convênios do Fundescola com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

Com relação a estrutura do trabalho, no Capítulo I apresentamos o Grupo Banco Mundial, com suas instituições, redes temáticas e setores que recebem empréstimos; sendo financiados ou co-financiados pelo Banco Mundial (Bird e AID) e os países tomadores de empréstimo. Também realizamos uma demonstração da distribuição de recursos por setores, destacando o setor educação, não somente na distribuição de recurso entre os outros setores, mas também a relação do Brasil, enquanto tomador de empréstimo para educação, frente aos outros países também tomadores de empréstimos do Bird para esse setor. Apresentando a

missão e objetivo geral do Grupo Banco Mundial e a função atribuída pelo Banco Mundial ao emprestar recursos para a educação.

No Capítulo II são apresentados os dois últimos projetos de educação do Brasil co-financiado com o Bird na década de noventa, Projetos Fundescola I e II. São apresentados os objetivos de cada projeto e a identificação da função de cada uma de suas ações. Com relação as ações, são demonstradas as distribuição de recursos das ações nos Estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e também nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Com relação ao Estado de Mato Grosso do Sul são analisados a distribuição de recursos para as ações que receberam mais recursos tanto no Brasil quanto em Mato Grosso do Sul: Projeto de Adequação dos Prédios Escolares (Pape); Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada; Construção de Escolas; e Equipamento e Mobiliário para Escola Construída.

Os recursos despendidos em cada uma dessas ações são comparados com os recursos locais, sendo também realizadas estimativas sobre o emprego de força de trabalho pelas empresas que fornecem bens e serviços para as escolas em que se realiza o atendimento por meio das quatro ações do Fundescola, estudadas neste trabalho, assim como um mapeamento sobre a participação nas ações do Fundescola das empresas que fornecem os bens e serviços para as escolas atendidas pelas quatro ações estudadas.

E, finalmente, no Capítulo III é realizada uma apresentação das idéias de autores que estudam o Banco Mundial e seus projetos. A partir do esquema de infra-estrutura e super-estrutura apresentado por Marx no Prefácio da obra *Contribuição à Crítica da Economia Política* situamos a fala de cada um dos autores que tratam do Banco Mundial, ou na infra-estrutura ou na superestrutura, assim como situamos os dados sobre o emprego da força de trabalho e a concentração de capital das empresas que atendem ao Fundescola I e II, na infra-estrutura econômica, o que corrobora a tese de que o atendimento à educação no modo de produção capitalista ter possibilitado a criação e manutenção de um mercado em expansão, conforme Braverman, Alves e Arruda.

CAPÍTULO I

SOBRE O BANCO MUNDIAL: INSTITUIÇÃO, OPERAÇÕES E RECURSOS

O objetivo deste Capítulo é apresentar a instituição Grupo Banco Mundial, a distribuição de seus recursos na forma de empréstimos para as diferentes regiões do mundo, nos setores onde se desenvolvem os projetos financiados ou co-financiados por ele, e a distribuição de seus recursos para o setor educação por países tomadores de empréstimos.

Primeiramente serão apresentadas as cinco instituições do Grupo Banco Mundial: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); Agência Internacional de Desenvolvimento (AID); Corporação Financeira Internacional (CFI); Agência Multilateral de Garantias de Investimento (AMGI) e Centro Internacional de Conciliação de Divergência nos Investimentos (CICDI). Em seguida, a Direção Executiva do Grupo Banco Mundial e sua relação com as operações e projetos desenvolvidos e financiados ou co-financiados pelo Banco. Passando, então, para as quatro redes temáticas em que estão inseridos os projetos do Banco Mundial: Redução da pobreza e gestão econômica; Desenvolvimento dos Setores Privado e Financeiro; Desenvolvimento Ecológico e Socialmente Sustentável; e Desenvolvimento Humano.

Também é abordada a distribuição dos recursos do Banco Mundial por setores e regiões do mundo, em dezessete setores selecionados, onde são desenvolvidos os projetos: Agricultura; Educação; Energia Elétrica e outras; Meio Ambiente; Finanças; Indústria; Mineração; Multisetor; Petróleo e Gás; Saúde, Nutrição e População; Administração do Setor Público; Setor Social; Telecomunicações; Transporte; Turismo; Desenvolvimento Urbano; e Abastecimento de Água e Saneamento.

Na seqüência, tem-se a distribuição dos empréstimos do Banco Mundial em duas de suas instituições, Bird e AID, na década de noventa, passando em seguida para uma verificação dos três maiores tomadores de empréstimo para o setor educação em cada ano. E, em seguida, uma breve exposição dos desígnios que o Banco Mundial confere ao setor educação e da forma como esse setor está incumbido de colaborar para a realização da missão do Banco em reduzir a pobreza no mundo.

1.1 Instituições do Grupo Banco Mundial: Bird; AID; CFI; AMGI e CICDI

A denominação Banco Mundial se refere a duas instituições: Bird e AID, sendo o objetivo do Banco “*reducir la pobreza y mejorar el nivel de vida de los habitantes del mundo en desarrollo*”(BANCO MUNDIAL, 1999, p. xii)¹.

1.1.1 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird)

Foi criado em 1945 e, em 1999² contava com 181 países membros. A participação de cada país membro, em suas ações guarda estreita relação com a conta no Fundo Monetário Internacional (FMI) o que, de acordo com o Bird, reflete a dita solidez econômica de cada país no âmbito da economia mundial. Nesse sentido, a condição para que um país venha a fazer parte do Bird é a de que já seja membro do FMI. E com relação as fontes de seus fundos temos “*Fuente de fondos: capital pagado, empréstitos del mercado de capital, reembolsos de préstamos anteriores; utilidades no distribuídas*”(Id., Ibid., loc. cit.). Na Tabela 1 pode-se visualizar os países eleitos para tomar empréstimos do Bird, e na Tabela 3, os países que podem tomar empréstimo do Bird e da AID.

O total acumulado de financiamentos pelo Bird é de US\$ 338.500 milhões, sendo US\$ 22.200 milhões o valor dos financiamentos para o exercício de 1999 para 131 operações novas em 39 países. De acordo com o Informe Anual de 1999, o Bird assim se expressa:

El BIRF³ otorga préstamos y brinda asistencia para el desarrollo a los países de ingreso mediano y a los países más pobres con capacidad crediticia. Los derechos de voto están vinculados a las suscripciones al capital de los miembros, que a su vez se basan en la solidez económica relativa de cada país. El BIRF obtiene la mayor parte de sus fondos mediante la venta de bonos en los mercados internacionales de capital. Si bien no es una organización que busque maximizar las utilidades, ha obtenido ingresos netos todos los años desde 1948. Es práctica del BIRF no reprogramar pagos ni participar en acuerdos de reprogramación de la deuda derivada de sus préstamos. Sus políticas conservadoras de financiamiento, el sólido respaldo financiero de sus países miembros y una gestión financiera prudente permiten al BIRF ocupar una sólida posición en los mercados de capital (Id., Ibid., loc. cit.).

¹ A prioridade do Banco Mundial no período de duas décadas após sua criação em 1944 estava pautada em promover a reconstrução da Europa destruída pela 2ª Guerra Mundial. Após a reconstrução da Europa, já na década de setenta, o Banco Mundial volta-se para os países ditos subdesenvolvidos, com o objetivo prescrito de redução da pobreza.

² A escolha desse ano para apresentação do Banco Mundial justifica-se pelo fato de nesse ano ocorrer o financiamento do Fundescola II (1999-2004), que irá operar juntamente como o Fundescola I (1998-2000), e que são os projetos educacionais co-financiados no Brasil pelo Banco Mundial.

³BIRF – Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento, refere-se ao Bird.

Tabela 1 – MUNDO: Países Elegíveis somente para tomarem empréstimos do Bird

Países com renda per capita acima de US\$ 5.225	Renda per capita (a)	Países com renda per capita entre US\$ 1.446 e US\$ 2.995	Renda per capita (a)
Eslovênia	9.890	Tailândia	1.960
República da Coreia	8.490	República Dominicana	1.910
Argentina	7.600	El Salvador	1.900
Seicheles	6.540	Namíbia	1.890
St. Kitts e Nevis	6.420	Federação dos Estados da Micronésia	1.810
Uruguai	5.900	República Islâmica do Islã	1.760
Antigua e Barbuda	n.d	Guatemala	1.660
Países com renda per capita entre US\$ 2.996 e US\$ 5.225	Renda per capita (a)	Países com renda per capita entre US\$ 1.446 e US\$ 2.995	Renda per capita (a)
República Tcheca	5.060	Paraguai	1.580
Chile	4.740	Ilhas Marshall	1.560
Hungria	4.650	Argélia	1.550
Croácia	4.540	Romênia	1.520
Brasil	4.420	Jordão	1.500
México	4.400	Suriname	n.d.
Trindade e Tobago	4.390	Países com renda per capita entre US\$ 756 e US\$ 1.445	Renda per capita (a)
Polônia	3.960	Egito	1.400
Líbano	3.700	Bulgária	1.380
Venezuela	3.670	Suazilândia	1.360
Maurício	3.590	Equador	1.310
República Eslovaca	3.480	Cazaquistão	1.230
Estônia	3.400	Marrocos	1.200
Malásia	3.380	Guiné Equatorial	1.170
Botsuan	3.350	Filipinas	1.020
Gabão	3.160	Síria	970
África do Sul	3.070	Papua Nova Guiné	800
Panamá Palau	n.d.	China	780
Países com renda per capita entre US\$ 1.446 e US\$ 2.995	Renda per capita (a)	Iraque	n.d
Turquia	2.900	Países com renda per capita de US\$ 755 ou menos	Renda per capita (a)
Costa Rica	2.740	Ucrânia	750
Belize	2.730	Uzbequistão	720
Belarus	2.630	Turcomenistão	660
Lituânia	2.620		
Latvia	2.470		
Peru	2.390		
Jamaica	2.330		
Federação Russa	2.270		
Colômbia	2.250		
Fiji	2.210		
Tunísia	2.100		

Fonte: WORD BANK. Annual Report. Washington, 2000.

(a) Valores referentes ao PNB – Produto Nacional Bruto de 1999

n.d – não disponível

1.1.2 Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID)

Criada em 1960 é constituída por 160 países. A condição necessária para que seja membro dessa agência é a de que já seja membro do Bird. Sua fonte de recurso é derivada de *“Fuente de fondos: aportaciones de los gobiernos, transferencias de los ingresos del BIRF, reembolsos de créditos anteriores de la AIF”* (BANCO MUNDIAL, 1999, p. xii). Na Tabela 2, pode-se visualizar os países elegíveis para tomar empréstimos da AID, e na Tabela 3 encontram-se os países que podem tomar empréstimos tanto desta quanto do Bird.

A AID possui um total acumulado de financiamento de US\$ 115.900 milhões, sendo da ordem de US\$ 6.800 milhões os financiamentos de 1999, para 145 novas operações em 53 países. O critério utilizado para obter financiamento da AID é, no caso do país, possuir falta de capacidade de crédito e pobreza relativa. Essa pobreza se caracteriza, para os financiamentos obtidos em 1999, no fato de o país possuir, em 1997, um Produto Nacional Bruto *per capita* de US\$ 925, com algumas exceções.

En su calidad de institución afiliada que otorga créditos en condiciones concesionarias, la AIF⁴ cumple una función clave de apoyo a la misión del Banco de reducir la pobreza. La asistencia que presta la AIF se centra en los países más pobres, a los que concede créditos sin intereses y otros servicios no crediticios. La AIF depende de las aportaciones de sus países miembros más ricos, incluidos algunos países en desarrollo, para obtener la mayor parte de sus recursos financieros. En el ejercicio de 1999 eran 81 los países que podían recibir financiamiento de la AIF. Los créditos de la AIF se otorgan únicamente a los gobiernos. La AIF es una institución jurídica y financieramente independiente del BIRF, pero comparte el mismo personal y los proyectos que respalda deben ajustarse a los mismos criterios (Id., Ibid. , p. xiii).

⁴ AIF: Asociación Internacional de Fomento, refere-se a AID.

Tabela 2 – MUNDO: Países Elegíveis somente para tomarem empréstimos da AID

Países com renda per capita entre US\$ 1.446 e US\$ 2.995	Renda per capita (a)	Países com renda per capita entre US\$ 756 e US\$ 1.445	Renda per capita (a)
Tonga	1.720	Zâmbia	320
Países com renda per capita entre US\$ 756 e US\$ 1.445	Renda per capita (a)	Quirguistão	300
Cabo Verde	1.330	Rep. Central Africana	290
Maldivas	1.200	Tadjiquistão	290
Vanatu	1.170	Laos	280
Samoa	1.060	São Tomé e Príncipe	270
Bolívia	1.010	Camboja	260
Kiribati	910	Países com renda per capita entre US\$ 755	Renda per capita (a)
Albânia	870	Madagascar	250
Sri Lanka	820	Ruanda	250
Djibuti	790	Burkina Fasso	240
Guiana	760	Mali	240
Honduras	760	Tanzânia	240
Países com renda per capita entre US\$ 755	Renda per capita (a)	Moçambique	230
Ilhas Salomão	750	Angola	220
Costa do Marfim	710	Nepal	250
República do Congo	670	Chad	200
Geórgia	620	Eritéia	200
Camarões	580	Malauí	190
Lesoto	550	Níger	190
Butão	510	Guiné-Bissau	160
Guiné	510	Serra Leoa	130
Senegal	510	Burunidi	120
Armênia	490	Etiópia	100
Haiti	460	Afeganistão	n.d.
Nicarágua	430	Rep. Democrática do Congo	n.d.
Gana	390	Libéria	n.d.
Benin	380	Myanmar	n.d.
Mauritânia	380	Somália	n.d.
Bangladesh	370		
Moldávia	370		
Vietnã	370		
Quênia	360		
Mongólia	350		
República do Iêmen	350		
Gâmbia	340		
Sudão	330		
Togo	320		
Uganda	320		

Fonte: WORD BANK. Annual Report. Washington, 2000.

(a) Valores referentes ao PNB – Produto Nacional Bruto de 1999

n.d. – não disponível

Tabela 3 – MUNDO: Países Elegíveis para tomarem empréstimos do Bird e da AID

Países com renda per capita entre US\$ 2.996 e US\$ 5.225	Renda per capita (a)
Santa Lúcia	3.770
Granada	3.450
República Dominicana	3.170
Países com renda per capita entre US\$ 1.446 e US\$ 2.995	Renda per capita (a)
São Vicente e Granadinas	2.700
Macedônia	1.690
Países com renda per capita entre US\$ 756 e US\$ 1.445	Renda per capita (a)
Bósnia e Herzegovina	n.d.
Países com renda per capita entre US\$ 755 ou menos	Renda per capita (a)
Indonésia	580
Azerbaijão	550
Zimbábue	520
Paquistão	470
Índia	450
Nigéria	310

Fonte: WORD BANK. Annual Report. Washington, 2000.

(a) Valores referentes ao PNB – Produto Nacional Bruto de 1999

n.d. – não disponível

1.1.3 Corporação Financeira Internacional (CFI)

Foi criada em 1956, tendo como membros 174 países, e a condição para fazer parte desta instituição é de que seja membro do Bird. Sua fonte de capital é obtida nos países membros e em empréstimos do mercado de capitais (80%) e do Bird (20%). Sua carteira de compromisso é de US\$ 21.200 milhões, com compromissos para o ano de 1999 na ordem de US\$ 3.600 milhões em 79 países. Seus objetivos são assim descritos:

La CFI⁵ promueve el crecimiento económico del mundo en desarrollo financiando inversiones privadas, movilizando capital en los mercados financieros internacionales y prestando asistencia técnica y asesoramiento a gobiernos y empresas. En asociación con inversionistas privados, otorga financiamiento en forma de préstamos e inversiones en capital social para empresas de países en desarrollo y cumple una función catalizadora al demostrar la rentabilidad de las inversiones en esos países. También contribuye a crear mercados de capital eficientes. Tiene su propio personal jurídico y de operaciones, y es una entidad jurídica y financieramente distinta del Banco Mundial, del que, sin embargo, se sirve para algunos servicios (BANCO MUNDIAL, 1999, p.xiii).

1.1.4 Agência Multilateral de Garantias de Investimento (AMGI)

A quarta instituição reúne 149 países, foi criada em 1988, e tem como critério para ser participante o fato de o país já ser membro do Bird. O total de suas garantias já outorgadas é de US\$ 5.500 milhões, sendo que no exercício do ano de 1999, o valor de garantias outorgadas foi de US\$ 1.300 milhões. Com relação ao seu funcionamento pode-se afirmar:

⁵ CFI – Corporación Financiera Internacional

El OMGI⁶ tiene por principal objetivo fomentar el flujo de inversiones extranjeras directas a sus países miembros en desarrollo. Facilita las inversiones fundamentalmente mediante el otorgamiento de garantías contra riesgos no comerciales (por ejemplo, transferencias de monedas, expropiación y guerras). El OMGI también presta asistencia técnica para ayudar a los países a difundir información sobre las oportunidades de inversión, y para crear capacidad para la promoción de las inversiones. El OMGI tiene su propio personal jurídico y de operaciones, y es una entidad jurídica y financieramente distinta del Banco Mundial, del que, sin embargo, se sirve para algunos servicios (BANCO MUNDIAL, 1999, p. xiii).

1.1.5 Centro Internacional de Conciliación de Divergência nos Investimentos (CICDI)

A quinta, e última, instituição do Grupo Banco Mundial é o CICDI. Da mesma forma como a AID, CFI e a AMGI, para ser membro da CICDI é necessário ser membro do Bird. A CICDI reúne 131 países membros, e foi criada em 1966. O total de casos registrados por essa instituição é de 65, sendo onze casos registrados em 1999. As funções atribuídas a ela podem ser assim descritas:

El CIADI⁷ presta servicios para el arreglo, mediante conciliación y arbitraje, de diferencias relativas a inversiones entre países miembros y ciudadanos de otros países miembros. Los contratos internacionales, leyes y tratados bilaterales y multilaterales sobre inversiones suelen contener disposiciones relativas al arbitraje bajo los auspicios del CIADI (Id., Ibid., loc. cit.).

1.2 Direção Executiva do Grupo Banco Mundial

As operações do Banco Mundial são dirigidas por uma Direção Executiva composta por 24 diretores. Desses, cinco diretores são designados pelos cinco países membros que tem maior número de ações, e os demais diretores são eleitos pelos outros países membros, conforme a Tabela 4. Esses países membros formam grupos para elegerem seus representantes a cada dois anos, em que haverá um representante para cada grupo de países. Com relação as suas atribuições pode-se afirmar:

Los Directores Ejecutivos analizan las propuestas de préstamo de la BIRF y de crédito de la AIF presentadas por el Presidente del Banco y adoptan una decisión al respecto; también deciden las cuestiones de política que sirven de orientación para las operaciones generales del Banco. Son responsables asimismo de presentar ante la Junta de Gobernadores, con ocasión de sus Reuniones Anuales, la auditoría de las cuentas, el presupuesto administrativo, el informe anual sobre las operaciones del Banco correspondientes al ejercicio en cuestión [...] y cualquier otro asunto que, a su juicio, deba someterse a su consideración (Id., Ibid., p. 28).

⁶OMGI - Organismo Multilateral de Garantía de Inversiones, refere-se a AMGI.

⁷ CIADI – Centro Internacional de Arreglo de Diferencias Relativas a Inversiones, refere-se a CICDI.

Tabela 4 – MUNDO: Percentagem de votos por países e bloco de países para diretores executivos para o Banco Mundial (Bird + AID)

	País	Bird	AID
1º	EUA	16,50	14,86
2º	Japão	7,92	10,63
3º	Alemanha	4,52	6,94
4º	França	4,33	4,92
5º	Inglaterra	4,33	4,92
6º	Austria, Belarus, Bélgica, República Tcheca, Hungria, Cazaquistão, Luxemburgo, República Eslováquia, Eslovênia e Turquia	4,77	4,27
7º	Armênia, Bosnia e Herzegovênia, Búlgaria, Croácia, Chipre, Geórgia, Israel, Macedônia, Moldávia, Holanda, Romênia e Ucrânia	4,49	3,59
8º	Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaraguá, Espanha e Venezuela	4,26	2,06
9º	Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Canada, Dominica, Granada, Guyana, Irlanda, Jamaica, Sr. Kitts e Nevis, St. Lúcia, St. Vicente e Granadinas	3,87	4,24
10º	Brasil , Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname, Trindade e Tobago	3,62	2,87
11º	Austrália, Cambódia, Kiribati, República da Coreia, Ilhas Marshall, Micronésia, Mongólia, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Vanatu	3,47	3,01
12º	Angola, Botsuana, Burundi, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Quênia, Lesoto, Libéria, Malauí, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Seicheles, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.	3,43	4,07
13º	Albânia, Grécia, Itália, Malta e Portugal	3,43	3,80
14º	Bangladesh, Butão, Índia e Sri Lanka.	3,42	4,43
15º	Argélia, Gana, Iran, Iraque, Marrocos, Paquistão e Tunísia	3,36	2,03
16º	Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Latvia, Lituânia, Noruega e Suécia.	3,36	4,87
17º	Azerbaijão, Kênia, Polônia, Suíça, Tadjiquistão, Turcomênia e Uzbequistão.	2,87	3,38
18º	China	2,80	2,02
19º	Arábia Saudita	2,80	3,50
20º	Federação Russa	2,80	0,28
21º	Baharaim, Egito, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Maldivas, Oman, Qatar, Síria, Emirados Árabes Unidos e Iêmen.	2,74	2,30
22º	Brunei Darassalam, Fiji, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Nepal, Singapura, Tailândia, Tonga e Vietnã.	2,56	2,80
23º	Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.	2,33	1,88
24º	Benin, Burkina Faso, Camarões, Cabo Verde, República Centro-Africana, Chad, Comores, República do Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné Equatorial, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Madagascar, Mali, Mauritânia, Maurício, Níger, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal e Togo.	2,01	3,01

Fonte: WORD BANK. **Annual Report.** Washington, 2000.

Entre outras atividades realizadas pela Direção Executiva, podemos citar as viagens aos países membros e àqueles que tomam empréstimos com o intuito de verificar o desenvolvimento dos projetos financiados com a participação do Banco. Assim como reuniões com diversos setores da sociedade que são os “beneficiados” e “administradores” dos projetos, bem como os empresários e representantes dos governos onde se realizam os projetos.

Também realizam visitas a outros organismos que tem como objetivo o desenvolvimento e as instituições financeiras internacionais, com a intenção de obter

informações sobre as ditas novidades, em termos de desenvolvimento e finanças. Além das reuniões periódicas com o intuito de fiscalizar as atividades e operações do Banco, tratam também de configurar suas políticas, como de *“la gestión de los asuntos públicos, el desarrollo social, la discriminación contra la mujer, el medio ambiente y el fortalecimiento de las capacidades”*. Segundo informam os relatórios do Banco Mundial as propostas de políticas normalmente refletem as necessidades dos países acionistas (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 28).

1.3 Operações do Grupo Banco Mundial

Os projetos do Banco Mundial podem ser agrupados, segundo a metodologia apontada no Informe Anual de 1999, em quatro redes temáticas: Redução da pobreza e gestão econômica; Desenvolvimento dos Setores Privado e Financeiro; Desenvolvimento Ecológico e Socialmente Sustentável; e Desenvolvimento Humano, apresentadas a seguir.

1.3.1 Redução da pobreza e gestão econômica

A rede temática intitulada *“Reducción de lá pobreza y gestión econômica”* reafirma que a missão principal do Banco Mundial é ajudar os países em desenvolvimento na redução da pobreza, melhorando seu nível de vida, sendo essa a finalidade de seus empréstimos e das atividades do Banco. Nesse sentido, os empréstimos estariam relacionados às estratégias de desenvolvimento, ao fortalecimento da gestão econômica, a redução da vulnerabilidade nas crises, no fortalecimento das instituições públicas, nas medidas de luta contra a corrupção, em assentar as bases institucionais, estruturais e sociais que se requerem para formar “sólidas” economias nacionais e para a estabilidade econômica mundial (*Id., Ibid.*, p. 112). Os recursos para essa temática se enquadram na categoria de multisetor, e seriam assim apresentados:

*[...] esta esfera comprendió apoyo para la reforma tanto económica como financiera —debido a que la recuperación económica global es esencial para el restablecimiento de los niveles de ingreso y empleo— y medidas para mitigar los costos sociales de las crisis, como pérdidas de empleos, reducción de los salarios, abruptos aumentos de los precios, reducción del gasto público y efectos secundarios potencialmente perniciosos para la estructura social de los países y para las familias (*Id., Ibid.*, p. 116).*

Para alcançar seus objetivos de redução da pobreza, o Banco tem contado com a colaboração de organizações internacionais, entre elas, citamos: os bancos multilaterais de desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização Mundial do Comércio (OMC); e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A cooperação com os bancos multilaterais se dá na medida em que esses se tornam parceiros do Banco Mundial para a realização de estudos, como os estudos realizados na esfera social em parceria com o Banco Asiático de Desenvolvimento, estudo de reforma estrutural com o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, os estudos realizados no setor financeiro com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e estudos sobre conflitos com Banco Africano de Desenvolvimento. Entre as atividades conjuntas do Banco Mundial com os bancos multilaterais de desenvolvimento podemos citar as medidas adotadas em conjunto para fazer frente a crise asiática, juntamente com o Banco Asiático de Desenvolvimento: atividades de integração regional com o BID e de ajuste estrutural com o Banco Africano de Desenvolvimento; e de assistência para reabilitação de estragos causados por inundações com o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 112).

A colaboração com o FMI tem-se realizado por meio da execução de análises para solucionar e evitar crises financeiras, sendo os estudos do FMI dirigidos aos governos dos países em desenvolvimento, e aos chamados “mercados emergentes”, para a área macroeconômica, estrutural e de reforma social. Outra forma em que se concretiza a colaboração está pautada na iniciativa para alívio da dívida externa dos “países pobres muito endividados”, assim como aos países que saem de conflito (*Id., Ibid.*, p. 123).

Outro organismo com o qual o Banco mantém colaboração é a Organização Mundial do Comércio (OMC). O objetivo dessa colaboração é permitir que os países em desenvolvimento possam obter benefícios no comércio mundial. A ação do Banco pauta-se em:

[...] incremento de los elementos básicos —como infraestructura, transparencia en la administración aduanera y condiciones propicias para el sector empresarial— que los países en desarrollo necesitan para producir eficazmente bienes y servicios comercializables a nivel internacional (Id., Ibid., p. 125).

Por último, podemos citar como colaborador do Banco, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A colaboração com esse organismo se dá na medida em que se verifica o impacto das crises financeiras, no dito progresso e bem estar da população dos países em desenvolvimento e suas repercussões em nível mundial (*Id., Ibid.* p. 125).

1.3.2 Desenvolvimento dos Setores Privado e Financeiro

A segunda temática refere-se ao Desenvolvimento dos Setores Privado e Financeiro. Os setores que se enquadram nessa temática são: Telecomunicações, Finanças, Transporte, Eletricidade e outras formas de energia, Abastecimento de água, Desenvolvimento urbano e Indústria e mineração.

Nessa área o Banco tornou-se responsável por criar mecanismos que favoreçam o fluxo de investimentos internacionais para os países em desenvolvimento. Estimulou o setor privado de infra-estrutura com ajuda para reestruturação financeira de empresas, sendo seu objetivo fazer com que seus benefícios fossem estendidos para redução da pobreza por meio de energia e telecomunicações para os grupos que carecem de serviços apropriados.

A intenção é pautar o desenvolvimento do sistema financeiro e de mercado de capitais com o intuito de que esses venham a atender as pequenas empresas, o que, por sua vez, proporcionaria a extensão de atividades de serviço como abastecimento de água, transporte e outros, que teriam seus custos reduzidos para atender a população. Esse movimento se daria, segundo o Banco, pela interconexão entre o setor financeiro e real da economia e as “*necessidades dos pobres*” (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 144).

Nessa temática operam, também, duas instituições do Grupo Banco Mundial, Corporação Financeira Internacional (CFI) e a Agência Multilateral de Garantias de Investimento (AMGI); com o objetivo de, por meio do fomento aos fluxos de capital internacional nos países em desenvolvimento, mediante medidas para enfraquecer as crises financeiras, venham a fortalecer o setor financeiro e privado. Dessa forma os países membros do Banco Mundial estariam recebendo investimentos externos diretos, o que favoreceria o desenvolvimento desses países e dos setores privado e financeiro. De acordo com o Banco: “*Es esencial mejorar las condiciones para la inversión extranjera directa, pues estos flujos constituirán la principal fuente de capital para los países en desarrollo [...]*” (Id., Ibid., p. 146).

Assim, o Banco Mundial realiza estudos para diagnosticar obstáculos que impedem o fluxo de capital privado nacional, ou estrangeiro, para setores como de infra-estrutura, realizando projetos que aprimorem a competitividade desse setor, o que incorre na realização de várias pesquisas.

Para o fortalecimento do desenvolvimento do setor financeiro e privado o Banco conta com a colaboração do FMI e de outros organismos externos, já citados anteriormente, assim como de consultores e especialistas na área, com o objetivo de:

[...] supervisión y las normas de disciplina y control de los sistemas financieros; la promoción de los mercados de capital; la dirección y la reestructuración empresarial; la normativa sobre las relaciones entre deudores y acreedores y la insolvencia, y la divulgación de información financiera, la contabilidad, la auditoría y la presentación de informes (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 148).

Pode-se citar, também, que a atuação do Banco Mundial com relação ao setor financeiro, se realiza por meio do fornecimento de recursos para amenizar o impacto das crises financeiras sobre o que denomina de grupos pobres e vulneráveis. O Banco também acredita que o estímulo ao investimento em infra-estrutura, seja ela urbana ou rural, constitui um meio para a redução da pobreza, sendo que sua estratégia consiste em fortalecer a participação privada junto com o governo e a sociedade civil, como colaboradores e associados nos setores de infraestrutura – abastecimento de água, transporte, desenvolvimento urbano e comunicações (*Id., Ibid.*, p. 149). Já no que diz respeito ao Desenvolvimento Urbano, o Banco Mundial se expressa da seguinte forma:

El apoyo que proporciona el Banco para proyectos de desarrollo en todo el mundo [...] se fundamenta en [...] fortalecer los gobiernos urbanos y locales. Esta estrategia comprende el respaldo de enfoques nacionales a los problemas urbanos encaminados a establecer las prioridades en materia de políticas y de inversiones; actividades de desarrollo urbano que estimulen la participación de los gobiernos, el sector privado y la sociedad civil en la búsqueda de soluciones para ciudades específicas; la intensificación de la acción para mejorar los barrios de tugurios de las zonas urbanas, como desarrollo comunitario, programas gubernamentales, e inversiones orientadas al sector privado para brindar servicios a los pobres; la creación de capacidad adicional para facilitar una administración urbana más eficiente, y el desarrollo de nuevos mercados de capital para instrumentos municipales (Id., Ibid., p. 151).

1.3.3 Desenvolvimento Ecológico e Socialmente Sustentável

A terceira rede temática compreende os seguintes setores: Gestão do Meio Ambiente; Desenvolvimento Rural; e Desenvolvimento Social. Segundo o Banco existe

[...] una vinculación intrínseca entre la reducción de la pobreza y la sostenibilidad en los planos ecológico y social. La degradación de los suelos, la destrucción de zonas forestales y el agotamiento de los recursos pesqueros son factores que afectan gravemente a decenas de millones de personas pobres que dependen de estos recursos naturales para obtener alimentos y ganarse la vida (Id., Ibid., p. 133).

O Banco salienta que o incentivo na produção e exportação de mercadorias acima de planos de gestão de recursos naturais e de uma luta contra a contaminação, tem como consequência a pressão sobre recursos hídricos, florestais e pesqueiros ocasionando degradação dos solos, como também problemas de saúde para a população em razão de alterações na biodiversidade (*Id., Ibid.*, p. 134). Nesse sentido, o recurso do Banco destinado

para esse setor tem como objetivo combater, juntamente com associações ambientais, governo, sociedade civil e empresas privadas, a degradação do meio ambiente. Já com relação ao Desenvolvimento Rural, o Banco se expressa da seguinte forma:

Tres cuartas partes de la población pobre de los países en desarrollo viven en zonas rurales. Por lo tanto, será imposible conseguir el objetivo del Banco de reducción de la pobreza a menos que estas zonas alcancen amplios logros en materia de crecimiento, seguridad alimentaria y gestión sostenible de los recursos naturales. El desarrollo rural, particularmente en una economía agrícola prospera, reviste importancia crítica para la consecución de estos objetivos. El Banco realiza actividades de gran alcance en la promoción del desarrollo rural, que comprenden gestión sostenible de tierras y cultivos, ganadería, investigaciones y extensión agrícolas, riego, ordenación de cuencas fluviales, gestión de los recursos naturales y financiamiento; también actúa en las esferas multisectoriales de seguridad alimentaria, función del género en el proceso de desarrollo y desarrollo rural de base comunitaria. La finalidad del Banco es ayudar a los países a alcanzar sus objetivos en materia de desarrollo rural a través de programas de operaciones crediticias y actividades sectoriales organizadas en torno a estrategias y políticas que están evolucionando y que a su vez reflejan esas operaciones y actividades (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 138).

No que diz respeito a segurança alimentar, por exemplo, para evitar os problemas de fome e má nutrição, o Banco acusa que as terras cultiváveis e a fontes de água para irrigá-las não acompanham o aumento da população. Diante de tal situação os agricultores ver-se-iam obrigados a usar práticas agrícolas mais intensas, a fim de assegurar a disponibilidade de alimentos. Os projetos do Banco para o Desenvolvimento Rural teriam como objetivo proporcionar uma agricultura lucrativa que proporcionasse a conservação ambiental e a equidade social, o que caracterizaria uma agricultura sustentável (*Id., Ibid., loc. cit.*). Com relação ao Desenvolvimento Social, o Banco Mundial afirma:

Durante el pasado ejercicio el Banco siguió alcanzando significativos progresos hacia la consecución de la meta de asegurar que los pueblos, sus culturas y sus sociedades sean tomados en cuenta en el proceso de desarrollo, y que ese proceso efectivamente mejore las condiciones de vida de la gente, en particular de los pobres (Id., Ibid., p. 142).

Um dos pontos em que o Banco tem atuado para alcançar seu objetivo em Desenvolvimento Social é nos países afetados por conflitos. Num país pós-conflito o Banco atua na reconstrução da infra-estrutura, no crescimento econômico e em demais necessidades no setor social, como também “*se están preparando operaciones para ayudar en las tareas de remoción de minas, desmovilización y reinserción social de los ex combatientes, y en el reasentamiento de las personas desplazadas*” (*Id., Ibid., p. 143*). Outro ponto para o qual o Banco destina seus projetos é denominada inclusão social que, segundo ele pode ser assim definida:

La inclusión social va más allá de la pobreza; incluye también las privaciones, que abarcan una gama más amplia de factores, entre ellos, el acceso a la atención de la salud y la educación, la coherencia de la comunidad y la estabilidad social (BANCO MUNDIAL, 1999., p. 142).

Essa “inclusão social” está estritamente ligada ao processo de pós-reconstrução de países destruídos, e conta com vários estudos regionais em diversas partes do mundo, organizados pelo Banco.

1.3.4 Desenvolvimento Humano

Na quarta, e última rede temática estão incluídos temas como: População, Saúde e Nutrição; Proteção Social e Educação. Segundo o Banco Mundial, sua atuação nessas áreas é justificada mediante a seguinte afirmação:

El tejido económico y social de muchos países de todo el mundo se ha visto afectado por las crisis globales que se han registrado. Parte de la reacción del Banco ante esta situación ha consistido en colaborar con los países para proteger los gastos públicos en áreas cruciales de los sectores sociales, preservar el acceso a servicios sociales básicos, particularmente para la población pobre, mejorar los sistemas de seguridad social (incluidos pensiones, programas de obras públicas y prestaciones por desempleo) e incrementar el impacto de los proyectos y programas en los indicadores de salud, nutrición, población y educación (Id., Ibid.,p. 125).

No que se refere à área de Saúde, População e Nutrição, o Banco tem como objetivo melhorar as condições de acesso dos grupos pobres aos sistemas de saúde, tanto no privado como no público, por meio de projetos financiados com empréstimos e promoção de reformas nas estruturas de financiamento desses sistemas. No setor de Nutrição, o Banco tem atenção para as crianças pobres e suas mães, por meio de programas de nutrição, e de enriquecimentos de alimentos, nas comunidades e escolas.

Para a área de Proteção Social, o Banco tem direcionado sua estratégia em projetar mudanças a longo prazo que permitam melhorar as bases de informação sobre a pobreza, como também questões relativas a “gênero”. Em melhorar o sistema de seguro desemprego e outros dados referentes ao mercado de trabalho, assim como no sistema de pensões sendo seus empréstimos, em muitos casos, direcionados para países em crises financeiras (*Id., Ibid.,p. 143*).

Para a Educação o objetivo é aumentar o acesso, a equidade e qualidade, sendo essas a tônica que permeia os projetos financiados. A justificativa do Banco para realizar empréstimo aos seus países membros pauta-se em encarar a educação como um instrumento que afeta a saúde e a esperança de vida das pessoas, proporcionando os meios necessários para obter uma

vida mais saudável, sendo também responsável pelo crescimento econômico dos países, permitindo que sejam competitivos no mercado mundial, na denominada era da informação. Isso faria com que fosse intensificada a utilização produtiva da força de trabalho, e esse se constitui, para o Banco, como o principal recurso das pessoas pobres para obtenção de renda (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 59).

1.4 Distribuição dos Recursos do Banco Mundial por Setores e Regiões do Mundo

1.4.1 Distribuição dos Recursos do Banco Mundial por Setores

Na Tabela 5 pode-se observar a distribuição de recursos do Banco Mundial (Bird e AID) para os respectivos setores em que há financiamento de projetos para os países membros. Pode-se observar que em cada ano ocorre uma variação na distribuição de recursos por setor, ou seja, o valor percentual distribuído por setor não é fixo.

Tabela 5 – MUNDO: Percentual de Recursos do Banco Mundial (Bird e AID) destinados aos países membros, por setor e ano, de 1991 a 1999

Setores	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Agricultura	16,34	15,91	13,79	18,57	9,79	9,66	18,61	9,43	9,68
Educação	9,93	7,81	8,47	9,93	9,11	7,93	5,31	10,95	4,64
Energia elétrica e outras	5,92	14,26	10,91	6,57	9,95	15,09	9,87	7,02	1,52
Meio ambiente	0,00	2,31	0,28	3,78	3,66	4,10	1,34	3,33	1,86
Finanças	10,98	6,80	4,03	7,22	13,23	6,65	6,16	21,76	9,92
Indústria	6,02	1,58	1,41	3,34	0,79	1,17	1,02	0,26	2,33
Mineração	0,97	0,03	1,11	0,07	0,11	3,22	1,68	4,82	1,09
Multisetor	12,64	16,67	15,20	7,11	13,99	7,74	11,42	6,49	35,42
Petróleo e gás	8,37	4,44	3,98	6,66	2,68	0,26	0,71	0,49	0,06
Saúde, Nutrição e população	6,91	4,38	7,46	4,25	4,89	10,94	4,81	6,97	3,82
Administração do setor público	3,36	3,48	4,53	3,04	4,87	8,72	4,76	6,95	4,93
Setor social	0,00	0,05	0,19	0,72	4,67	4,62	7,26	4,69	9,24
Telecomunicações	1,50	1,98	1,49	2,03	1,44	0,16	0,00	0,25	0,04
Transporte	6,58	10,58	16,23	15,81	9,78	12,88	20,01	10,90	10,42
Turismo	0,00	0,00	0,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Urbano	5,08	5,54	5,53	6,24	6,67	4,04	3,49	3,76	2,44
Abastecimento de água e saneamento	5,40	4,20	4,87	4,68	4,36	2,83	3,57	1,94	2,60
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: WORLD BANK. **Annual Report.** Washington, 1991 a 1999.

Dados calculados e tabulados pelo autor.

No ano de 1991 tivemos sete setores que somaram 71,15% dos recursos, de um total de dezessete setores: Agricultura; Multisetor; Finanças; **Educação**; Petróleo e gás; Saúde, nutrição e população e Transporte. Para o ano de 1992 um outro grupo de sete setores

formados por Multisetor; Agricultura; Energia elétrica e outras formas de energia; Transporte; **Educação**; Finanças e Desenvolvimento Urbano; manejaram 55% dos recursos.

Em 1993, um outro grupo de sete setores somaram de 77,58% dos recursos do Banco para financiamento de projetos. Nesse grupo estavam: Transporte; Multisetor; Agricultura; Energia elétrica e outras formas de energia; **Educação**; Saúde, Nutrição e População; e Desenvolvimento Urbano. Em 1994 a percentagem dos recursos que foram detidos por outro grupo de sete setores foram 71,86 %, sendo estes setores: Agricultura; Transporte; **Educação**; Finanças; Multisetor; Petróleo e gás; e Energia elétrica e outras formas de energia”.

Em 1995 o grupo dos sete composto por: Multisetor; Finanças; Energia elétrica e outras formas de energia; Agricultura; Transporte; **Educação** e desenvolvimento urbano, receberam a percentagem de 72,53 % dos recursos para esse ano. No próximo ano, 1996, este valor foi de 72,95% e os setores que compuseram o grupo dos sete foram: Energia elétrica e outras formas de energia; Transporte; Saúde, Nutrição e População; Agricultura; Administração do Setor Público; e **Educação** e Multisetor.

Para ano de 1997 os setores que manejaram 78,63% dos recursos do Banco foram: Transporte; Agricultura; Multisetor; Energia elétrica e outras formas de energia; Setor social; Finanças; e **Educação**. Em 1998 estes setores foram: Finanças; **Educação**; Transporte; Agricultura; Energia elétrica e outras formas de energia; Saúde, nutrição e população; e Administração do setor público que somaram recursos da ordem de 73,98% do que foi despendido em projetos pelo Banco.

E, em 1999, o grupo formado pelos sete setores que abarcaram o maior volume de recursos dos setores que tiveram projetos financiados pelo Banco foi composto dos seguintes setores: Multisetor; Transporte; Finanças; Agricultura; Setor social; Administração do setor público; **Educação**, sendo a soma de recursos da ordem de 84,25% dos recursos em projetos.

Percebe-se, pela exposição precedente que existem setores que em nenhum dos anos mencionados fazem parte do grupo dos sete, os quais são: Indústria; Abastecimento de água e saneamento; Telecomunicações; Mineração; Meio Ambiente e Turismo.

Existem também aqueles setores que ora fazem parte do grupo dos sete, em alguns anos, e, em outros anos, não fazem parte como: Energia elétrica e outras formas de energia; Desenvolvimento urbano; Petróleo e gás; Administração do setor público; Setor social; e Multisetor. Alguns setores estão presentes no grupo dos sete setores em todos os anos mencionados, os quais são: Agricultura, Transporte e **Educação**.

Ainda pode-se observar, por meio da Tabela 4, que no ano de 1991 a educação ocupou o quarto lugar no *ranking* dos setores financiados. Nos anos de 1992 e 1993 a posição da

educação foi de quinto lugar entre os 17 setores financiados. Em 1994 o setor educação sobiu duas posições em relação aos dois anos anteriores, ficando em terceiro lugar. Em 1995 e 1996 sua posição foi de sexto lugar, e em 1997 de sétimo lugar. Em 1998 *ranking* da educação foi no segundo lugar, entre os setores financiados, e em 1999 a posição do ano anterior, de sétimo lugar.

1.4.2 Distribuição dos Recursos do Banco Mundial por Regiões do Mundo

Na Tabela 6 pode-se notar que no período de 1991 a 1999 as regiões do mundo que mais receberam recursos em empréstimos do Banco (Bird e AID) foram: Ásia do Leste e Pacífico (27,16%); América Latina e Caribe (24,16%); Europa e Ásia Central (18,14%); Ásia do Sul (12,77%); África (11,78%) e Oriente Médio e Norte da África (5,99%). Juntas, Ásia do Leste e Pacífico com América Latina e Caribe, somam 51,32% dos recursos de empréstimo.

Tabela 6 – MUNDO: Valores correntes (em milhões de dólares) acumulados no período de 1991 a 1999 em projetos por região do mundo

Setores	África	Ásia do Leste e Pacífico	Ásia do Sul	Europa e Ásia Central	América Latina e Caribe	Oriente Médio e Norte da África
Agricultura	2.950,30	9.579,50	4.635,20	2.905,70	5.117,60	2.453,40
Educação	2.341,40	4.161,70	2.751,60	1.192,90	5.763,70	1.057,20
Energia	1.559,60	8.910,50	3.599,20	2.483,00	1.044,50	618,00
Meio ambiente	231,30	1.417,74	650,00	283,90	1.993,50	232,00
Finanças	1.686,00	7.284,70	1.562,70	2.549,20	6.845,60	1.177,70
Indústria	371,60	1.286,40	817,20	1.127,10	110,80	400,00
Mineração	105,40	35,00	607,00	1.940,80	544,50	0,00
Multisetorial	5.536,80	5.326,70	1.615,70	10.376,70	6.233,70	1.605,00
Petróleo e gás	554,60	836,00	1.186,00	2.707,00	502,00	359,00
Saúde, nutrição e população	1.689,00	1.502,30	3.986,40	1.158,80	3.485,80	821,70
Administração do setor público	1.409,60	773,50	695,50	2.634,10	4.401,50	608,90
Setor social	657,50	1.317,20	562,70	1.897,80	2.916,10	308,00
Telecomunicações	112,70	1.118,50	147,00	483,00	6,00	120,00
Transporte	3.105,40	9.322,90	2.365,50	3.690,70	6.811,30	572,90
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,00
Desenvolvimento Urbano	1.195,90	2.773,60	411,50	1.547,80	2.331,80	1.521,00
Abastecimento de água e saneamento	1.189,30	1.301,00	1.173,20	1.060,80	2.541,00	580,30
Total	24.696,40	56.947,24	26.766,40	38.039,30	50.649,40	12.565,10

Fonte: WORLD BANK. **Annual Report**. Washington, 1991 a 1999. Dados calculados e tabulados pelo autor.

No tópico anterior foram identificados três setores chaves do Banco Mundial, ou seja, setores que sempre estiveram nos primeiros lugares em recursos para empréstimos, os setores que receberam mais recursos, foram: agricultura, transporte e educação. De 1991 até 1999, o Banco emprestou recursos para dezessete setores.

A distribuição de recursos na área da Agricultura ocorre da seguinte forma: 34,66% para Ásia do Leste e Pacífico; 18,51% para América Latina e Caribe; 16,77% para Ásia do Sul; 10,67% para África; 10,51% para Europa e Ásia Central; e 8,88% para Oriente Médio e Norte da África. Para a área de Transporte temos 36,04% para Ásia do Leste e Pacífico; 26,33% para América Latina e Caribe; 14,27% para Europa e Ásia Central; 12,00% para África; 9,14% para Ásia do Sul; e 2,21% para Oriente Médio e Norte da África.

Apesar de a Região Ásia do Leste e Pacífico ocupar a maior percentagem em termos totais de recursos de empréstimos, assim como nos setores de Agricultura e Transporte, no setor educação tem-se a região de América Latina e Caribe como a que mais recebeu recursos, nesse período. O *ranking* pode ser assim descrito: América Latina e Caribe com 33,38% dos recursos de empréstimos; Ásia do Leste e Pacífico com 24,10%; Ásia do Sul com 15,93%; África com 13,56%; Europa e Ásia Central com 6,91%; e Oriente Médio e Norte da África com 6,12%.

Cada uma das regiões: África, Ásia do Leste e Pacífico, Ásia do Sul, Europa e Ásia Central, América Latina e Caribe e Oriente Médio e Norte da África toma empréstimos para os dezessete setores em que são desenvolvidos projetos. A Tabela 5 mostra qual a participação em valores monetários dos setores supracitados.

As regiões que priorizaram seus recursos na área da agricultura foram: Oriente Médio e Norte da África 19,53%; Ásia do Sul 17,32%; Ásia do Leste e Pacífico 16,82%; África 11,95%; América Latina e Caribe 10,10%; e Europa e Ásia Central 7,64%.

Para o setor de transportes teve-se: Ásia do Leste e Pacífico 16,37%; América Latina e Caribe 13,45%; África 12,57%; Europa e Ásia Central 9,70%; Ásia do Sul 8,84%; e Oriente Médio e Norte da África 4,56%.

Para a área de Educação teve-se que a América Latina e Caribe 11,38%, sendo seguida pela Ásia do Sul 10,28%; África 9,48%; Oriente Médio e Norte da África 8,41%; e Ásia do Leste e Pacífico 7,31%; e Europa e Ásia Central 3,14%.

Nota-se que um cruzamento de dados permite identificar uma correspondência entre a região América Latina e Caribe e o setor educação. Essa em relação às outras regiões, foi a que tomou mais recursos de empréstimo para o setor de educação. Dentre a prioridade de

recursos para os projetos desenvolvidos no interior da região, a América Latina e Caribe foi a que mais investiu recursos emprestados, em termos percentuais, em projetos da área de educação em relação as outras regiões, como afirmado em parágrafos anteriores e de acordo com o a Tabela 5.

A partir do próximo tópico será abordado o setor educação, haja vista que esse é um dos três maiores receptores de recursos do Banco Mundial, e como será possível perceber, de 1991 a 1999, houve cinco anos em que o *ranking* de maior tomador de empréstimos para o setor educação foi ocupado por um país latino-americano.

1.5 Distribuição de recursos para o Setor Educação

Pode-se observar, de acordo com a Tabela 7, que os projetos de educação financiados pelo Banco Mundial, têm seus recursos advindos de duas de suas instituições: o Bird e a AID. Por exemplo, em 1991, do total de empréstimos realizados pelo Banco Mundial, tem-se que 67,30% são recursos fornecidos pelo Bird e que 32,70% são recursos da AID.

Nos anos de 1990 e 1993, teve-se a preponderância da AID com maior participação nos recursos, para empréstimo, para o setor educação. Nos anos, 1991, 1992, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, teve-se a preponderância o Bird com um maior percentual de recursos para o setor educação, acima de cinquenta por cento.

Tabela 7 – MUNDO: Participação percentual das instituições do Banco Mundial (Bird e AID) no financiamento de projetos de educação no período de 1990 a 1999

Anos	Bird	(+)	AID	(=)	Banco Mundial
1990	35,66 %	+	64,34 %	=	100,00 %
1991	67,30 %	+	32,70 %	=	100,00 %
1992	68,99 %	+	31,01 %	=	100,00 %
1993	48,25 %	+	51,75 %	=	100,00 %
1994	68,18 %	+	31,82 %	=	100,00 %
1995	55,86 %	+	44,14 %	=	100,00 %
1996	53,98 %	+	46,02 %	=	100,00 %
1997	74,93 %	+	25,07 %	=	100,00 %
1998	61,62 %	+	38,38 %	=	100,00 %
1999	59,84 %	+	40,16 %	=	100,00 %

Fonte: WORLD BANK. **Annual Report.** Washington, 1990 a 1999.

Dados calculados e tabulados pelo autor.

Com relação a quais países receberam recursos para o setor educação, o Banco Mundial financiou projetos no setor educação para 94 países⁸, no período de 1990 a 1999,

⁸ Os 94 países que tomaram empréstimo do Banco Mundial para o setor educação do período de 1990 a 1999 foram: Albânia, Algéria, Angola, Argentina, Armênia, Azerbaijão, Bangladesh, Barbados, Belize, Benin, Bolívia, Bósnia e Herzegovênia, **Brasil**, Burkina Fasso, Butão, Cabo Verde, Camarões, Chad, Chile, China, Colômbia, Costa do Marfim, Costa Rica, Djibouti, Dominica, Egito, El Salvador, Equador, Etiópia, Fed. Russa,

sendo que o Bird emprestou recursos para 45 países⁹, no mesmo período, para o setor educação e a AID emprestou recursos para sessenta países¹⁰ realizarem projetos de educação, com onze países¹¹ atendidos pelas duas instituições.

A Tabela 8 mostra que, durante a década de noventa apesar de os 45 países que participaram dos Empréstimos do Bird para a área da educação, somente cinco estiveram presentes como primeiros colocados em tomadores de empréstimo: Argentina; Brasil; Indonésia; Malásia e México.

Tabela 8 – MUNDO: Países que tomaram a maior porcentagem de recursos em empréstimos, de 1990 a 1999, do Banco Mundial (Bird mais AID) para o setor educação

Bird			AID		BANCO MUNDIAL (Bird + AID)	
Anos	País	Porcentagem de Recursos	País	Porcentagem de Recursos	País	Porcentagem de Recursos
1990	Indonésia	58,06%	Índia	24,57%	Indonésia	20,70%
1991	Brasil	26,06%	Índia	41,71%	Brasil	17,54%
1992	México	33,78%	Quênia	26,54%	México	23,31%
1993	México	26,24%	Índia	5,89%	México	12,66%
1994	Brasil	32,10%	Costa do Marfim	30,69%	Brasil	21,89%
1995	México	24,77%	Índia	30,79%	China	15,66%
1996	Argentina	30,45%	Índia	54,17%	Índia	24,93%
1997	Indonésia	35,84%	China	41,16%	Indonésia	26,85%
1998	México	30,86%	Paquistão	22,70%	México	19,01%
1999	Malásia	30,33%	Índia	15,88%	Malásia	18,15%

Fonte: WORLD BANK. **Annual Report.** Washington, 1991 a 1999. Dados calculados e tabulados pelo autor.

Filipinas, Gâmbia, Gana, Granada, Guatemala, Guiana, Guiné, Guiné Bissau, Haiti, Honduras, Iêmen, Ihas Salomão, Índia, Indonésia, Jamaica, Jordão, Laos, Lesoto, Letônia, Líbano, Macedônia, Madagascar, Malásia, Malauí, Maldivas, Mali, Marrocos, Maurícius, Mauritânia, México, Moçambique, Moldávia, Nepal, Nicarágua, Níger, Nigéria, Panamá, Papua Nova Guiné, Paquistão, Paraguai, Peru, Polônia, Quênia, República da Coréia, República Dominicana, România, Ruanda, Senegal, Somália, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tailândia, Tanzânia, Togo, Trindade e Tobago, Tunísia, Turquia, Uganda, Hungria, Uruguai, Venezuela, Vietnã, Zaire e Zâmbia.

⁹ Os 45 países que tomaram empréstimo do Bird para projetos de educação no período de 1990 a 1999 foram: Argélia, Argentina, Barbados, Belize, **Brasil**, Chile, China, Colômbia, Costa do Marfim, Costa Rica, Dominica, Egito, El Salvador, Equador, Fed. Russa, Filipinas, Granada, Guatemala, Índia, Indonésia, Jamaica, Jordão, Letônia, Líbano, Malásia, Marrocos, Maurícius, México, Moldávia, Panamá, Papua Nova Guiné, Paraguai, Peru, Polônia, Rep. Coréia, República da Coréia, República Dominicana, România, Tanzânia, Trindade e Tobago, Tunísia, Turquia, Ungria, Uruguai e Venezuela.

¹⁰ Os sessenta países que tomaram recursos da AID, no período de 1990 a 1999 para o setor educação foram: Albânia, Angola, Armênia, Azerbaijão, Bangladesh, Benin, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Burkina Fasso, Butão, Cabo Verde, Camarões, Chad, Chile, China, Costa do Marfim, Djibouti, Dominica, Egito, Etiópia, Filipinas, Gâmbia, Gana, Granada, Guiana, Guiné, Guiné Bissau, Haiti, Honduras, Iêmen, Ihas Salomão, Índia, Indonésia, Laos, Lesoto, Macedônia, Madagascar, Malauí, Maldivas, Mali, Mauritânia, Moçambique, Moldávia, Nepal, Nicarágua, Níger, Nigéria, Paquistão, Quênia, Ruanda, Senegal, Somália, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tanzânia, Togo, Uganda, Vietnã, Zaire, Zâmbia.

¹¹ Os onze países que tomaram recursos das duas instituições do Banco Mundial (Bird e AID) no período de 1991 a 1999 para o setor educação foram: Chile, China, Costa do Marfim, Dominica, Egito, Filipinas, Granada, Índia, Indonésia, Moldávia e Tanzânia.

Em 1991 foram cedidos empréstimos do Bird para vários países executarem projetos no setor educação. Dos cem por cento de recursos emprestados pelo Bird, o Brasil tomou maior empréstimo, que representou 26,06%.

Somados os recursos de empréstimos do Bird com os recursos da AID, o Brasil, em 1991, foi o maior tomador: a porcentagem de recursos emprestados para o setor educação representou, em relação ao que foi cedido naquele ano pelas duas instituições do Banco Mundial, um total de 17,54% dos recursos para o Brasil.

São também cinco o número de países que tomaram os maiores empréstimos, no total de sessenta países prestatários da AID para a área de educação: China; Costa do Marfim; Índia; Paquistão e Quênia. De todos os países que realizaram empréstimos na AID, esses cinco países foram os que efetuaram maior empréstimo em cada ano.

Assim, entre os países que realizaram empréstimos para a área de educação no Banco Mundial (105 países), o grupo dos maiores tomadores na década de noventa foi constituído por seis países: Brasil; China; Índia; Indonésia; Malásia e México.

Na Tabela 9 apresentamos o *ranking* dos três maiores tomadores de empréstimo nos anos selecionados de 1991, 1993, 1994, 1998 e 1999, sendo que esses anos correspondem àqueles em que o Brasil tomou empréstimo do Bird para o setor educação.

Tabela 9 – MUNDO: *Ranking* do três primeiros países que tomaram empréstimos para o Setor de Educação do Bird nos anos de 1991, 1993, 1994, 1998 e 1999

Anos	Ranking (três primeiros)	País	Porcentagem de Recurso Recebido
1991	1º lugar	Brasil	26,06%
	2º lugar	Filipinas	13,20%
	3º lugar	México	10,03%
	Total	13 países	100%
1993	1º lugar	México	26,24%
	2º lugar	Malásia	25,62%
	3º lugar	Brasil	21,90%
	Total	9 países	100%
1994	1º lugar	Brasil	32,10%
	2º lugar	México	29,22%
	3º lugar	República da Coreia	13,48%
	Total	9 países	100%
1998	1º lugar	México	30,86%
	2º lugar	Turquia	15,55%
	3º lugar	Brasil	11,28%
	Total	11 países	100%
1999	1º lugar	Malásia	30,33%
	2º lugar	Brasil	25,11%
	3º lugar	Chile	21,18%
	Total	7 países	100%

Fonte: WORLD BANK. **Annual Report.** Washington, 1991 a 1999. Dados calculados e tabulados pelo autor.

Da Tabela 9 pode-se apreender que o Brasil, na década de noventa, teve sua posição estabelecida sempre entre os três primeiros tomadores de empréstimos para projetos no setor educação, o que revela a magnitude dos projetos co-financiados pelo Bird no Brasil, em relação aos outros países, no mesmo setor. Isso permite a afirmação de que o Brasil mostra ser um importante cliente de um setor de destaque do Banco Mundial.

1.6 Os projetos de educação no Brasil co-financiados pelo Bird

Na Tabela 10 vê-se os projetos educacionais executados no Brasil que contaram com o co-financiamento do Bird.

Na década de setenta tivemos três projetos de educação, em que dois projetos eram de ensino profissional e um de ensino médio. Na década de oitenta aumenta para quatro o número de projetos de educação, quando se tem o número de projetos executados divididos em educação profissional e ensino fundamental. Na década de noventa o número de projetos aumenta para sete, sendo que todos tratam tão somente do ensino fundamental.

Tabela 10 – BRASIL: Data de aprovação e modalidades de ensino dos projetos de educação para o Brasil de 1971 a 1999

Nome do Projeto	Data de Aprovação	Setor Educacional
Second School Improvement Project FUNDESCOLA (02)	08-Jun-1999	Ensino Fundamental
School Improvement Project FUNDESCOLA (01)	02-Apr-1998	Ensino Fundamental
Basic Education Quality Improvement Project	17-May-1994	Ensino Fundamental
BR-Parana Basic Education Quality	28-Jun-1994	Ensino Fundamental
Northeast Basic Education Project (03)	23-Nov-1993	Ensino Fundamental
Northeast Basic Education Project (02)	13-May-1993	Ensino Fundamental
Innovations in Basic Education Project	26-Jun-1991	Ensino Fundamental
Skills Formation Project	12-May-1987	Ensino Profissional
Science and Technology Project	29-Jan-1985	Ensino Profissional
Urban Basic Education Project	17-May-1984	Ensino Fundamental
Northeast Basic Education Project (01)	10-Jun-1980	Ensino Fundamental
Vocational Training Project	09-Jun-1977	Ensino Profissional
Education Project (02)	12-Nov-1974	Ensino Médio
Education Project (01)	30-Mar-1971	Ensino Profissional

Fonte: WORLD BANK. **Annual Report.** Washington, 1971, 1974, 1977, 1980, 1984, 1985, 1987, 1991, 1993, 1994, 1998, 1999.

*Valores em milhões de dólares

1.7 Características da educação recomendada e financiada pelo Bird na década de 1990

1.7.1 Educação como Promotora do Crescimento Econômico

Segundo o Banco Mundial, a educação é um elemento ou instrumento dotado da capacidade de permitir que o indivíduo adquira o aumento de produtividade de seu trabalho, e, em consequência, o aumento de sua renda, o que levaria a redução da pobreza e, por conseguinte ao crescimento e desenvolvimento econômico do país.

*Es un elemento crucial de la estrategia del Banco Mundial para ayudar a los países a reducir la pobreza y mejorar los niveles de vida mediante el crecimiento sostenible y la inversión en el capital humano. Esta doble estrategia exige que se promueva el uso productivo de la mano de obra, que es el principal activo de los pobres, y se suministren servicios sociales básicos a los pobres*¹² (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 21).

Com relação ao mercado de trabalho, o Banco Mundial encara as mudanças tecnológicas e a integração do comércio internacional como fatores que alteram a demanda por trabalhadores, o que traz consequência para a educação fundamental, como:

En primer lugar, la educación debe estar concebida para satisfacer la creciente demanda de trabajadores adaptables, capaces de adquirir fácilmente nuevos conocimientos [...]. Esta necesidad aumenta la importancia de las capacidades básicas adquiridas en la enseñanza primaria y secundaria general (Id., Ibid., p. 27).

No que se refere à redução da pobreza, o Banco Mundial salienta que a condição de indivíduo pobre está diretamente relacionada à ausência de produtividade de seu trabalho, o que leva a uma pequena ou não existência de obtenção de renda:

Los bajos ingresos de los pobres son resultado en parte de su dotación de capital humano relativamente más baja [...] Si las personas relativamente más pobres que hablan guaraní en el Paraguay tuvieran el mismo nivel de escolaridad que las que hablan español, las diferencias de ingreso desaparecerían. [...] En consecuencia, la educación puede contribuir considerablemente a la reducción de la pobreza. La educación confiere aptitudes, conocimientos y actitudes que aumentan la productividad del trabajo de los pobres [...] La creación de capital humano es la creación y la distribución de nueva riqueza (Id., Ibid., p. 30).

¹² “La inversión en educación lleva a la acumulación de capital humano, que es un factor clave para el crecimiento económico sostenido y el aumento de los ingresos. La educación, y especialmente la educación básica (primaria y secundaria de primer ciclo), contribuye también a reducir la pobreza al aumentar la productividad del trabajo de los pobres [...]” (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 21).

1.7.1.1 A Relação da Educação com a Redução da Pobreza e o Mercado de Trabalho

O Banco Mundial entende que os governos dos países que passam por reformas econômicas devem priorizar seus gastos em educação, com a intenção de que isso permita o crescimento econômico com redução da pobreza.

[...] es importante que los gobiernos se concentren también en los factores que son necesarios para mantener el crecimiento y reducir la pobreza, [...]. Las inversiones en capital humano son especialmente críticas al desfase que existe entre las inversiones en educación y el ingreso de nuevos trabajadores a la fuerza laboral. En consecuencia, las demoras en reformar los sistemas de educación corren el riesgo de reducir el crecimiento económico futuro (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 102).

Assim, o Banco Mundial ressalta a importância da educação que deve se estender não somente ao Ministério da Educação, de cada país, mas a outros ministérios, como o da Fazenda, por exemplo; e que tal educação não esteja focalizada em determinada região do mundo, mas que seja priorizada para todos os países e regiões do planeta.

[...] no sólo los ministerios de educación, sino también los ministerios de hacienda y de planificación, le asignen mayor prioridad. Desde hace tiempo lo han entendido así los países de Asia oriental, y lo están entendiendo cada vez más otros países, especialmente los de América Latina y la India. Es importante que otros países también presten más atención a la educación, especialmente los de África, Asia meridional, el Oriente Medio y los ex países socialistas de Europa y Asia [...] (Id., Ibid., p. 103).

1.7.2 Acesso, Equidade e Qualidade na Educação

1.7.2.1 Acesso à Educação

Sobre o acesso à educação, o Banco Mundial destaca para as regiões do mundo a seguinte situação:

En Europa oriental y Asia central, el período de educación normal es de nueve o diez años. En Asia oriental y en América Latina y el Caribe, la educación primaria es casi universal. Los países de Asia meridional y del Oriente Medio y Norte de África también están progresando, aunque a los países de Asia meridional aún les queda mucho camino por delante. La situación en la región de África al sur del Sahara no es tan buena (Id., Ibid., p. 36).

Um dos motivos para o aumento nas matrículas em algumas regiões se dá por meio da pressão demográfica que acontece nos países onde a taxa de matrícula de meninas é menor do que a de meninos: “[...] presiones demográficas sobre la matrícula se seguirán produciendo en las tres regiones con las tasas más bajas de matrícula femenina y los niveles más altos de fecundidad, a saber, África, Asia meridional y el Oriente Medio y Norte de África” (Id., Ibid., p. 39).

No que diz respeito às baixas taxas de conclusão e altas taxas de reprovação e desistência, o Banco Mundial salienta dificuldades no que se denomina de oferta de educação (escola) e demanda de educação (pais e alunos):

Por el lado de oferta, las bajas tasas de terminación pueden deberse a problemas de calidad de la instrucción. Por el lado de demanda, es posible que las familias necesiten que los niños trabajen (por ejemplo, en la producción agrícola) y los retiren temporalmente, o incluso permanentemente, de la escuela, especialmente a las niñas, lo que da origen a la repetición (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 45).

1.7.2.2 Equidade na Educação

Quando trata da questão de equidade o Banco Mundial enfatiza o fato de alguns assistirem a escola menos que outros. Nesse sentido o Banco Mundial frisa o fato de em algumas regiões do mundo o número de matrículas variar conforme o sexo da criança:

La mayor disparidad entre niños y niñas se encuentra en Asia meridional, donde las niñas tenían expectativas de cursar seis años de instrucción y los niños, 8,9 años, y en el Oriente Medio, donde las niñas tenían expectativas de obtener 8,6 años de educación, y los niños, 10,7 años. La diferencia en razón del sexo es actualmente muy pequeña en Europa oriental y central y en América Latina, aunque indudablemente las generalizaciones regionales ocultan excepciones, como la de Turquía (Id., Ibid., p. 48).

Como explicação para a existência de um número maior de matrículas de meninos do que de meninas e a forma como seria possível evitar tal situação, o Banco Mundial assim se expressa:

Además de una escasez de plazas escolares para las niñas, en muchos países la demanda de los padres de educación para sus hijas es baja debido a normas culturales y también a que las niñas trabajan en el hogar. [...] Para superar las desigualdades será necesario no sólo crear plazas escolares para las niñas sino también acabar con la ignorancia de muchos padres acerca de los beneficios que les reportará la matrícula de sus hijas en la escuela (Id., Ibid., p. 48-49).

Outros grupos que encontram dificuldades para participar da educação escolar são: nômades, refugiados, crianças de rua e crianças que trabalham. A explicação para que tais grupos não consigam educação escolar, são assim destacadas:

Los refugiados son víctimas de la renuencia de los gobiernos receptores a financiar los gastos de los inmigrantes provisionales. Los niños de la calle sufren a causa de la falta de orientación de los padres y los niños que trabajan tienen que contribuir al ingreso familiar. En los países en desarrollo, las enfermedades y la malnutrición son causa de la elevada proporción de niños con dificultades de aprendizaje e impedimentos físicos (Id., Ibid., p. 50).

Para o Banco Mundial, com a intenção de que se atinja a equidade na educação, é necessário que os governos dos países em desenvolvimento canalizem suas ações para a resolução das seguintes situações:

La primera consiste en velar por que todos tengan educación básica, es decir, las aptitudes básicas necesarias para desempeñarse eficazmente en la sociedad. La segunda es velar por que no niegue acceso a las instituciones de enseñanza a los candidatos calificados porque son pobres o son mujeres, porque pertenecen a minoría étnicas, viven en regiones geográficamente aisladas o tienen necesidades de educación especiales (BANDO MUNDIAL, 1996, p. 126) .

Do mesmo modo, alcançar a equidade significa também aplicar recursos no financiamento do ensino básico.

Las medidas especiales tienden a concentrarse en los niveles inferiores de la educación. Consisten en contratar más maestras para que sirvan de modelo a las niñas, proporcionar educación especial y educación bilingüe en los países con diversidad lingüística, y llevar programas de salud y nutrición. Tomadas en conjunto, esas medidas equivalen a proporcionar acceso universal a la enseñanza (no sólo asistencia universal a la escuela) a nivel primario, con lo que se abre el camino a la equidad en todos los niveles del sistema de educación (Id., Ibid., p. 127).

O Banco Mundial também enfatiza os custos diretos em que incorrem os países para que a criança possa assistir às aulas, pois não atentando para tais custos, é possível que as crianças não aprendam ou abandonem a escola, contando que o ensino é público e gratuito.

[...] los costos directos e indirectos para las familias pobres pueden ser demasiado altos para asegurar la matrícula y el aprendizaje. Los costos directos pueden consistir en transporte, libros de texto, libros de ejercicios, lápices, uniformes, etc. Si los niños pobres carecen de esos artículos, es posible que no asistan a la escuela o no aprendan¹³ (Id., Ibid., loc. cit.).

Com a intenção de permitir que um número maior de meninas possa ter acesso ao ensino, o Banco recomenda a construção de ruas para que transitem da residência até a escola, e vice-versa, em segurança; a construção de banheiros nas escolas para uso exclusivo de meninas, como também a construção de salas de aula; ou até de escolas, somente para meninas.

¹³ Sobre outros fatos apontados pelo Banco Mundial que constituem impedimentos ao acesso das crianças na escolas, pode-se citar: “Em Marruecos, la renuencia de los padres a enviar a sus hijas a la escuela sin la ropa adecuada aumenta el costo directo de enviar a la escuela a las niñas en comparación con los niños. También se necesita asistencia financiera para los pobres cuando los costos indirectos de la asistencia a la escuela son altos en relación con la contribución del niño a la economía doméstica. En general es más difícil para los padres enviar a la escuela a una niña que a un niño porque éstas aportan más horas de trabajo en el hogar. En Burkina Faso, las niñas de siete y más años de edad dedican 3,5 horas diarias a las tareas domésticas, en tanto que los niños sólo les dedican 1,5 horas. El uso de mano de obra infantil reduce también la demanda de enseñanza, una vez más a causa de la necesidad de ingresos de las familias pobres. Los niños trabajan por una serie de razones, la más importante de las cuales es la pobreza y la presión para escapar de ella. Aunque los niños no están bien remunerados, contribuyen con todo considerablemente al ingreso familiar en los países en desarrollo. Por ejemplo, en el Paraguay los menores aportan casi la cuarta parte del total del ingreso familiar” (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 128-129).

El hecho de no tener una escuela a poca distancia del hogar también desalienta la matrícula de las niñas debido a la preocupación de los padres por su seguridad. En Murruecos, un camino pavimentado aumenta en 40% la probabilidad de que las niñas asistan a la escuela, y reduce en 5% la probabilidad de deserción. Muy a menudo la niñas no asisten a la escuela porque ésta no tiene servicios sanitarios separados ni sala de recreo exclusivamente para ellas. En algunas culturas, la asistencia de las niñas a la existencia de escuelas para niñas solamente¹⁴ (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 128).

Soma-se às iniciativas dos parágrafos precedentes com a que segue, para que se possa atingir a equidade nas relações de educação, nesse caso salientam-se os gastos em nutrição e educação.

Los programas especiales para mejorar la nutrición y la salud de los escolares pueden contribuir a aumentar el acceso y la equidad. Por ejemplo, los programas de alimentación escolar pueden producir diferencias en la matrícula y la participación de las niñas, como ha sucedido en Ghana. Otros programas, como los de tratamientos contra los parásitos y de enriquecimiento o suplementación con micronutrientes, que son relativamente baratos y fáciles de realizar, pueden mejorar significativamente la capacidad de los niños desfavorecidos de aprovechar las oportunidades educacionales. La educación de los niños con impedimentos menores no requiere por lo general instalaciones ni programas costosos (Id., Ibid., loc. cit.).

1.7.2.3 Qualidade na Educação

Com relação à qualidade, o Banco Mundial destaca a dificuldade de se mensurá-la, mas considera, como um de seus objetivos, permitir que o indivíduo obtenha os conhecimentos necessários que o capacite a auferir renda.

Un indicador importante de la calidad de educación es el valor agregado de la enseñanza – una medida del resultado. El valor agregado consiste en la adquisición de más conocimientos y el aumento de las probabilidades de desempeñar una actividad generadora de ingresos (Id., Ibid., p. 50).

De acordo com o Banco Mundial a qualidade da educação pode ser encarada como a obtenção de uma educação eficaz que pode ser atingida por meio de políticas que permitam uma combinação adequada do que se denomina de insumos escolares.

Hay una gran variedad de políticas y de insumos que, adaptados a condiciones concretas, pueden dar por resultado una enseñanza eficaz. Aunque la disponibilidad de recursos afecta sin duda la calidad, la investigación y la experiencia en materia educacional demuestran que las políticas y las inversiones públicas pueden influir en la calidad de la educación (Id., Ibid, p. 80).

¹⁴ O Banco também cita outros países: “Tanzânia y Zâmbia tienen políticas similares. Bangladesh, Chad, India, Pakistán, Senegal y Yemen han hecho esfuerzos especiales por ampliar las salas de clases o construir nuevas escuelas para niñas. [...] Algunos proyectos en Bangladesh y el Pakistán están suministrando también servicios sanitarios separados y construyendo muros de separación en torno a las escuelas de niñas. La ubicación de las escuelas a corta distancia de los hogares también puede reducir la preocupación de los padres acerca de la seguridad personal de sus hijas y los costos directos de transporte y alojamiento” (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 128).

Um dos insumos que o Banco reporta como necessário para a qualidade do ensino é a nutrição e a saúde nas escolas, principalmente quando esses não são fornecidos pelas famílias.

Para muchos de los problemas de nutrición y salud que afectan a los niños, existen intervenciones eficaces, seguras y relativamente baratas. Cuando los costos son más elevados, las intervenciones se pueden orientar específicamente a los pobres necesitados. [...] El suministro en la escuela de suplementos de vitamina A, hierro y yodo y el suministro masivo a través de la escuela de medicamentos para la eliminación de lombrices son tal vez los métodos más eficaces en función de los costos para mejorar la capacidad de aprender de los niños mediante el mejoramiento de su nutrición y su salud¹⁵ (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 83).

Com relação aos países que possuem vários idiomas, como: idiomas nativos, idiomas regionais, idioma metropolitano, idioma nacional, etc.; a forma mais adequada de instrução, segundo o Banco Mundial, seria a que possibilitasse, em primeiro lugar o conhecimento do idioma nativo. No entanto, isso levaria ao encarecimento do livro didático.

Sin embargo, la producción de libros texto en los idiomas nativos puede aumentar los costos de la educación. El “capital lingüístico”, es decir, la capacidad de hablar, leer y escribir en uno o más idiomas, es un aspecto importante del capital humano¹⁶ (Id., Ibid., p. 86-87).

1.7.3 Financiamento Público com meio de alcançar a eficiência e equidade

O Banco Mundial enumera quatro motivos que justificam a intervenção de financiamento público para a educação: distribuição de renda, imperfeição de mercado, assimetria de informação e externalidades.

¹⁵ Nessa situação também a análise do Banco Mundial é permeada pelo custo-benefício: “Los episodios de hambre afectan también la capacidad de los niños de prestar atención y tienen así efectos perjudiciales en el aprendizaje. Muchos gobiernos mantienen grandes y costosos programas de alimentación escolar. Se puede mejorar la relación costo-beneficio de esos programas destinándolos específicamente a los pobres, ofreciendo desayunos o refrigerios antes de las clases, en lugar de una comida más grande más adelante en la jornada, y seleccionando alimentos enriquecidos o con alto contenido de micronutrientes esenciales” (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 84).

¹⁶ A fim de reforçar a importância do livro didático, o Banco Mundial afirma: “Los materiales de enseñanza comprenden toda la variedad de instrumentos didácticos, desde la tiza hasta las computadoras. Después de las pizarras y la tiza, los libros de texto son el material de instrucción más común y más importante en la mayoría de los países. La disponibilidad de materiales de enseñanza a todos los niveles en los países de ingreso bajo y mediano es limitada, especialmente al nivel primario” (Id. Ibid., p. 93). E sobre a forma como deve ser organizado o planejamento e produção de livro didático, o Banco Mundial salienta: “Es mejor dejar la gestión de la producción y la distribución a cargo del sector privado, aunque los gobiernos necesitan ayuda en materia de normas sobre adquisiciones y medidas para asegurar la calidad. La utilización eficaz de los libros de texto requiere el adiestramiento de los profesores en el uso de los nuevos libros y el suministro de manuales. Algunos gobiernos han proporcionado también conjuntos de materiales didácticos, como gráficos murales, juegos, modelos anatómicos y estuches de experimentación científica. En México, por ejemplo, se han suministrado esos materiales en dos proyectos consecutivos de educación primaria ejecutados con asistencia del Banco Mundial” (Id., Ibid., p. 95).

Com relação à distribuição de renda, tem-se que a educação aumenta a produtividade e a demanda por trabalho, o que leva aos pobres a possibilidade de aumentar sua renda, sendo que tais pobres não têm condição de adquirir essa educação para os numerosos filhos.

La educación puede reducir las desigualdades de los ingresos cuando promueve el aumento de productividad en la agricultura y facilita la absorción de la mano de obra por el sector industrial moderno. La igualdad de distribución de la educación generalmente como resultado la igualdad de distribución de los ingresos. La educación abre nuevas oportunidades para los pobres ya aumenta así la movilidad social. Es indudable que el gasto público en educación básica favorece a los grupos de bajos ingresos, por dos razones. En primer lugar, porque los pobres tienden a tener familias numerosas, de manera que las familias pobres reciben un subsidio mayor que las ricas. En segundo lugar, porque los ricos pueden optar por obtener educación privada, con lo que también aumenta la cantidad de subsidio que beneficia a los pobres¹⁷ (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 59).

Sobre a imperfeição do mercado e assimetria de informação, o Banco Mundial destaca que tais fatos estão respaldados no desconhecimento da renda futura a ser adquirida por meio da educação, desconhecimento tanto dos pais quando dos bancos que emprestariam recursos para custear o ensino de alunos.

Sin embargo, el financiamiento de la educación trae aparejados grandes riesgos, tanto para los prestatarios como para los prestamistas, y los bancos no aceptan la promesa de ingresos futuros como garantía. [...] El mercado de capitales para educación está muy lejos de ser perfecto. Los estudiantes de familias pobres se resisten, con razón, a cargarse de deudas o a asumir obligaciones fijas porque no saben cuál será su ingreso futuro (Id., Ibid., p. 60).

Com relação às externalidades, ou aos efeitos da educação, seu resultado na sociedade, além do desenvolvimento econômico, abarcaria ainda efeitos sobre a saúde e fertilidade feminina, segundo o que é propagado pelo Banco Mundial.

La distribución óptima de la educación para maximizar los efectos secundarios asociados con el capital humano y aprovechar esos posibles umbrales parecería ser una distribución equitativa. Los efectos externos en la salud y la fecundidad no se maximizan sobre la base únicamente del gasto privado, pero la sociedad puede captarlos mediante el gasto público (Id., Ibid., p. 61).

O tipo de educação preconizada, ou recomendada pelo Banco Mundial, aos países que tomam empréstimo, está respaldada no ensino fundamental:

¹⁷ E o discurso do Banco Mundial continua da seguinte forma: “No todos los grupos de la sociedad pueden pagar los costos directos e indirectos relacionados con la inversión en educación, y el Estado debe intervenir por eso para promover la igualdad de oportunidades. Si la educación se suministrara en condiciones de mercado, sólo se podrían matricular los que tuvieran medios para pagar los derechos de matrícula. No sólo habría subinversión desde el punto de vista social, sino que la desigualdad de los ingresos se mantendría de una generación a otra, ya que la propia educación es un factor determinante del ingreso que se percibe durante toda la vida” (Id., Ibid., p. 59).

En los países de ingreso bajo y mediano, las tasas de rentabilidad de las inversiones en educación básica (primaria y secundaria de primer ciclo) son generalmente más altas que las de la educación superior. En consecuencia, la educación básica debería constituir generalmente una prioridad para el gasto público en educación en los países que aún no han alcanzado una matrícula casi universal en la educación básica (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 61).

Para atingir a eficiência dos sistemas de ensino, o Banco Mundial trabalha com o que chama de combinação de insumos, que seria a relação, ou a melhor combinação de alunos por professor e por sala de aula e escolas.

La relación profesor-alumnos es una medida global de la eficiencia del personal [...]. En China, por ejemplo, la relación profesor-alumnos es de 25:1 a nivel primario y de 17:1 a nivel secundario, en comparación con un promedio de 34:1 y 23:1, respectivamente, en Asia. En China los profesores dan clases solamente durante 12 a 18 horas por semana, en comparación con 20 a 25 horas semanales en otros países. Las escuelas de los países de ingreso bajo y mediano podrían ahorrar costos y mejorar el aprendizaje aumentando el coeficiente profesor-alumnos. Utilizarían así menos maestros y podrían asignar los recursos a otros insumos que mejoran el rendimiento, como los libros de texto y la formación en el servicio de los maestros (Id., Ibid., p. 64).

Percebe-se que a recomendação do Banco Mundial ampara-se em apontar o aumento de alunos por professor, o que permitiria uma transferência de recursos para a aquisição de livros e para capacitação; e com relação a escolas, o Banco Mundial afirma que:

Los costos de construcción se pueden reducir simplificando los diseños y utilizando materiales apropiados y mano de obras comunitaria, supervisada por ingenieros capacitados para cumplir las normas sobre seguridad (por ejemplo, edificios a prueba de terremotos en ciertas regiones). Es corriente la participación de las comunidades en los costos de construcción de las escuelas, especialmente a nivel primario. Esos métodos han reducido hasta 50% los costos de proyectos del Banco Mundial en la India, México y Senegal. La utilización de diagramas de planta flexibles también puede mejorar el uso del espacio al permitir adaptarlo a los cambios en el número de alumnos matriculados (Id., Ibid., p. 66).

Com o intuito de orientar a política educacional dos países que tomam empréstimos do Banco Mundial, recomenda-se que devam direcionar o gasto público em recursos, no ensino fundamental:

Aunque el gasto público en educación primaria generalmente beneficia a los pobres, el total de gasto público en educación de los países de ingreso bajo y mediano suele favorecer a los ricos, en gran parte porque el número de niños pobres que asiste a las instituciones de enseñanza secundaria y superior es relativamente menor. En los países en desarrollo en su conjunto, el 71% de los niños en edad escolar recibe sólo el 22% de los recursos públicos globales destinados a educación, en tanto que el 6% que recibe enseñanza superior recibe el 39% de los recursos públicos (Id., Ibid., p. 68).

Nesse sentido o gasto público se mostraria não eqüitativo, pois beneficiaria ricos no lugar de pobres. Assim, para corrigir tal situação não seria necessário recorrer a um aumento

de gasto público em educação, mas a transferência de recursos do ensino superior para o ensino fundamental, no primeiro caso refere-se ao ensino superior e no segundo caso ao ensino fundamental. Essa transferência de recursos permitiria a realização de melhor eficiência do gasto público.

El aumento del gasto público en educación no es necesario en muchos casos debido a las enormes posibilidades de aumentar la eficiencia con el nivel de gasto actual. Esto se observa mediante una simple comparación entre regiones. El gasto público en educación en África, cuya tasa de matrícula es la más baja de todas las regiones, representa una proporción mayor del PNB (4,2%) que en Asia oriental (3,4%) y América Latina (3,7%), donde la educación primaria es casi universal. [...] Sin embargo, el gasto público en educación por países en el Oriente Medio y Norte de África representaba el 5,2% de PNB, comparado con sólo el 3,4% en Asia oriental. Parte de la diferencia, aunque no la mayor parte, se debe a las estructuras demográficas (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 72).

Todavía, o Banco Mundial reconhece que o gasto público em educação está aumentando, salientando que isso se deve ao aumento demográfico da população, levando os países a uma pressão fiscal e ao aumento da ineficiência e má equidade do gasto público em educação.

Esas frecuentes ineficiencias y faltas de equidad del gasto público en educación, sumadas a la expansión de la matrícula en todos los niveles de enseñanza del sector público, han aumentado la proporción del PNB que representa el gasto público en educación en muchas regiones, especialmente debido a que los costos unitarios por estudiante son más altos para los estudiantes secundarios y terciarios que para los primarios. [...] Con frecuencia, esa tendencia ha acrecentado al mismo tiempo las presiones sobre los fondos públicos, ya que muchos países, especialmente de Europa oriental y de África, han experimentado dificultades fiscales generales. De hecho, las dificultades macroeconómicas de algunos países han sido causadas en parte por los problemas fiscales derivados del gasto en educación¹⁸ (Id., Ibid., p. 72).

1.7.4 Educação Básica

Segundo o Banco Mundial, a educação básica deve concentrar os recursos dos países em desenvolvimento, devido ao fato de que a educação básica apresenta, nesses países, uma alta taxa de rentabilidade em relação aos outros níveis de ensino. “Para lograr la eficiencia, los recursos públicos se deberían concentrar en forma eficaz en función de los costos allí donde la rentabilidad de la inversión es más alta” (Id., Ibid., p. 115).

Nesse sentido a colaboração dos recursos do governo desses países compartilha com os recursos e políticas de projetos do Banco Mundial.

¹⁸ Devido às dificuldades fiscais derivadas do gasto em educação: “En esas circunstancias, algunos países han decidido destinar una proporción mayor del gasto público a la educación en lugar de a otras actividades financiadas con fondos públicos, como la defensa y las empresas públicas [...]. Otros países han decidido que sus políticas macroeconómicas tienen posibilidades de ampliar el gasto en educación mediante el aumento de los ingresos del gobierno” (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 77).

En 13 comunidades de Guatemala existe un plan de ese tipo para las niñas. Tailandia proporciona bicicletas a los estudiantes que viven en zonas rurales para que puedan llegar hasta escuelas distantes. Muchos proyectos del Banco Mundial han financiado el suministro gratuito de libros de texto y uniformes a las familias pobres (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 117).

E não somente existe a participação do Banco Mundial e do governo nos recursos para educação, como participa também a própria comunidade.

En el Brasil, el financiamiento público está condicionado a que las comunidades locales alcancen metas convenidas con respecto a la contribución de materiales y mano de obra para la construcción de escuelas. Muchos países, entre ellos Bolivia, Camerún, Etiopía, Honduras, Senegal, Uganda y Zambia, han establecido fondos de inversión social. Esos programas fomentan la participación de la comunidad, la inversión en la generación de empleo y el suministro de servicios sociales básicos. Los proyectos del Banco Mundial prestan apoyo a fondos de ese tipo en 22 países. En Ghana, el gobierno aporta hasta las dos terceras partes del costo total del proyecto, y las comunidades aportan mano obra y materiales locales. Este método ha reducido a aproximadamente tres meses el tiempo de construcción de nuevas escuelas. Mediante acuerdos tripartitos, el Fondo de Rehabilitación Social de Etiopía, financiado por el Banco Mundial, aporta los materiales de construcción y el equipo escolar, la comunidad proporciona mano de obra y el Ministerio de Educación suministra un maestro (Id., Ibid., p. 118).

Todo esse esforço para garantir a educação básica, segundo o Banco Mundial, também é respaldado por meio da política oficial dos países como destacado pela “Conferência Mundial de Educação para Todos” a fim de garantir a eficiência da educação objetivando renda para a população.

La educación básica es la prioridad de la política oficial y, por consiguiente, del gasto público en todos los países. Generalmente el objetivo consiste en que todos los niños se matriculen en la enseñanza primaria y la terminen y, en último término, que se matriculen en la enseñanza secundaria de primer ciclo y la terminen, y que aprendan efectivamente en la escuela a fin de adquirir conocimientos básicos. Esta meta concuerda con el objetivo adoptado en 1990 por la Conferencia Mundial sobre Educación para Todos, y apoyado por el Banco Mundial. Es a la vez eficiente y equitativa, tiene la rentabilidad más alta y aumenta las oportunidades educacionales y de ingreso para toda la población (Id., Ibid., p. 123).

1.7.4.1 Resultados da Educação Básica

Quando se trata de medir o resultado obtido pelo que o Banco Mundial denomina de relação custo benefício em educação, é afirmado que “*la técnica más eficaz es aquella que produce el resultado deseado a um costo determinado*”¹⁹ (Id., Ibid., p. 106), sendo que, para

¹⁹ Para exemplificar essa afirmação o Banco cita a seguinte situação: “*En el Paraguay, por ejemplo, las tasas de rentabilidad privada y social de la enseñanza primaria son, respectivamente, 23,7% y 20,3%, en tanto que en el caso de la enseñanza superior son 13,7% y 10,8%. El índice de subsidio público en este caso es 27% para la enseñanza superior y sólo 17% para la enseñanza primaria*” (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 106).

se alcançar tal intento em um ambiente no qual se expande o número de matrículas, será necessário aumentar os gastos em capacitação e material escolar.

Las altas tasas de rentabilidad estimadas para la educación básica en la mayoría de los países en desarrollo son una indicación clara de que las inversiones destinadas a ampliar la matrícula y a mejorar la tasa de retención en la educación básica deberían tener en general la más alta prioridad en los países que aún no han alcanzado la educación básica universal. En muchos casos, la ampliación de la matrícula exigirá inversiones para ampliar la capacidad escolar, formar docentes calificados y proporcionar materiales didácticos adecuados (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 107).

Isso permitirá que se alcance, segundo o Banco Mundial, não somente conhecimento e capacidades, mas como resultado um lugar no mercado de trabalho.

Las competencias básicas en esferas generales como la expresión oral, los conocimientos de computación, la aptitud para comunicarse y para resolver problemas se pueden aplicar en una amplia gama de medios laborales y pueden permitir a la gente adquirir capacidades y conocimientos específicos para el empleo en el lugar de trabajo (Id., Ibid., loc. cit.).

Assim, neste Capítulo foi possível entender que o Grupo Banco Mundial, formado por sete instituições com funções específicas, tem como instituições de alocação de recursos para setores onde desenvolve seus projetos o Bird e AID, que constituem o Banco Mundial.

Pode-se também apreender que o Banco Mundial forneceu empréstimos para o desenvolvimento de projetos em países situados em cinco regiões no mundo. Dentre essas regiões, tem-se duas: Ásia do Leste e Pacífico e América Latina e Caribe, que receberam metade dos recursos de empréstimo, na década de noventa. Nessa década a América Latina recebeu, em relação as outras regiões, a maior parcela dos empréstimos para o setor educação. Dentre as duas instituições que financiam para o setor da educação, (Bird e AID), o Bird é responsável, em cada ano da década de noventa, pela maior parte dos empréstimos.

Na região América Latina e Caribe o Brasil figura entre os países que mais tomaram empréstimos para o setor da educação, pois toda vez em que ocorreu a tomada de empréstimos do Brasil para esse setor, sua posição em relação aos outros países oscilava entre o primeiro e o terceiro lugar, como tomador.

Nesse sentido, o fato de o Banco Mundial fornecer empréstimos para o setor educação está diretamente ligado a sua missão de tentar, segundo seu entendimento, reduzir a pobreza no mundo.

CAPÍTULO II

O FUNDESCOLA NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL

O objetivo deste Capítulo é apresentar o Fundo de Fortalecimento da Educação (Fundescola). Para isso, com informações gerais sobre o Fundescola I e II. Trata-se do que é, quais suas etapas, e qual sua ligação/relação com o Banco Mundial e o Brasil. Depois lista-se as regiões do Brasil atendidas, com os seus respectivos Estados e municípios, organizados em Zonas de Atendimento Prioritário – microrregiões, seguindo-se a apresentação dos componentes²⁰ bem como seus objetivos e metas.

Em seguida, a identificação, e o objetivo de cada ação do Fundescola, financiada com recursos oriundos de empréstimos do Banco Mundial: Programa de Aperfeiçoamento dos Prédios Escolares; Equipamento/Mobiliário para Escola Adequada; Construção de Escolas; Equipamento/Mobiliário para Escola Construída; Projeto de Melhoria da Escola (PME); Desenvolvimento Institucional; Apoio a programas do MEC; Escola Ativa; Plano de Desenvolvimento da Escola; Gestão de Aprendizagem Escolar, sendo também mostrado o percentual de recursos destinados para cada ação do Fundescola I e II.

Na seqüência, serão listadas as ações dos Projetos Fundescola I e II, nas quais se pode-se visualizar quais ações receberam mais recursos e quais receberam menos recursos, como também a porcentagem de recursos que tais ações representam, por exemplo, em relação ao que foi despendido para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul. Aborda-se também o montante de recursos que foi recebido por empresa, participante do projeto, fornecendo bens e serviços para as escolas e, por conseguinte, por meio de estimativas, o número de pessoas empregadas para realizar o fornecimento e execução desses bens e serviços.

²⁰ Terminologia utilizada nos documentos oficiais.

2.1 Sobre o Fundescola

2.1.1 Panorama Geral

Para apresentar o Projeto Fundescola, será utilizado o Manual de Operação e Implementação do Projeto Fundescola II (MOIP)²¹. Segundo esse documento, o Fundescola I e II constituem-se em um programa do Ministério da Educação com financiamentos do Bird, cuja elaboração conta com parceiras das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, e tem como conteúdo um conjunto de ações, com o objetivo de atender o público do ensino fundamental nas Zonas de Atendimento Prioritário (ZAPs) (microrregiões dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste) com recursos da ordem de US\$ 527.030.125,00, de 1998 a 2004 (FUNDESCOLA, 2002, p. 07).

O programa atua de forma complementar à legislação e às políticas nacionais vigentes para o ensino fundamental, ao dotar as escolas e os sistemas educacionais de **instrumentos e recursos** que viabilizem ações e tomadas de decisão mais efetivas. Além disso, reforça o papel da escola e sua relação com a comunidade, melhorando o desempenho do ensino público (*Id., Ibid., loc. cit., grifo nosso*).

Os princípios que regem o Fundescola I e II, de acordo com o MOIP, são: Equidade, Efetividade²² e Complementaridade. A Equidade pode ser entendida como a busca de igualdade de oportunidades, onde se identifica o grande número de carentes educacionais e as áreas críticas de marginalizados educacionais para as quais seria necessária a aplicação de padrões mínimos de funcionamento das escolas. Entende-se a Efetividade como a realização do máximo com mínimo de meios, com a realização da coisa certa, atuando nas causas fundamentais dos processos no que se refere às ações financiadas pelo programa. E a Complementaridade pode ser entendida como funcionamento do programa em conjunto com outros programas e objetivos da educação²³ (*Id., Ibid., p. 08*).

²¹ “Conforme encontra-se definido no Acordo de Empréstimo nº 4487 – BR – Segundo Projeto de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA II, celebrado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, este Manual de Operação e Implementação do Projeto – MOIP, tem a finalidade de orientar os agentes executores quanto a sua metodologia de operacionalização, com ênfase em concepção, aspectos organizacionais, procedimentos, instrumentos administrativos e financeiros a serem adotados desde o planejamento, a programação e a execução até o monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas. Os procedimentos e instrumentos definidos subsidiam e uniformizam a análise técnica e o gerenciamento das atividades financiadas pelo projeto. O MOIP apresenta, de forma simples e objetiva, os principais conceitos e as peculiaridades do projeto, bem como as normas e diretrizes operacionais do BIRD a serem observadas na sua implementação” (FUNDESCOLA, 2002, p. 07).

²² Os termos “equidade” e “efetividade”, ou eficiência, foram tratados no Capítulo anterior, e como pode ser visto, constituem a tônica dos projetos educacionais do Banco Mundial financiados para os países prestatários.

²³ Pode-se citar a: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – 1996; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF; Programa Nacional do Livro Didático – PNLD; Programa de Pesquisa e Operacionalização de Políticas Educacionais – PPO; Programa

O programa também responde às prioridades propostas pelo Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos, e contribui, assim, para que se cumpram as metas globais do setor, assegurando-se que as crianças das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste completem, com êxito, as oito séries do ensino fundamental. O FUNDESCOLA também responde à Estratégia de Assistência ao País (CAS), formulada pelo BIRD, ao preconizar que as crianças estejam preparadas para participar, como cidadãos ativos e produtivos, de uma sociedade democrática, e ao reduzir os graves desequilíbrios entre regiões em termos de desempenho e progresso escolar (FUNDESCOLA, 2002, p. 08).

O Projeto Fundescola foi implementado em etapas: Fundescola I (1998–2000) e Fundescola II (1999–2004). A primeira etapa do Projeto Fundescola ocorreu no período de 1998 a 2000, com o valor de US\$ 125 milhões, sendo cinquenta por cento proveniente do Bird e os outros cinquenta por cento constituído da contrapartida nacional, sendo oriundo do salário-educação (*Id.*, *Ibid.*, p. 14).

A segunda etapa desse Projeto tem como período de realização de 1999 a 2004, com um valor de US\$ 402.030.000, dos quais, cinquenta por cento são provenientes do Bird e os outros cinquenta por cento da contrapartida nacional, oriunda do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

O Levantamento dos dados referentes ao quanto efetivamente foi despendido em reais, nos Projetos Fundescola I e II, tornou possível perceber que o valor da contrapartida nacional foi maior que cinquenta por cento; e que o valor das quatro ações do Fundescola que este trabalho pretende estudar foi maior que o despendido nas outras ações do Fundescola, conforme figura 1.

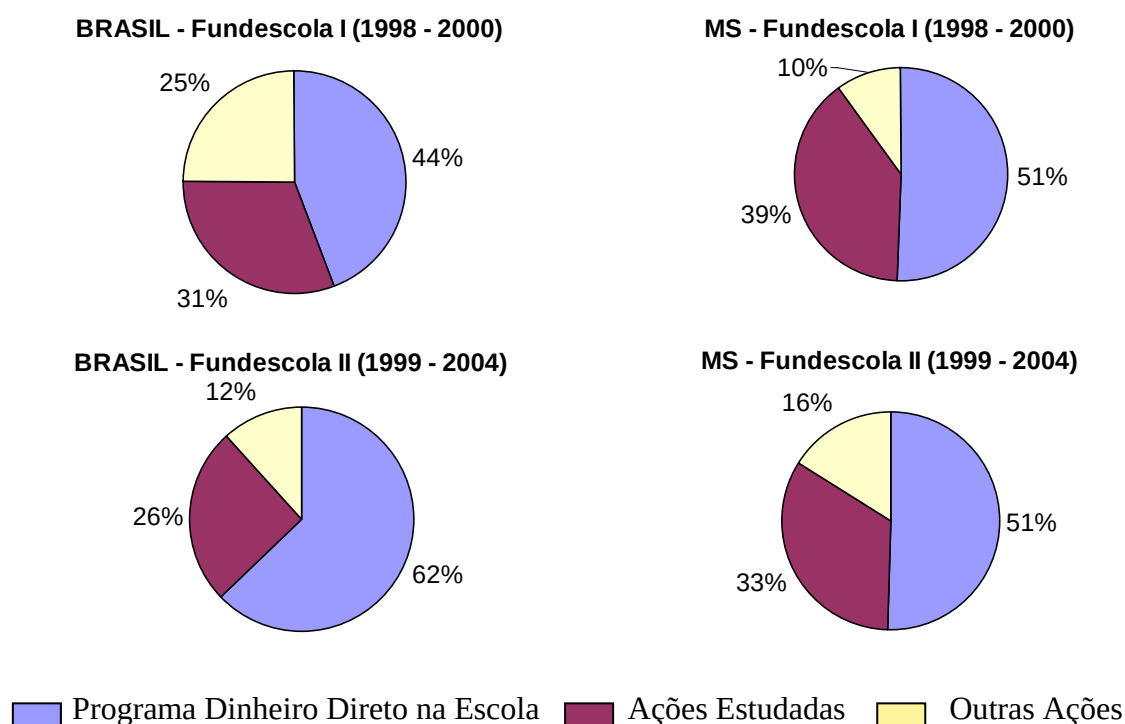


Figura 1 – BRASIL e MS: Distribuição de Recursos do Projeto Fundescola I e II no que se refere à Contrapartida nacional (PDDE) e as Ações do Fundescola I e II (Recursos do Bird)

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005

OBS: Ações Estudadas: 1º) Programa de Adequação dos Prédios Escolares (Pape); 2º) Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada; 3º) Construção de Escolas; 4º) Equipamento e Mobiliário para Escola Construída. **Outras Ações:** Projeto de Melhoria da Escola (PME); Apoio a Programas do MEC; Desenvolvimento Institucional; Escola Ativa; Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar); Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).

Com relação ao objetivo do Fundescola II, pode-se ressaltar:

[...] como seus projetos-irmãos, contribuirá para a consecução da meta global do setor, assegurando que as crianças das regiões mais pobres do Brasil completem, com sucesso, as primeiras oito séries da educação. Isto ajudará a garantir que elas estejam mais bem preparadas para participar como cidadãos ativos e produtivos de uma sociedade democrática como também auxiliará na redução das severas disparidades inter-regionais que ocorrem no aproveitamento educacional (FUNDESCOLA, 2002, p. 09).

Os Projetos Fundescola I e II apresentam como missão o melhoramento de desempenho dos sistemas públicos de ensino fundamental nas regiões mais carentes do país. E como objetivo geral a melhora dos resultados educacionais das crianças matriculadas em escolas públicas do ensino fundamental localizadas em áreas atendidas pelo projeto. Tais resultados serão medidos pelas taxas de aprovação e aproveitamento, e terão como indicadores-chaves de desempenho: o aumento da proporção de estudantes de 4ª e 8ª séries com padrões aceitáveis de aprendizagem. O principal indicador de desempenho será o

aumento das taxas médias de aprovação no ensino fundamental. Apontam-se como beneficiários do programa, no caso do Fundescola II:

[...] a população em idade escolar, atualmente matriculada nas escolas de ensino fundamental, ou que estará entrando na escola em um futuro próximo, nos 19 estados assistidos pelo projeto nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste (num total de 15,5 milhões de crianças). Dentro das 36 áreas de atendimento prioritário do Fundescola as atividades do programa estarão direcionadas, em diferentes graus, para 4,7 milhões de estudantes matriculados em 13.500 escolas de ensino fundamental regular²⁴(FUNDESCOLA, 2002, p. 10).

Além do corpo discente, também será beneficiado o corpo docente das instituições que estão inseridas nas microrregiões contempladas pelo projeto com o recebimento de cursos de formação com ênfase de gerência, para a efetivação de um sistema local mais autônomo de gestão, nos processos de desenvolvimento da escola.²⁵

2.1.2 Sobre as Regiões Atendidas

Na Tabela 11 pode-se visualizar os municípios que compõem as Zonas de Atendimento Prioritário I do Fundescola I, as quais compreendem os municípios da microrregião da capital do Estado.

²⁴ “Embora o projeto não direcione benefícios especificamente a crianças pobres, a sua área geográfica, sua concentração de insumos em escolas mais deficientes e a ênfase em abordar muitas das suas causas sistêmicas da reprovação devem beneficiá-las desproporcionalmente, tendo em vista que essas crianças são altamente prejudicadas pelas escolas de baixa qualidade, com elevadas taxas de abandono e reprovação” (FUNDESCOLA, 2002, p. 10).

²⁵ “No contexto da descentralização, é importante que os administradores educacionais, em todos os níveis, sejam qualificados para o gerenciamento do processo de educação e para a tomada de decisões eficazes que permeiam uma série de questões. O projeto formará um grande número de profissionais de educação, com os componentes gerenciais necessários para dirigir um sistema local mais autônomo, por meio da provisão de ferramentas de gestão e do treinamento em áreas tais como: processos de desenvolvimento da escola, padrões mínimos de funcionamento, planos de gestão da secretaria, modelos de gestão de aprendizagem e mapeamento escolar” (*Id.*, *Ibid.*, p. 10).

Tabela 11 – BRASIL: Número de municípios existentes nos Estados e número de municípios atendidos pelo Fundescola I

Região	UF	Municípios que fazem parte da ZAP – I.	Número de Municípios no Estado	Porcentagem de Atendimento
CENTRO-OESTE	GOIÁS	17	246	6,91
	MATO GROSSO DO SUL	8	77	10,39
	MATO GROSSO	5	139	3,60
	Na Região	30	462	6,49
NORTE	ACRE	7	22	31,82
	AMAZONAS	7	62	11,29
	AMAPÁ	8	16	50,00
	PARÁ	5	143	3,50
	RONDÔNIA	7	52	13,46
	RORAIMA	5	15	33,33
	TOCANTINS	11	139	7,91
	Na Região	50	449	11,14
Em Geral		80	911	8,78

Fonte: Dados sobre os municípios atendidos pelo Fundescola, obtidos em MEC/FNDE. **MOIP – Manual de Operação e Implementação do Projeto Fundescola I.** Brasília, 1998. Dados sobre o número de municípios existentes nos Estados, obtidos em www.ibge.gov.br Acesso em 04/10/2005. Dados tabulados e calculados pelo autor.

Na Tabela 12 apresenta-se a soma dos municípios que compõem as Zonas de Atendimento Prioritário²⁶ I e II dos Estados da Região Nordeste, Norte e Centro-Oeste, que serão atendidas pelo Programa Fundescola II. O Programa Fundescola II atende as Zonas de atendimento Prioritário I e II. As Zonas de atendimento Prioritário I correspondem aos municípios que integram a microrregião da capital de cada Estado, já as Zonas de atendimento Prioritário II, referem-se aos municípios que integram a microrregião mais populosa do Estado.

²⁶ “Uma ZAP é um agrupamento de Municípios vizinhos que tenham perfis socioeconômicos semelhantes e que compõem microregiões definidas pelo IBGE. Por não ser uma entidade administrativa, a ZAP dá base ao planejamento e à negociação entre os governos municipais e o governo estadual. Os projetos FUNDESCOLA trabalham com todos os Municípios das Zonas de Atendimento Prioritário selecionadas, bem como com as escolas estaduais e municipais, onde ocorre novamente um processo de seleção, ou seja, todas as escolas da ZAP podem receber algum benefício do projeto, mas nem todas receberão os mesmos insumos. O que ela vai receber, seja melhoria física, materiais e/ou assistência para desenvolver um plano escolar, dependerá dos critérios adotados para implantação de cada componente” (FUNDESCOLA, 2002, p. 11).

Tabela 12 – BRASIL: Número de municípios existentes nos Estados e número de municípios atendidos pelo Fundescola II

Região	UF	Municípios que fazem parte da ZAP I e ZAP II	Número de Municípios no Estado	Porcentagem de Atendimento
CENTRO-OESTE	GOIÁS	37	246	15,04
	MATO GROSSO DO SUL	23	77	29,87
	MATO GROSSO	13	139	9,35
	Na Região	73	462	15,80
NORTE	ACRE	12	22	54,55
	AMAZONAS	14	62	22,58
	AMAPÁ	8	16	50,00
	PARÁ	23	143	16,08
	RONDÔNIA	18	52	34,62
	RORAIMA	5	15	33,33
	TOCANTINS	28	139	20,14
	Na Região	108	449	24,05
NORDESTE	ALAGOAS	20	102	19,61
	BAHIA	51	417	12,23
	CEARÁ	17	184	9,24
	MARANHÃO	26	217	11,98
	PARAÍBA	14	223	6,28
	PERNAMBUCO	24	185	12,97
	PIAUI	31	222	13,96
	RIO GRANDE DO NORTE	9	167	5,39
	SERGIPE	11	75	14,67
	Na Região	203	1792	11,33
	Em Geral	384	2703	14,21

Fonte: Dados sobre os municípios atendidos pelo FUNDESCOLA, obtidos em MEC/FNDE. **MOIP – Manual de Operação e Implementação do Projeto Fundescola II.** Brasília, 1999. Dados sobre o número de municípios existentes nos Estados, obtidos em www.ibge.gov.br Acesso em 04 / 10 / 2005. Dados tabulados e calculados pelo autor.

Pode-se observar que no Estado de Mato Grosso do Sul (Figura 2) a taxa de atendimento de municípios no Fundescola I é maior que a taxa de atendimento dos outros dois municípios da Região Centro-Oeste, e também maior que a taxa de atendimento da região Centro-Oeste e da taxa de atendimento geral das três regiões.

Já no Fundescola II a taxa de atendimento de Mato Grosso do Sul foi maior que as taxas de atendimento das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e também maior que a taxa de atendimento geral das três regiões. Os municípios atendidos pelo Fundescola I, em Mato Grosso do Sul, podem ser vistos na Figura 3; e os municípios atendidos pelo Fundescola II, também em Mato Grosso do Sul, podem ser vistos nas Figuras 3 e 4.



Figura 2 – MATO GROSSO DO SUL: Mapa da Divisão Política Administrativa
 Fonte: <http://www2.uniderp.br/Atlas/mrg.htm> Acesso: 02 fev. de 2005.

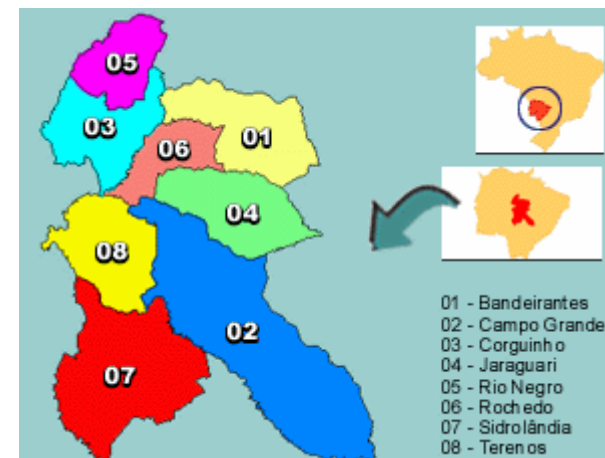


Figura 3 – MS: Mapa da Microrregião de Campo Grande
 Fonte: <http://www.citybrazil.com.br/ms/regioes/> Acesso: 02 fev. de 2005.

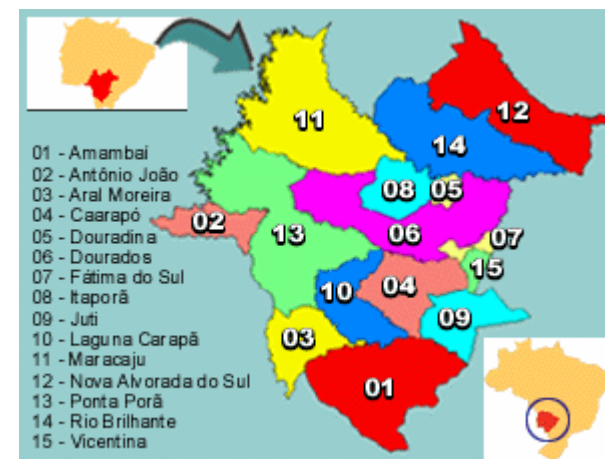


Figura 4 – MS: Mapa da Microrregião de Dourados
 Fonte: <http://www.citybrazil.com.br/ms/regioes/> Acesso: 02 fev. de 2005.

2.1.3 Sobre os Componentes do Fundescola I

No Quadro 1 pode-se visualizar os componentes do Fundescola I, com as suas respectivas subdivisões.

Quadro 1 – Componentes do Fundescola I com as respectivas subdivisões

Componentes	Subdivisões
PADRÕES MÍNIMOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	1º Promoção dos Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas – PMFE
	2º Titulação e Qualificação de Professores
	3º Provisão de Mobiliário e Equipamento Básico
	4º Financiamento das Necessidades Operacionais nas Escolas
	5º Financiamento da Adequação Física nas Escolas
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA	1º Elaboração e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Escola
	2º Financiamento de Projetos de Melhoria da Escola – PME
PLANEJAMENTO E PROVISÃO DE VAGAS	1º Elaboração de Microplanejamento
	2º Padronização de Projetos Arquitetônicos
	3º Teste de Projetos Arquitetônicos
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS	1º Promoção do Desenvolvimento Institucional das Escolas e Secretarias de Educação
	2º Promoção de Programas Especializados para a Melhoria do Ensino
	3º Promoção da Comunicação e Mobilização Social
	4º Fortalecimento de Programas e Sistemas Nacionais de Informações Educacionais
	5º Financiamento da Gerência do Projeto

Fonte: FUNDESCOLA. **MOIP – Manual de Operação e Implementação do Projeto Fundescola I.** 1998. Quadro elaborado pelo autor.

O Fundescola I é constituído por quatro componentes: Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas; Processo de Desenvolvimento da Escola; Planejamento e

Provisão de Vagas; e Gestão e Desenvolvimento dos Sistemas Educacionais. Cada um desses componentes possui outros, que serão tratados a seguir (FUNDESCOLA, 1998, p. 5).

Com relação ao componente Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas²⁷, sua subdivisão é a seguinte: Promoção dos Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas (PMFE); Titulação e Qualificação de Professores; Provisão de Mobiliário e Equipamento Básico; Financiamento das Necessidades Operacionais nas Escolas e; Financiamento da Adequação Física nas Escolas.

A Promoção dos Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas (PMFE) pode ser entendido como a provisão de assistência técnica; treinamento; materiais e serviços de informação e divulgação; como também a distribuição de equipamento e mobiliário escolar tecnicamente especificados. A Titulação e Qualificação de Professores tem como objetivo treinar e titular professores leigos que tenham terminado o ensino fundamental, mas que não dispõem de habilitação para exercer funções docentes (*Id., Ibid.*, p. 16-17); e a Provisão de Mobiliário e Equipamento Básico pode ser assim descrita:

Promove a aquisição de mobiliário e equipamento básico para salas de aula, conforme definição do PMFE. Além das especificações relacionadas à durabilidade, empresta-se especial atenção ao desenho ergonômico e à flexibilidade do uso nas salas de aula. A distribuição de mobiliário e equipamento toma por referência os resultados do Levantamento da Situação Escolar²⁸ (*Id., Ibid.*, p. 18).

O Financiamento das Necessidades Operacionais nas Escolas, trata do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). Sua realização dá por meio da transferência direta de recursos financeiros para as escolas públicas, para a aquisição

²⁷ “Visa tornar disponíveis insumos e serviços que contribuam para que as escolas participantes do Projeto alcancem os padrões mínimos de funcionamento. Financia ações para que as escolas beneficiadas disponham, além de prédio adequado, de recursos humanos qualificados e de um conjunto mínimo pré-definido de materiais educacionais, equipamentos, mobiliário e demais condições para seu bom funcionamento”(FUNDESCOLA, 1998, p. 16).

²⁸ Sobre a forma de implantação e realização: “A DGP inicia o processo com a definição de módulos de acordo com o tamanho da escola e a especificação de características técnicas do mobiliário e dos equipamentos. Em seguida, prepara os instrumentos e sistemas computadorizados para coleta de dados, análise, processamento e treinamento da COEP, dos GT e GDE no que se refere ao levantamento do mobiliário e equipamento da escola. Juntas, a DGP e a COEP processam esses dados com base no PMFE. O GT analisa o relatório da COEP tendo como referência o Programa de Ação Zonal – PAZ, para estabelecer as prioridades da microrregião, e envia os resultados para o Fórum que, por sua vez, faz recomendações para o financiamento pelo Projeto FUNDESCOLA I. Após as recomendações, a COEP prepara o Plano de Trabalho Anual — PTA, que é encaminhado à DGP para análise e aprovação. Uma vez aprovado o PTA, a DGP prepara o convênio, que é enviado ao secretário estadual de Educação ou prefeito municipal para assinatura. Em seguida são realizadas: (i) aquisição dos mobiliários e equipamentos pela SEE, mediante processo licitatório; (ii) transferência de recursos pelo FNDE; e (iii) retirada e transporte dos mobiliários e equipamentos pelos municípios ou pelas escolas. São prioritárias para receber os mobiliários do PMFE as escolas selecionadas para desenvolver o PDE. A DGP acompanha e supervisiona todo o processo e fornece a especificação técnica dos mobiliários para aquisição” (*Id., Ibid.*, p. 18).

de bens e serviços²⁹. A quinta subdivisão, Financiamento da Adequação Física nas Escolas, pode-se defini-la como:

Promove a adequação do prédio escolar com o objetivo de permitir que as escolas com Unidade Executora possam receber, utilizar e manter insumos definidos no PMFE. Nesse caso, entende-se por adequação as intervenções que visam restabelecer, na sala de aula, as condições de segurança, salubridade, estabilidade e funcionalidade — sem alteração da área construída e da disposição de seus espaços internos —, prioritariamente necessárias para garantir a operação dos insumos escolares do PMFE providos pelo Projeto (FUNDESCOLA, 1998, p. 20).

O componente Processo de Desenvolvimento das Escolas³⁰, está subdividido da seguinte forma: Elaboração e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e Financiamento de Projetos de Melhoria da Escola (PME).

A Elaboração e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) tem como objetivo implantar o sistema nas escolas que estão inseridas nos municípios que compõem as microrregiões dos Estados da Região Norte e Centro-Oeste que são atendidos pelo Fundescola. O PDE, segundo o MOIP, pode ser definido como um meio pelo qual “as escolas fazem um diagnóstico de sua situação, definem seus valores, sua missão, onde querem chegar, seus objetivos estratégicos e estratégias, metas e planos de ação para alcançá-los” (*Id.*, *Ibid.*, *loc. cit.*).

O PME consiste na transferência direta de recursos para as escolas com o objetivo de que essas adquiram os itens que foram apontados em seu PDE (*Id.*, *Ibid.*, p. 23).

²⁹ Sua implantação e execução se realiza do seguinte modo: “[...] é conduzido juntamente com o subcomponente 3 e inicia-se com a participação da DGP, que fornece orientação sobre o conjunto de materiais de ensino, serviços e outros itens necessários para a escola alcançar o PMFE, bem como a diferenciação de módulos, de acordo com a dimensão da escola. O FNDE prepara os instrumentos e o sistema informatizado para coleta de dados, análise, processamento e posterior encaminhamento de um guia de orientações para a constituição da Unidade Executora. A UE preenche os formulários do FNDE, prepara a documentação necessária e a envia à SEE ou SME, que a revisa, consolida e a remete à DEMEC. A DEMEC analisa a documentação para habilitação e comunica ao FNDE, que celebra o convênio e transfere os recursos à Unidade Executora. A UE realiza as ações e apresenta a prestação de contas parcial à SEE ou SME, que elabora prestação de contas final e a encaminha à DEMEC. Junto com a prestação de contas, a UE envia formulário com o sumário das ações desenvolvidas à COEP, que faz o cadastramento no Sistema de Planejamento e Acompanhamento do Projeto – SPA. A DGP realiza supervisão por amostragem significativa das UE que não apresentarem esse formulário” (FUNDESCOLA, 1998, p. 20).

³⁰ Visa: (i) desenvolver, nas escolas, um processo de planejamento educacional estratégico, o comprometimento e o envolvimento da comunidade escolar para a melhoria da qualidade e da eficiência da escola; (ii) preparar as SEE e SME para conduzir, facilitar, supervisionar e avaliar o modelo do PDE e sua implementação; e (iii) implementar, monitorar e avaliar os PME. Enfatiza a testagem e o aperfeiçoamento dos instrumentos para os Projetos FUNDESCOLA subsequentes. Promove o desenvolvimento de um processo de planejamento e gestão centrado na escola para a melhoria do desempenho escolar. A comunidade escolar trabalha unida para identificar as necessidades da escola, estabelecer prioridades e elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE. A partir dos PDE, as escolas elaboram seus Projetos de Melhoria Escolar – PME, que podem ser financiados pelo Projeto FUNDESCOLA I (*Id.*, *Ibid.*, p. 21).

O Planejamento e Provisão de Vagas³¹ está subdividido assim: Elaboração do Microplanejamento e Padronização de Projetos Arquitetônicos; e Teste de Projetos Arquitetônicos.

O Planejamento e Provisão de Vagas consiste na análise, mapeamento e levantamento de demanda por vagas em escolas de cada município e, por conseguinte, na elaboração de planos de construção de novas escolas³². A segunda subdivisão, Teste de Projetos Arquitetônicos, tem como objetivo “preparar a testagem da viabilidade dos modelos arquitetônicos propostos pelos estados, [...] para analisar e avaliar a consistência e adequação dos projetos padrão executados (FUNDESCOLA, 1998, p. 28).

O componente Gestão e Desenvolvimento dos Sistemas Educacionais está subdividido em: Promoção do Desenvolvimento Institucional das Escolas e Secretarias de Educação; Promoção de Programas Especializados para a Melhoria do Ensino; Promoção da Comunicação e Mobilização Social; Fortalecimento de Programas e Sistemas Nacionais de Informações Educacionais e Financiamento da Gerência do Projeto. O objetivo desse componente está respaldado na melhora dos sistemas de ensino no que se refere ao pedagógico para os educadores, e a gerência para os administradores educacionais (*Id., Ibid., loc.cit.*).

A subdivisão Promoção do Desenvolvimento Institucional das Escolas e Secretarias de Educação tem como objetivo treinar diretores de escolas, dirigentes e técnicos das secretarias para melhorar a gestão da escola, permitindo que a escola incorpore os objetivos e metas do Programa Fundescola em sua rotina e procedimentos institucionais (*Id., Ibid., p. 29*).

A subdivisão Promoção de Programas Especializados para a Melhoria do Ensino, tem como objetivo implantar programas que melhorem a aprendizagem e elevem o rendimento escolar dos alunos; no momento financia dois projetos: Escola Ativa – projeto voltado para escolas rurais e escolas multisseriadas; e Apoio as Ações desenvolvidas por meio da Secretaria de Ensino Fundamental para a educação indígena (*Id., Ibid., p. 30*).

³¹ Conjunto de ações que se baseia em efetiva articulação entre estados e municípios, em torno de procedimentos e instrumentos técnicos previamente definidos, com o objetivo de ampliar o acesso das crianças às escolas do ensino fundamental das microrregiões do Projeto. A provisão do acesso poderá acontecer com a otimização das vagas existentes, bem como pela sua criação por meio da construção de novas escolas. O componente engloba desde as atividades de levantamento da demanda e da oferta de vagas, passando pela elaboração de projetos arquitetônicos padronizados, até a construção das novas escolas, adotando-se procedimentos e especificações técnicas adequadas às condições locais e compatíveis com padrões mínimos construtivos de qualidade (FUNDESCOLA, 1998, p. 24).

³² Destaque-se que o Projeto FUNDESCOLA II somente financiará a construção de novas escolas com base no projeto aprovado durante a vigência do FUNDESCOLA I (*Id., Ibid., p. 27*).

A subdivisão Promoção da Comunicação e Mobilização Social, pode ser caracterizada como a divulgação do projeto por meio de campanhas de *marketing* e mobilização social, produção de vídeos, cartazes, conferências, atividades de socialização e ações de desenvolvimento institucional, com o objetivo de envolver a sociedade no “processo de desenvolvimento da escola e nas atividades de implementação do Projeto” (FUNDESCOLA, 1998, p. 31).

A subdivisão Fortalecimento de Programas e Sistemas Nacionais de Informações Educacionais, consiste em apoiar ações do MEC que tenham o objetivo de melhorar a qualidade e avaliação escolar. Sua concretização se dá por meio de dois programas: Avaliação Educacional e Informações educacionais. O primeiro compreende o Sistema Nacional de Avaliação Educacional (Saeb), o Banco Nacional de Itens (BNI) e Projetos de Integração à Experiências Internacionais em Avaliação Educacional. O segundo compreende o Sied – Sistema de Informações Educacionais Integrado; o Censo Escolar e “todas as ações voltadas para a produção de informações educacionais, destacando-se as estatísticas” (*Id., Ibid., p. 32*).

A subdivisão Financiamento da Gerência do Projeto, pode ser definida como um instrumento que “promove o apoio³³ à operação das unidades de coordenação do Projeto nos níveis federal e estadual, viabilizando o cumprimento de suas funções técnicas, normativas e gerenciais, de forma a dar cumprimento às cláusulas do acordo de empréstimo com o BIRD” (*Id., Ibid., loc. cit.*).

³³ O apoio consiste em: Contratação de consultorias especializadas (pessoa física e jurídica); contratação de técnicos e auxiliares para a DGP; assistência técnica aos executores, nos diversos níveis do sistema; aquisição, instalação e manutenção de equipamentos e software; desenvolvimento e aplicação de sistemas informatizados; aquisição, locação e manutenção de veículos; investimentos e manutenção de sua infra-estrutura física, mobiliário e equipamentos; estudos, diagnósticos, levantamentos e pesquisas; produção de materiais didáticos e instrucionais, manuais, publicações técnicas e resultados de pesquisas; treinamentos das equipes gerenciais do Projeto nos diversos níveis de execução; e despesas administrativas e operacionais (FUNDESCOLA, 1998, p. 33).

2.1.4 Sobre os Componentes do Fundescola II

No Quadro 2 pode-se visualizar os componentes do Fundescola II e suas respectivas subdivisões.

Quadro 2 – Componentes do Fundescola II com as respectivas subdivisões

Componentes	Subdivisões do Componente
ELEVAÇÃO DAS ESCOLAS AOS PADRÕES MÍNIMOS DE FUNCIONAMENTO	1º Promoção de Autonomia Escolar
	2º Educação e Titulação de Professores
	3º Fornecimento de Móveis e Equipamentos Básicos
	4º Financiamento de Projetos de Adequação Física, Administrados pela Escola
	5º Implementação do Programa Modelo de Escola
ELABORAÇÃO DE UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA	1º Elaboração e Implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola
	2º Financiamento de Projetos de Melhoria da Escola – PME
	3º Desenvolvimento, teste e implementação de modelos pedagógicos
PROMOÇÃO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	1º Suporte ao Fundescola por meio da Comunicação e Mobilização Social
	2º Campanhas de Mobilização Social
FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS E PROGRAMAS NACIONAIS DE INFORMAÇÃO	1º Melhoria da Avaliação educacional
	2º Aperfeiçoamento e disseminação das informações educacionais
	3º Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas em Educação
GERENCIAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DOS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO	1º Fortalecimento da Colaboração Estadual e Municipal
	2º Desenvolvimento Institucional para Secretarias de Educação
	3º Implementação do Microplanejamento

Fonte: FUNDESCOLA. MOIP – Manual de Operação e Implementação do Projeto Fundescola II. 1999. Quadro elaborado pelo autor.

O Fundescola II conta com seis componentes: Elevação das escolas aos padrões mínimos de funcionamento; Elaboração de um processo de desenvolvimento da escola; Promoção da comunicação e mobilização social; Fortalecimento dos sistemas e programas nacionais de informação; Gerenciamento e desenvolvimento institucional dos sistemas de educação; e Administração do projeto e atividade piloto.

O componente Elevação das escolas aos padrões mínimos de funcionamento, está subdividido em: Promoção da autonomia escolar; Educação e titulação de professores; fornecimento de móveis e equipamentos básicos; Financiamento de projetos de adequação física administrados pela escola; e Implementação programa de modelo de escola. Sua execução está pautada da seguinte forma:

[...] fornecerá insumos e serviços para aproximar escolas de cada Município participante dos Padrões Mínimos de Funcionamento³⁴. O modelo dos PMFE é uma estrutura centrada em insumos para melhorar o equilíbrio educacional em relação aos pré-requisitos básicos de ensino por meio da redução da desigualdade entre escolas. Também é um ponto de partida para a melhoria da qualidade da educação ³⁵ (FUNDESCOLA, 2002, p.14).

A Promoção da autonomia escolar consiste na transferência direta de recursos financeiros³⁶, provenientes do governo federal, para as unidades escolares das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O resultado esperado dessa subdivisão é de que “todas as escolas com mais de 26 alunos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste [estejam] recebendo recursos transferidos diretamente às escolas” (*Id., Ibid., loc. cit.*).

A Educação e titulação de professores, tem como objetivo o treinamento e titulação de professores considerados inaptos a educar crianças da 1ª à 4ª séries; nesse sentido estará implantando o programa de titulação intitulado de PROFORMAÇÃO³⁷. A subdivisão, Fornecimento de móveis e equipamentos básicos, pode ser assim definida:

³⁴ Os Padrões Mínimos de Funcionamento referem-se a: 1º) Todos os alunos tenham acesso aos **livros-texto básicos e aos de leitura** e todos os professores, aos **guias de ensino**; 2º) Todos os professores tenham qualificação mínima de acordo com a lei; 3º) Todas as salas de aula tenham um conjunto mínimo de **móveis e equipamentos**; 4º) Todas as salas de aula tenham um acesso a **materiais básicos de ensino**; 5º) A escola ofereça as **condições físicas** mínimas para permitir que ela receba ou mantenha os insumos e serviços indicados anteriormente (FUNDESCOLA, 2002, p. 14).

³⁵ Como foi visto no Capítulo I para que se obtenha uma educação de qualidade, segundo o Banco Mundial, basta que exista uma combinação adequada de insumos escolares.

³⁶ “Os recursos serão utilizados, *inter-alia*, para aquisição de materiais e itens de instrução, assim como para pequenos reparos e manutenção. A legislação faz recomendações sobre aquisições aceitáveis e aconselha às escolas, dentro das ZAP do projeto, a adquirir serviços e bens que irão lhes ajudar a alcançar os Padrões Mínimos de Funcionamento” (*Id., Ibid., loc. cit.*).

³⁷ “Além do PROFORMAÇÃO, esse subcomponente dará apoio para a produção de fitas de vídeo e materiais semelhantes para TV-Escola da SEED, e um programa de educação à distância para o professor (*Id., Ibid., p. 15*).

Promove a aquisição de **móveis e equipamentos** básicos para permitir que as salas de aula funcionem de forma satisfatória. Os itens de sala de aula incluem, inter-alia, **carteiras e cadeiras de estudantes, mesas e cadeiras de professores, ventiladores e armários**³⁸. Será dada uma especial atenção à durabilidade e às especificações ergométricas, bem como à flexibilidade de uso de cadeira, carteiras e mesas na sala e à possível mobilidade do quadro (FUNDESCOLA, 2002, p. 16).

O Financiamento de projetos de adequação física administrados pela escola, tem como objetivo “provê tanto financiamento quanto assistência técnica às escolas que necessitarem de adequação para alcançar os Padrões Mínimos de Funcionamento”. A quinta subdivisão, Implementação de modelo de escola, tem como objetivo substituir algumas escolas e construir novas escolas (*Id., Ibid.*, p. 17).

A Elaboração de um processo de desenvolvimento da escola³⁹ está subdividido em: Elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE); Financiamento dos Projetos de Melhoria das Escolas (PME); e Desenvolvimento, teste e implementação de modelos pedagógicos.

A Elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola, tem como objetivo o treinamento de funcionários das secretarias estaduais e municipais de educação, assim como de diretores e professores das escolas públicas, para que esses venham a implantar o PDE nas escolas atendidas pelo Programa Fundescola⁴⁰.

O Financiamento dos projetos de melhoria da escola (PME) é constituído por “um conjunto de metas e ações selecionadas pela escola, a partir do seu PDE, para serem financiadas pelo Fundo de Fortalecimento da Escola⁴¹”; e ainda “o PME visa individualizar as solicitações da escola, respondendo a iniciativas específicas e torná-la mais eficiente” (*Id., Ibid.*, p. 22).

³⁸ “O fornecimento de móveis e equipamentos será limitado às escolas que estejam abaixo dos Padrões Mínimos de Funcionamento, tenham mais de 20 alunos, contem com o apoio de uma Unidade Executora (Uex) estabelecida e atendam às condições físicas para receber esses insumos. Essas condições, bem como a necessidade de insumos, serão verificadas pelo Levantamento da Situação Escolar (LSE) realizado em todas as escolas da ZAP. A definição das escolas a serem beneficiadas, além do cumprimento dos critérios descritos, passa pela decisão colegiada do Fórum Microrregional que tem poder deliberativo” (FUNDESCOLA, 2002, p. 16).

³⁹ Os objetivos do segundo componente, de acordo com o MOIP, são: “desenvolver dentro das escolas um processo de planejamento educacional e de melhoria de sua organização para melhorar sua qualidade e eficiência”; “preparar as secretarias de educação estaduais e municipais para orientar, avaliar, facilitar e supervisionar a elaboração e implementação dos planos de desenvolvimento da escola, bem como os projetos de melhoria escolar” (*Id., Ibid.*, p. 18).

⁴⁰ “A dinâmica adotada para a elaboração e implantação do PDE nos sistemas de ensino pode ser analisada em sete segmentos: preparação da equipe, definição de Estados e Municípios participantes, seleção de escolas, seleção de Assessor Técnico, capacitação, financiamento, acompanhamento e avaliação” (*Id., Ibid.*, p. 21).

⁴¹ “O Fundo de Fortalecimento da Escola repassa recursos diretamente às escolas para financiar ações que constam do PDE. Cada escola que entra no processo tem direito ao financiamento por três anos consecutivos [...] e o percentual de participação do Fundescola decresce a cada ano, aumentando, conseqüentemente, a participação do Estado ou Município [...]” (*Id., Ibid.*, p. 23).

O Desenvolvimento, teste e implementação de modelos pedagógicos, tem como objetivo “desenvolver um menu de abordagens testadas que permitam às escolas escolher um modelo que melhor se encaixe em suas próprias filosofias e interesses”. Para isso o Fundescola apóia dois programas: Escola Ativa e o Gestar. O primeiro programa pode ser definido como “uma proposta metodológica para as classes multisseriadas que combina, em sala de aula, uma série de elementos e de instrumentos de caráter pedagógico/administrativo [...] objetivam aumentar a qualidade do ensino oferecido naquelas classes.”⁴² E o segundo, pode-se defini-lo como “um programa de gestão pedagógica da escola que visa à melhoria do desempenho dos alunos e conseqüentemente aumento das taxas de aprovação nas disciplinas de matemática e língua portuguesa” (FUNDESCOLA, 2002, p. 27).

A Promoção da comunicação e mobilização social, tem como subdivisão: Suporte ao Fundescola por meio da comunicação e disseminação; e Campanhas de mobilização social. A primeira subdivisão tem como objetivo “disseminar os princípios, estratégias, procedimentos e resultados do FUNDESCOLA para os principais beneficiários e partes interessadas no projeto”.⁴³ E a segunda subdivisão tem como objetivo treinar “uma rede de organizações e instituições locais [...] para criar uma sociedade com o objetivo de divulgar os princípios, as estratégias e os instrumentos do programa” (*Id.*, *Ibid.*, p. 31).

O Fortalecimento dos sistemas e programas nacionais de informações, tem como subdivisão: Melhoria da avaliação educacional; Aperfeiçoamento e disseminação das informações educacionais e Desenvolvimento de estudos e pesquisas em educação.

A primeira subdivisão, tem como objetivo prover “assistência e apoio ao SAEB, assim como financiamento de outras atividades no âmbito da avaliação educacional⁴⁴.” A segunda tem como objetivo o “apoio e financiamento a linhas de ação que atendam à crescente demanda dos dirigentes educacionais, da comunidade de ensino e da sociedade por informações estruturadas e atualizadas sobre a situação educacional brasileira [...]”. E a terceira subdivisão “provê apoio à continuação de um programa de pesquisa [...] que inclui estudos de avaliação para o próprio FUNDESCOLA.” Tais estudos devem conter a “avaliação

⁴² “O processo de implementação da Escola Ativa nos Municípios/Estados engloba basicamente 5 etapas: adesão dos Municípios/Estados; seleção de escolas; capacitação de professores e supervisores; acompanhamento e monitoramento; provisão de material didático (livros e outros materiais)” (FUNDESCOLA, 2002 P. 25).

⁴³ “Essas atividades visam assegurar que os beneficiários diretos e indiretos sejam informados não só sobre o planejamento e arranjos de implementação do FUNDESCOLA, mas especificamente sobre a política educacional por ele resguardada e as estratégias definidas para tal” (*Id.*, *Ibid.*, p. 30).

⁴⁴ As outras atividades compreendem: “um plano estratégico e operacional de 4 anos”; “módulos integrados de avaliação”; “um abrangente Banco de Itens” e; “integração do SAEB a projetos nacionais e internacionais” (*Id.*, *Ibid.*, p. 32).

dos processos de implementação [...] e avaliação do projeto sobre vários grupos de beneficiários” (FUNDESCOLA, 2002, p. 34).

O Gerenciamento e desenvolvimento institucional dos sistemas de educação tem como subdivisões: Fortalecimento da colaboração estadual e municipal; Desenvolvimento institucional para secretarias de educação e Implementação do microplanejamento.

A subdivisão Fortalecimento da colaboração estadual e municipal, está alicerçada, de acordo com o MOIP, em três princípios: 1º) “integração – Estado/Município nas decisões relativas à rede de escolas e os elementos de suas necessidades educacionais”; 2º) “transparência – na definição e alocação de recursos financeiros; 3º) “compromisso – com os objetivos e metas do FUNDESCOLA” (*Id., Ibid.*, p. 35).

A subdivisão Desenvolvimento institucional para secretarias de educação, tem como objetivo “apoio técnico aos dirigentes e corpo técnico dos sistemas – Secretarias de Educação – para a produção, monitoramento e avaliação do processo de implementação de planos, programas e projetos educacionais que busquem o melhor desempenho educacional” (*Id., Ibid.*, p. 36).

A subdivisão Implementação do microplanejamento, tem como função “promover a cooperação entre os governos estadual e municipal nas questões de localização e tamanho da escola, bem como a equidade da qualidade do prédio escolar” (*Id., Ibid.*, p. 37).

2.2 Sobre as ações do Fundescola

Como foi analisado no início deste Capítulo, os recursos que financiaram os Projetos Fundescola I e II deveriam ser provenientes em cinquenta por cento do Banco Mundial (Bird) e os outros cinquenta por cento são oriundos do Brasil. Os cinquenta por cento provenientes do Banco Mundial financiariam o que se denomina ações do Fundescola I e II, e os outros cinquenta por cento provenientes do Brasil iriam financiar a contrapartida nacional no Projeto.

São ações do Fundescola: Projeto de Adequação de Prédios Escolares (Pape); Equipamento/Mobiliário para escola adequada; Equipamento/Mobiliário para escola construída; Construção de Escola; Projeto de Melhoria da Escola (PME); Desenvolvimento Institucional; Apoio a programas do MEC; Escola Ativa; Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE); Gestão de Aprendizagem Escolar (Gestar).

No Fundescola I foram financiadas/executadas somente cinco ações, que são: Projeto de Adequação de Prédios Escolares (Pape); Equipamento/Mobiliário para escola adequada; Projeto de Melhoria da Escola (PME); Desenvolvimento Institucional; e Apoio a programas do MEC. Assim, pode-se perceber que o objeto de estudo deste trabalho está em duas ações

do Fundescola I (Projeto de Adequação de Prédios Escolares (Pape); Equipamento/Mobiliário para escola adequada) e em quatro ações do Fundescola II (Projeto de Adequação de Prédios Escolares (Pape); Equipamento/Mobiliário para escola adequada; Equipamento/Mobiliário para escola construída; Construção de Escola).

2.2.1 Projeto de Aperfeiçoamento dos Prédios Escolares

O objetivo desta ação consiste em:

Promover intervenções que visam estabelecer, prioritariamente, nos ambientes de sala de aula, os Padrões Mínimos específicos para esses **espaços físicos**. Tendo todas as salas de aula alcançado o padrão mínimo estabelecido, o PAPE se estenderá aos outros ambientes do prédio escolar, prioritariamente aos sanitários dos alunos, de modo a propiciar as condições de segurança, salubridade, estabilidade e funcionalidade, sem alteração da área construída e da disposição de seus espaços internos. Tem também como objetivo fornecer condições mínimas para receber o mobiliário e o equipamento que lhes forem destinados, que irão contribuir para garantir a operação dos insumos escolares do PMFE provido pelo Programa FUNDESCOLA (FNDE, 2002, p. 13, grifo no original).

No Fundescola I, o Projeto de Aperfeiçoamento dos Prédios Escolares ocorreu nos anos de 1998, 1999 e 2000, *vide* Tabela 13. E, para o Fundescola II, o mesmo projeto ocorreu nos anos de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2004, *vide* Tabela 14.

Tabela 13 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Projeto de Aperfeiçoamento dos Prédios Escolares (Pape), ação do Fundescola I em 1998, 1999, e 2000

<i>Ranking</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valores R\$ (em reais)</i>
1	Goiás	11.154.477,02
2	Pará	6.644.288,90
3	Amazonas	6.005.954,35
4	Mato Grosso do Sul	4.678.069,72
5	Mato Grosso	3.829.823,70
6	Acre	2.698.974,91
7	Rondônia	2.623.886,07
8	Roraima	1.947.357,29
9	Amapá	1.838.982,86
10	Tocantins	1.653.949,20

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola I.

Tabela 14 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Projeto de Adequação de Prédios Escolares (Pape), ação do Fundescola II em 1999, 2000, 2001, 2002 e 2004

<i>Ranking</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valores R\$ (em reais)</i>
1	Bahia	16.467.330,83
2	Ceará	8.389.200,00
3	Pernambuco	6.877.536,12
4	Maranhão	6.572.800,00
5	Pernambuco	6.418.400,00
6	Rio Grande do Norte	5.478.000,00
7	Alagoas	5.185.600,00
8	Piauí	4.616.400,00
9	Sergipe	4.249.230,85
10	Goiás	3.251.455,29
11	Mato Grosso	2.697.800,00
12	Pará	1.912.500,00
13	Acre	1.206.563,24
14	Roraima	1.195.500,00
15	Tocantins	1.068.200,00
16	Mato Grosso do Sul	939.500,00
17	Roraima	122.500,00
18	Amazonas	19.200,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola II.

2.2.2 Equipamento/Mobiliário para Escola Adequada

Esta ação ocorre nos anos de 1998 e 1999 para o Fundescola I, *vide* Tabela 15, e em 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003 para o Fundescola II, *vide* Tabela 16; tendo como objetivo “promover a aquisição de **mobiliário e equipamento** básico para salas de aula, visando contribuir para o alcance do PMFE ⁴⁵pela escola”. Financiados “até 36 conjuntos escolares, um conjunto professor, um armário de aço e quatro ventiladores, quando houver energia elétrica, por sala de aula”⁴⁶ (FNDE, 2002, p. 14).

⁴⁵ PMFE - Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola

⁴⁶ “É obrigatória a contrapartida mínima 1% (um por cento) do valor total do Plano de Trabalho para Estados e Municípios, que poderá se apresentar como despesas realizadas, no período de vigência de execução do convênio, com bens e serviços economicamente mensuráveis e necessários à consecução do objeto do convênio [...]” Esses “bens e serviços” são: “Fiscalização e monitoramento do processo de aquisição e distribuição do equipamento/mobiliário”; “distribuição do equipamento/mobiliário”; “armazenamento do equipamento/mobiliário”; “confecção e colocação de plaquetas de tombamento nos equipamentos/mobiliários adquiridos pelo convênio”; “material de consumo para relatórios de atividades de acompanhamento e monitoramento da execução do convênio”; “confecção de editais”; “complementação de recursos para conclusão do objeto do convênio” (FNDE, 2002, p. 14 e 66).

Tabela 15 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Projeto de Equipamento e Mobiliário para a Escola Adequada, ação do Fundescola I em 1998, 1999

<i>Ranking</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valores R\$ (em reais)</i>
1	Goiás	7.039.830,80
2	Pará	5.915.000,00
3	Amazonas	5.014.212,80
4	Amapá	2.880.200,00
5	Mato Grosso	2.720.000,00
6	Acre	2.463.080,00
7	Mato Grosso do Sul	2.155.000,00
8	Rondônia	1.830.000,00
9	Roraima	900.000,00
10	Tocantins	709.140,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola I.

Tabela 16 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Projeto de Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, ação do Fundescola II em 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003

<i>Ranking</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valores R\$ (em reais)</i>
1	Bahia	7.203.229,35
2	Goiás	5.858.436,20
3	Pernambuco	4.406.072,21
4	Ceará	4.034.232,00
5	Mato Grosso	3.923.745,10
6	Pernambuco	3.831.952,00
7	Piauí	3.688.746,60
8	Alagoas	3.284.680,00
9	Pará	3.134.011,60
10	Rio Grande do Norte	3.090.053,20
11	Mato Grosso do Sul	2.961.840,56
12	Sergipe	2.792.284,00
13	Maranhão	2.418.972,00
14	Acre	2.172.695,84
15	Tocantins	1.744.767,60
16	Rondônia	1.136.200,00
17	Amazonas	1.017.320,00
18	Roraima	644.904,00
19	Amapá	541.728,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola II.

2.2.3 Construção de Escolas

Essa ação não ocorreu no Fundescola I e no Fundescola II ocorreu nos anos de 2000 e 2001, *vide* Tabela 17. O objetivo dessa ação é promover a construção de escolas, sendo

financiado “o Projeto Arquitetônico Espaço Educativo nas versões já aprovadas pelo Banco Mundial e pelo Fundescola”, conforme segue:

Espaço Educativo Urbano I é projeto arquitetônico padrão para construção de escolas com 8, 10 ou 12 salas de aula para atender à demanda da zona urbana em municípios com mais de 100 mil habitantes; Espaço Educativo Urbano II é projeto arquitetônico padrão para construção de escolas com 4 ou 6 salas de aula para atender à demanda da zona urbana em municípios com menos de 100 mil habitantes e, quando for o caso, em áreas de assentamentos rurais; Espaço Educativo Rural é projeto arquitetônico padrão para construção de escolas com 1, 2 ou 4 salas de aula para atender à demanda da zona rural⁴⁷ (FNDE, 2005, p. 15).

No ano de 2000 foram construídas, por meio da ação Construção de Escola do Fundescola II, 59 escolas em nove estados, somando 218 salas de aula construídas com um gasto total de R\$ 19.333.167,93. No ano de 2001, foram construídas 124 escolas em quinze Estados, somando-se 485 salas de aula construídas com um total de recursos orçados em R\$ 51.403.042,06.

Tabela 17 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que participaram do Projeto de Construção de Escolas, ação do Fundescola II em 2000 e 2001

<i>Ranking</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valores R\$ (em reais)</i>
1	Pará	12.092.660,02
2	Amazonas	10.735.628,38
3	Goiás	8.030.676,16
4	Amapá	6.075.093,16
5	Mato Grosso do Sul	4.405.561,71
6	Tocantins	4.377.947,71
7	Pernambuco	3.669.193,78
8	Roraima	3.514.789,64
9	Acre	3.096.345,70
10	Maranhão	3.050.810,34
11	Mato Grosso	2.620.467,07
12	Alagoas	2.609.156,10
13	Bahia	2.025.250,00
14	Roraima	2.011.362,08
15	Pernambuco	1.147.957,30
16	Piauí	929.916,20
17	Sergipe	343.394,64

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola II.

⁴⁷ “As despesas decorrentes da implantação da escola, como aquisição, limpeza do terreno, terraplenagem, drenagem de águas pluviais, abastecimento de água e energia elétrica, cerca/muro de fechamento, calçada de acesso aos blocos e paisagismo, correrão por conta do Proponente” – Estados e Municípios (FNDE, 2005, p. 16).

2.2.4 Equipamento/Mobiliário para Escola Construída

Esta ação não ocorreu no Fundescola I, e no Fundescola II ocorreu nos anos de 2000, 2001 e 2002, *vide* Tabela 18. Pode-se definir seus objetivos como:

Promover a aquisição de mobiliário e equipamento escolar para as escolas construídas de acordo com os padrões construtivos mínimos de funcionamento da escola adotado pelo FUNDESCOLA como Espaço Educativo Urbano I, Espaço Educativo Urbano II e Espaço Educativo Rural, desde que construídas nos municípios das ZAP em áreas com déficit de salas de aula no microplanejamento urbano do município⁴⁸ (FNDE, 2002, p. 14).

No ano de 2000, o Fundescola II, por meio da ação Equipamento/Mobiliário para escola construída, equipou 46 escolas, somando 254 salas de aula, distribuídas em seis Estados, com um gasto total de R\$ 2.885.835,04. Para o ano de 2001 foram equipadas 136 escolas, somando 533 salas de aula, em quinze Estados, com um gasto total de R\$ 6.359.461,53.

Tabela 18 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que participaram do Projeto de Equipamento/Mobiliário para Escola Construída, ação do Fundescola II em 2000 e 2001

<i>Ranking</i>	<i>Estados Participantes</i>	<i>Valores em R\$</i>
1	Pará	2.762.961,44
2	Amazonas	1.124.535,00
3	Goiás	1.106.942,00
4	Acre	707.316,42
5	Mato Grosso do Sul	512.915,83
6	Rondônia	383.158,80
7	Amapá	362.934,00
8	Maranhão	355.908,00
9	Tocantins	353.435,00
10	Roraima	298.786,00
11	Mato Grosso	296.468,00
12	Alagoas	289.112,00
13	Bahia	204.454,00
14	Pernambuco	175.912,00
15	Paraíba	156.300,00
16	Piauí	132.810,00
17	Ceará	128.258,00
18	Sergipe	21.348,08

⁴⁸ “É obrigatória a contrapartida de 1% (um por cento) do valor total do Plano de Trabalho para Estados e Municípios, que poderá se apresentada como despesas realizadas, no período da vigência de execução do convênio, com bens e serviços considerados economicamente mensuráveis e necessários à consecução do objeto do convênio [...]”. Os “bens e serviços” são: “treinamento técnico das SME e SEE”; “fiscalização e monitoramento do processo de aquisição e distribuição do equipamento/mobiliário”; “armazenamento do equipamento/mobiliário”; “confecção e colocação de plaquetas de tombamento nos equipamento/mobiliários adquiridos pelo convênio”; “material de consumo para relatórios de atividades de acompanhamento e monitoramento da execução do convênio”; “confecção de editais” e “complementação de recursos para conclusão do objeto do convênio” (FNDE, 2002, p. 14 e p. 67).

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola II.

2.2.5 Projeto de Melhoria da Escola (PME)

Esta ação ocorreu nos anos de 1998, 1999, 2000 para o Fundescola I, *vide* Tabela 19 e para os anos de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2004 para o Fundescola II, *vide* Tabela 20, tendo como objetivo “financiar ações previstas no PDE que mais diretamente se relacionam à melhoria do desempenho dos alunos”.⁴⁹

⁴⁹ Sobre os “Valores Financiáveis” pode-se afirmar que: “Cada escola será beneficiada com recursos para despesas correntes e para despesas de capital de acordo com o número de alunos do Ensino Fundamental regular existentes na escola, conforme dados do Censo Escolar do ano anterior ao do PTA”. E sobre as “Modalidades de PME financiadas” considera-se a:

Modalidade I – Implementação: “compreende o financiamento de PME para a primeira escola ou o primeiro grupo de escolas de uma rede em um Município. Nesse caso, o PME da escola será 100% financiado pelo FUNDESCOLA [...] sendo 60% para despesas de custeio e 40% para despesas de capital”.*

Modalidade II – Expansão: “compreende o financiamento da expansão do PME em Municípios que já foram beneficiadas em anos anteriores com pelo menos uma escola no PME. Para esse caso, o FUNDESCOLA financiará 70% do valor do PME da escola incluída no PTA. Os demais 30% serão a contrapartida financeira [...] sendo 60% para despesas de custeio e 40% para despesas de capital”.

Modalidade III – Consolidação: “compreende o financiamento de um segundo ou terceiro PME para escolas já beneficiadas com PME em anos anteriores e que se destacaram na execução e implementação do PDE”

Consolidação I – “compreende o financiamento de PME para escola já beneficiada em anos anteriores com implantação ou expansão. Para esse caso, o FUNDESCOLA financiará 50% do valor do PME da escola incluída no PTA. Os demais 50% serão custeados pela contrapartida [...] sendo 60% para despesas de custeio e 40% para despesas de capital”.

Consolidação II – “compreende o financiamento do PME para escola já beneficiada com Consolidação I em anos anteriores. Ou seja, é o terceiro PME de uma mesma escola que terá participação financeira do FUNDESCOLA. Para esse caso, o FUNDESCOLA financiará **exclusivamente para despesas de capital**, 30% do valor do PME da escola incluída no PTA. Os demais 70% serão custeados pela contrapartida, **exclusivamente para despesa de custeio**”.

Consolidação III – “compreende o financiamento de PME para escolas já beneficiadas com Consolidação II em anos anteriores. Ou seja, o PME de uma mesma escola que terá participação financeira do FUNDESCOLA. Para esse caso, o FUNDESCOLA financiará, **exclusivamente para despesas de capital**, 30% do valor do PME da escola incluída no PTA. Os demais 70% serão custeados pela contrapartida, **exclusivamente para despesas de custeio**” (FNDE, 2002, p. 16-17, grifo no original).

* A contrapartida na **Modalidade – Implantação** está pautada em “mínima de 1% (um por cento) do valor total do Plano de Trabalho para Estados e Municípios, que poderá ser apresentada com despesas realizadas, no período da vigência de execução do convênio, com bens e serviços economicamente mensuráveis” tais como: “treinamento para as unidades executoras”; “fiscalização das atividades desenvolvidas pelas unidades executoras”; “monitoramento e assistência técnica às unidades executoras na execução do convênio”; “produção e reprodução de material instrucional para as unidades executoras”; “material de consumo para relatórios e atividades de acompanhamento e monitoramento da execução do convênio”; “complementação de recursos para conclusão do objeto do convênio” (*Id.*, *Ibid.*, *loc. cit.*).

Tabela 19 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Projeto de Melhoria da Escola (PME), ação do Fundescola I em 1998, 1999 e 2000

<i>Ranking</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valores R\$ (em reais)</i>
1	Goiás	3.841.200,00
2	Pará	1.958.200,00
3	Mato Grosso	1.779.400,00
4	Mato Grosso do Sul	1.599.200,00
5	Amazonas	1.241.600,00
6	Rondônia	1.128.800,00
7	Tocantins	997.400,00
8	Acre	991.800,00
9	Roraima	510.600,00
10	Amapá	346.400,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola I.

Tabela 20 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Projeto de Melhoria da Escola (PME), ação do Fundescola II em 1999, 2000, 2001, 2002 e 2004

<i>Ranking</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valores R\$ (em reais)</i>
1	Bahia	8.478.000,00
2	Goiás	7.192.000,00
3	Pernambuco	6.243.400,00
4	Ceará	5.992.000,00
5	Rio Grande do Norte	3.979.000,00
6	Maranhão	3.830.400,00
7	Mato Grosso do Sul	3.747.600,00
8	Pará	3.155.400,00
9	Piauí	3.016.600,00
10	Sergipe	2.959.400,00
11	Mato Grosso	2.935.800,00
12	Tocantins	2.356.000,00
13	Pernambuco	2.325.200,00
14	Alagoas	2.297.600,00
15	Rondônia	1.851.600,00
16	Acre	1.529.000,00
17	Amapá	1.337.600,00
18	Amazonas	805.600,00
19	Roraima	359.000,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola II.

2.2.6 Desenvolvimento Institucional

Esta ação ocorreu nos anos de 1999 e 2000 no Fundescola I, *vide* Tabela 21, e para os anos de 1999, 2000, 2001 e 2002 no Fundescola II, *vide* Tabela 22, tendo os seguintes objetivos:

Promover melhorias, nos vários níveis de gestão educacional das escolas, SEE, SME e MEC, oferecendo as condições operacionais e técnicas básicas para que as estratégias adotadas pelo FUNDESCOLA sejam, gradativamente, incorporadas às rotinas e aos procedimentos dessas instituições⁵⁰ (FNDE, 2002, p. 17).

Tabela 21 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Projeto de Desenvolvimento Institucional, ação do Fundescola I em 1999 e 2000

<i>Ranking</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valores R\$ (em reais)</i>
1	DF	6.684.165,86
2	Pará	153.800,00
3	Tocantins	104.403,00
4	Roraima	90.000,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola I.

Tabela 22 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Projeto de Desenvolvimento Institucional, ação do Fundescola II em 1999, 2000, 2001 e 2002

<i>Ranking</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valores R\$ (em reais)</i>
1	DF	12.977.245,00
2	Bahia	1.021.074,95
3	Rio Grande do Norte	1.011.565,15
4	Maranhão	952.902,40
5	Pernambuco	863.522,00
6	Sergipe	748.438,90
7	Piauí	734.918,80
8	Pernambuco	633.310,12
9	Ceará	544.350,00
10	Alagoas	430.250,18
11	Mato Grosso	175.800,00
12	Amazonas	169.200,00
13	Goiás	169.200,00
14	Acre	149.400,00
15	Rondônia	146.100,00
16	Tocantins	119.700,00
17	Amapá	90.000,00
17	Mato Grosso do Sul	90.000,00
17	Pará	90.000,00

⁵⁰ A contrapartida de no mínimo um por cento estará baseada em: “Acompanhamento, monitoramento e assistência técnica”; “material de consumo para relatórios de atividades de acompanhamento e monitoramento da execução do convênio”. Não sendo exigida a contrapartida do órgão federal executor do Fundescola (FNDE, 2002, p. 18-67). Essa contrapartida é a mesma para as seguintes ações: Apoio a programas do MEC; Escola Ativa; Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e Gestão de Aprendizagem Escolar (Gestar).

Ranking	Unidade da Federação	Valores R\$ (em reais)
17	Roraima	56.100,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola II.

2.2.7 Apoio a programas do MEC

Esta ação ocorreu nos anos de 1999 e 2000 para o Fundescola I, *vide* Tabela 23, e nos anos de 2000, 2001 e 2002 para o Fundescola II, *vide* Tabela 24. Seus objetivos são:

Promover, estimular e financiar a implementação de programas e projetos apoiados pelo FUNDESCOLA, que busquem a melhoria da aprendizagem e que sejam implementados por órgãos/entidades vinculadas ao MEC (FNDE, 2002, p. 18).

Tabela 23 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Projeto de Apoio aos Programas do MEC, ação do Fundescola I em 1999 e 2000

Ranking	Unidade da Federação	Valores R\$ (em reais)
1	DF	37.279.261,62
2	Pará	489.369,92
3	Goiás	450.960,00
4	Tocantins	341.640,00
5	Amazonas	227.624,00
6	Acre	177.329,81
7	Amapá	173.820,00
8	Mato Grosso do Sul	152.160,00
9	Rondônia	24.000,00
10	Mato Grosso	20.400,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola I.

Tabela 24 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Projeto de Apoio a Programas do MEC, ação do Fundescola II em 2000, 2001 e 2002

Ranking	Unidade da Federação	Valores R\$ (em reais)
1	DF	9.767.760,52
2	Maranhão	353.920,00
3	Ceará	339.439,65
4	Bahia	297.513,54
5	Rio Grande do Norte	178.649,51
6	Piauí	128.649,00
7	Pernambuco	126.900,54
8	Sergipe	118.242,58
9	Pernambuco	78.872,40

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola II.

2.2.8 Escola Ativa

A Escola Ativa é uma ação do Fundescola II, que ocorreu nos anos de 2001, 2002 e 2004, *vide* Tabela 25, tendo os seguintes objetivos:

Busca aumentar a qualidade da educação oferecida nas classes multisseriadas, notadamente na área rural, combinando uma série de elementos de caráter pedagógico-administrativo. Serão financiadas as capacitações para os professores das escolas multisseriadas [...] para os técnicos das correspondentes Secretarias de Educação (FNDE, 2002, p. 18).

Tabela 25 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Projeto Escola Ativa, ação do Fundescola II em 2000, 2001 e 2004

<i>Ranking</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valores R\$ (em reais)</i>
1	Pará	510.980,00
2	Amapá	476.763,33
3	Maranhão	395.629,08
4	Bahia	368.188,73
5	Pernambuco	366.180,00
6	Piauí	302.702,00
7	Pernambuco	288.304,43
8	Amazonas	280.280,00
9	Goiás	219.363,09
10	Tocantins	190.734,18
11	Ceará	166.555,00
12	Mato Grosso	158.786,00
13	Rio Grande do Norte	158.734,00
14	Alagoas	148.080,00
15	Sergipe	61.370,00
16	Mato Grosso do Sul	54.702,06
17	Rondônia	29.000,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola II.

2.2.9 Plano de Desenvolvimento da Escola

Essa ação ocorreu nos anos de 2001 e 2002 por meio do Fundescola II, *vide* Tabela 26, tendo os seguintes objetivos:

Implementar um processo gerencial de planejamento estratégico que a escola desenvolve para a melhoria da qualidade do ensino, elaborado de modo participativo com a comunidade escolar (equipe escolar e pais de alunos). Serão financiadas as capacitações para equipe da direção das escolas selecionadas para atendimento [...] e para os técnicos das correspondentes Secretarias de Educação (*Id.*, *Ibid.*, p. 19).

Tabela 26 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Plano de Desenvolvimento da Escola, ação do Fundescola II em 2001 e 2002

<i>Ranking</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valores R\$ (em reais)</i>
1	Bahia	509.652,00
2	Pernambuco	371.700,00
3	Piauí	326.538,00
4	Maranhão	281.469,00
5	Pará	238.410,00
6	Alagoas	170.350,00
7	Pernambuco	115.563,00
8	Goiás	110.926,00
9	Sergipe	78.400,00
10	Rio Grande do Norte	63.894,00
11	Mato Grosso	59.771,36
12	Tocantins	59.768,00
13	Ceará	57.978,00
14	Mato Grosso do Sul	32.771,50
15	Acre	31.500,00
16	Amapá	12.630,00
17	Roraima	9.572,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola II.

2.2.10 Gestão de Aprendizagem Escolar (Gestar)

A ação Gestar foi financiada somente no ano de 2002, *vide* Tabela 27, para o Fundescola II, seus objetivos são:

Promover a formação continuada de professores em serviço, de 1º a 4º séries, por meio da avaliação diagnóstica e reforço da aprendizagem, visando o aumento das taxas de aprovação dos alunos nas disciplinas de matemática e língua portuguesa. Serão financiados equipamentos de informática para as escolas que implementarem o GESTAR e as capacitações para formadores do GESTAR dos Estados e Municípios [...] bem como os encontros para avaliação do programa (FNDE, 2002, p. 19).

Tabela 27 – BRASIL: *Ranking* dos Estados que receberam recursos do Projeto de Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar), ação do Fundescola II em 2002

<i>Ranking</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valores R\$ (em reais)</i>
1	Mato Grosso	29.476,00
2	Alagoas	13.663,00
3	Tocantins	11.900,00
4	Pernambuco	9.112,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005. Valores em Reais correntes, no período de vigor do Fundescola II.

2.3 Custo Total das Ações do Fundescola I e II

Passa-se neste momento a descrever os valores totais despendidos em cada ação do Fundescola. Para a ação Projeto de Adequação dos Prédios Escolares foram despendidos, durante o Fundescola I, os valores de R\$ 43.075.764,02; e um total de R\$ 31.626.463,60 para a ação Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada. Para a ação Projeto de Melhoria da Escola – foram despendidos R\$ 14.394.600,00; para o Apoio a Programas do MEC o valor total foi de R\$ 39.336.565,35; e para Desenvolvimento Institucional teve-se o valor de R\$ 7.032.368,86.

Nota-se, por meio da Figura 5, que as ações que priorizam a aquisição de bens e serviços para as escolas: Programa de Adequação dos Prédios Escolares (Pape); Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada; e Programa de Melhoria da Escola (PME) somam 65,78% dos recursos do Fundescola I, enquanto que as ações que se referem treinamentos e capacitações (Apoio a Programas do MEC e Desenvolvimento Institucional) somam 34,22%. Ressalta-se que duas ações: Projeto de Adequação dos Prédios Escolares e Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada somam 55,15% dos recursos, ou seja, mais da metade das ações do Fundescola I.⁵¹

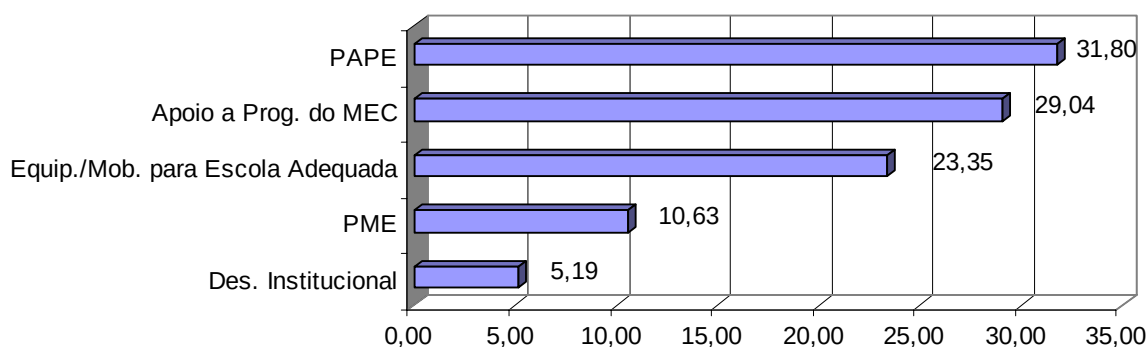


Figura 5 – BRASIL: Porcentagem das ações do Programa Fundescola I, obtidas pela soma total das ações do ano de 1999 a 2000

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor a partir das informações de DW FUNDESCOLA - PTA em 12/05/2005

Para o Fundescola II, a ação Programa de Adequação dos Prédios Escolares (Pape) recebeu o valor total de R\$ 78.558.916,33; e a ação Equipamento e Mobiliário para a Escola

⁵¹ Essas duas ações serão abordadas com objeto de estudo desse Capítulo, em seu próximo tópico, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Adequada recebeu R\$ 57.885.870,26. A ação Construção de Escolas recebeu recursos da ordem de R\$ 70.736.209,99; e a ação Equipamento e Mobiliário para Escola Construída recebeu um total de R\$ 9.373.554,57. Essas ações priorizam e objetivam a aquisição de bens e serviços para as escolas.

Já as ações que tratam de treinamentos e capacitações como Apoio a Programas do MEC recebeu R\$ 11.389.947,74; Desenvolvimento Institucional teve um valor para o Fundescola II de R\$ 21.173.077,50. A ação Escola Ativa recebeu o valor de R\$ 4.176.351,90; a ação Gestão da Aprendizagem Escolar recebeu um total de R\$ 64.151,00. Para o Plano de Desenvolvimento da Escola o valor recebido foi de R\$ 2.530.892,86 e para o Programa de Formação Continuada o valor total foi de R\$ 5.533.117,77.

Por meio da Figura 6, pode-se visualizar que as ações que têm a meta de aquisição de bens e serviços para as escolas (Projeto de Adequação dos Prédios Escolares; Construção de Escola; Projeto de Melhoria da Escola; Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada; Equipamento e Mobiliário para Escola Construída) somam 86,23% dos recursos. Enquanto que as ações Desenvolvimento Institucional; Apoio a Programas do MEC; Programa de Formação Continuada; Escola Ativa e Plano de Desenvolvimento da Escola somaram 13,75% dos recursos. Nota-se que as ações Projeto de Adequação dos Prédios Escolares; Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada; Construção de Escolas; e Equipamento e Mobiliário para Escola Construída somam 66,47% dos recursos do Fundescola II, sendo essas ações contempladas, no próximo tópico desse Capítulo, a título de objeto de pesquisa em Mato Grosso do Sul.

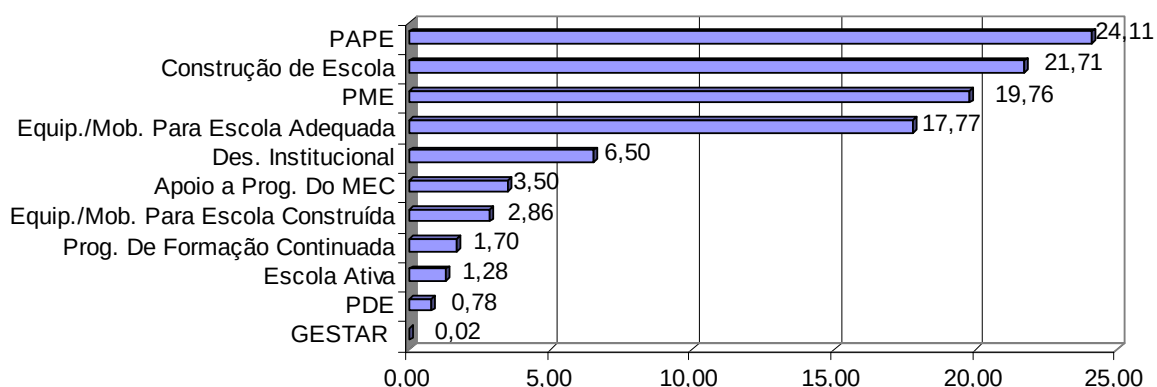


Figura 6 – BRASIL: Porcentagem das ações do Programa Fundescola II, obtidas pela soma total das ações do ano de 1999 a 2004

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor a partir das informações de DW FUNDESCOLA - PTA em 12/05/2005.

Os dados das Figuras 5 e 6 também alertam para o fato de que a concentração de recursos está reservada alguns dos componentes do Fundescola. Assim, no Fundescola I e II a concentração de recursos esteve no componente Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas.

Nesse tópico pode-se apreender que os objetivos do Fundescola I e II estão balizados nos conceitos de equidade e eficiência, conceitos que se constituem nos princípios que guiam o entendimento do Banco sobre educação. E que os recursos das ações do Fundescola I e II estão direcionados para a aquisição de bens e serviços escolares.

2.4 As quatro ações Fundescola, financiadas pelo Bird em Mato Grosso do Sul

Na Tabela 11 foi possível apreender que Mato Grosso do Sul possui uma taxa de atendimento acima da taxa de atendimento geral dos municípios que são abrangidos pelo Fundescola I. E que a taxa de atendimento do Fundescola II para com Mato Grosso do Sul é maior do que a taxa total das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e também maior que a taxa de atendimento geral do Projeto Fundescola II, *vide* Tabela 12.

Nessa parte do trabalho pretende-se mostrar como os recursos destinados para as ações do Fundescola I e II, ao serem conveniadas com empresas privadas, levam à predominância de uma empresa ou de um grupo restrito de empresas como vencedoras da licitação em que a ação foi conveniada.

E não somente esse dado pode ser visualizado nas ações que foram executadas em Mato Grosso do Sul, mas se poderá constatar, por meio de cálculos baseados em dados do IBGE, como os recursos da ação são responsáveis pela geração de empregos no Estado de MS, quando as ações são executadas no Estado, e como são gerados empregos em outros estados, quando a empresa que fornece os materiais requisitados pela ação não está localizada em MS.

2.4.1 Sobre a participação percentual das ações do Fundescola I e II em MS

A porcentagem de cada ação no valor total do Fundescola I em Mato Grosso do Sul no período de 1998 até 2000 pode ser verificada na Figura 7, sendo possível notar que as ações do Pape e Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada somam 79,59% dos recursos. A terceira ação nesse *ranking* é o PME, uma ação também voltada para a aquisição de bens e serviços, como as duas primeiras ações. A última ação do *ranking*, Apoio a Programas do

MEC, como a que menos recursos recebeu, e, por conseguinte, é uma ação voltada para capacitação e treinamento.⁵²

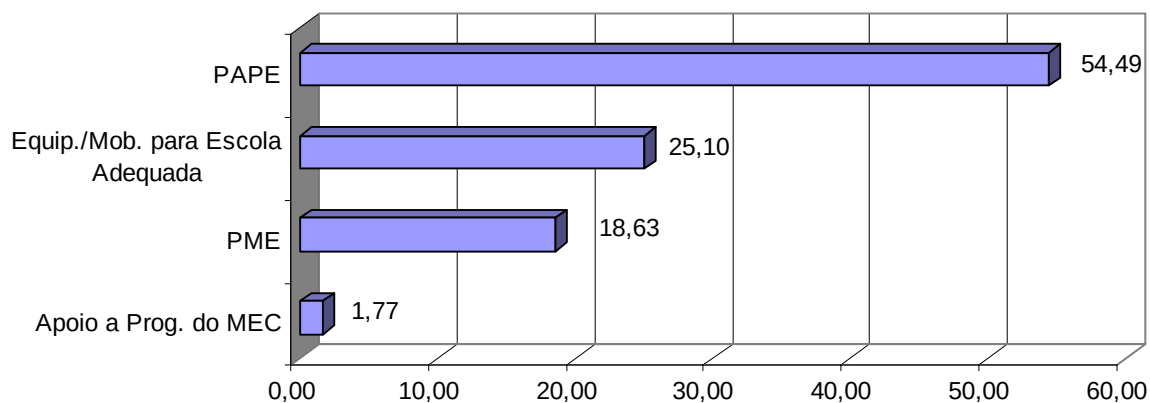


Figura 7 – MS: Participação percentual nos recursos para o Fundescola I, entre suas ações, de 1998 a 2000

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005.

Na Figura 8 pode-se observar que existem nove ações das quais as cinco primeiras (de cima para baixo) têm como meta a aquisição de bens e serviços e as outras quatro tem como objetivo o treinamento e capacitação. As cinco primeiras somam 92,32% dos recursos do Fundescola II e as outras quatro, 7,68% dos recursos.

⁵² Será possível apreender que existe uma correspondência entre o percentual de recursos destinados a cada uma das ações do Fundescola I e II com o percentual de recursos destinados a cada ação do Fundescola I e II em Mato Grosso do Sul.

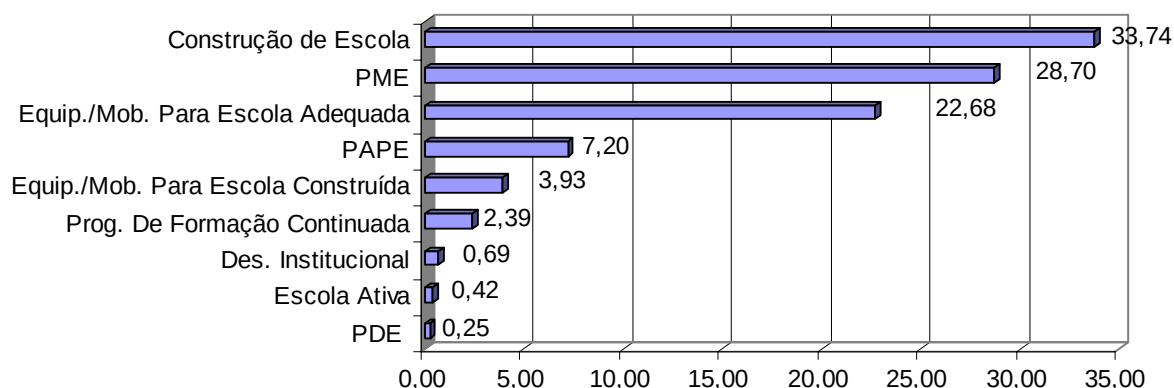


Figura 8 – MS: Participação percentual nos recursos para o Fundescola II, entre suas ações, de 1999 a 2004

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir da fonte de dados primários do Banco de Dados do Sistema DW FUNDESCOLA – PTA, 12/05/2005.

2.4.2 Programa de Adequação dos Prédios Escolares

O Programa de Adequação dos Prédios Escolares, como já foi descrito anteriormente, tem como objetivo a reforma de salas de aula, contando que durante o Fundescola I, sua atuação esteve restrita aos municípios que compõem a microrregião de Campo Grande, sendo tal região denominada pelo Fundescola I como Zona de Atendimento Prioritário I.

Como pode ser observado na Tabela 28, o gasto total da ação Pape em 1998 esteve concentrado em um número reduzido de empresas, mas não só isso. Uma questão pertinente a esse trabalho está pautada em quanto os recursos dessa ação representam em termos de geração de emprego. Para isso, recorreremos a dados do IBGE sobre a indústria da construção em MS, a fim de estimar o número de empregos gerados.

Tabela 28 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola I, Projeto de Adequação dos Prédios Escola (Pape) em 1998 em escolas municipais e estaduais

Empresa	Valor Recebido R\$	Porcentagem %
Sevice Prest Com. Rep. Serviço	465.958,22	42,57
Castro & Castro Ltda.	67.737,84	6,19
VH Com. E Serviços	60.000,00	5,48
Baldrame Eng. e Comércio Ltda.	52.500,00	4,80
Empreiteira Ramos Ltda.	45.087,99	4,12
IPER	39.857,29	3,64
J.K. Mori - Arq. Urb. Constr.	35.052,67	3,20
Luiz Guardiano	35.000,00	3,20
Ilton Pinturas	32.598,32	2,98
Ampla Eng. Ltda.	32.508,14	2,97
HLF	30.000,00	2,74
Valleman Emp. de Obras	30.000,00	2,74
Pintformas – José P. da Silva	25.081,08	2,29
Macro Constr. e Comércio	22.859,18	2,09
Salomão & Cândi Ltda.	19.995,31	1,83
Cheris Manutenção Ltda.	17.643,77	1,61
Shiffer Constr. Ltda.	17.523,28	1,60
Empreiteira Alves Carlos	15.000,00	1,37
Tigrão	13.772,62	1,26
Empreiteira Barbosa	10.000,00	0,91
Radamés Lopes Braga	8.440,00	0,77
Epec – Eng. Projetos	5.146,77	0,47
Multicon	3.792,88	0,35
Eng. 3 constr.	2.500,00	0,23
Wala Eng.	2.141,60	0,20
Madereira Santa Izabel	1.817,00	0,17
Eliezer Bueno	711,05	0,06
Alfredo Azevedo	700,00	0,06
Oscar Barros Dutra	638,00	0,06
Alvorada Materiais de Constr.	619,10	0,06
Total	1.094.682,11	100,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir de informações disponíveis no site: www.fnade.gov.br
Acesso em 13/11/2005.

Em Mato Grosso do Sul, no ano de 1998, o valor total de todas as construções executadas, segundo dados do IBGE, foi de R\$ 462.582.000,00 e o número de pessoas empregadas de 4.935. Isso representa que para se empregar um trabalhador durante um mês, deve ser gasto, na indústria da construção, um valor equivalente a R\$ 7.811,25. A verificação do tempo de reforma de uma escola é, em média, de dois meses, em geral nos meses de dezembro e janeiro, que são os meses de férias escolares. Pode ocorrer também que o prazo de reforma ultrapasse dois meses, e que não se realize no período de férias escolares.

No entanto, tomando-se como parâmetros os dados de que as reformas ocorrem em média em dois meses, temos que o valor de R\$ 1.094.682,11, *vide* Tabela 28, referente à ação

de Projeto de Adequação dos Prédios Escolares que, em 1998, foi responsável pela geração de setenta empregos na indústria da construção, durante dois meses, conforme pode ser observado na Tabela 29.

Tabela 29 – MS: Metodologia para Estimar o Número de Empregos Gerados na Ação Pape em MS

Indústria da Construção em Mato Grosso do Sul				
Ano	Valor das Construções Executadas	Número de Pessoas Empregadas em 31/12	Valor Médio por Empregado (Ano)	Valor Médio por Empregado (Mês)
1998	462.582.000,00	4.935	93.734,95	7.811,25
1999	387.066.000,00	4.953	78.147,79	6.512,32
2000	328.525.000,00	6.569	50.011,42	4.167,62
<i>(continuação)</i>				
Ação Pape em Mato Grosso do Sul				
Ano	Valor da Ação Pape	Valor Médio por Empregado em 2 meses	Estimativa do Número de Trabalhadores Empregados na Ação	
1998	1.094.682,11	15.622	70	
1999	893.915,50	13.025	68	
2000	3.577.964,09	8.335	429	

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir de informações disponíveis em IBGE. Pesquisa da Indústria da Construção. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 16/01/2005.

Para encontrar a Estimativa do Número de Trabalhadores Empregados na Ação Pape procedemos da seguinte maneira: 1º) Encontramos o valor das construções executadas e o número de pessoas empregadas, *vide* tabela 29; 2º) Dividimos o valor das construções executadas pelo número de pessoas empregadas, e assim obtemos o valor médio por empregado durante um ano; 3º) Dividimos o valor médio por empregado durante um ano por doze, que representa o número de meses do ano, e dessa maneira temos o valor necessário para manter um empregado durante um mês; 4º) Encontramos o valor da ação Pape; 5º) Multiplica-se o número o valor médio por empregado durante um mês por dois, que representa os meses de dezembro e janeiro onde ocorre a reforma de salas de aula, e assim obtemos o valor médio por empregado por dois meses; 6º) Dividimos o valor da ação Pape pelo valor médio por empregado em dois meses e assim obtemos a Estimativa do Número de Trabalhadores Empregados na Ação Pape, *vide* Tabela 29, sendo que esse procedimento será utilizado para o cálculo de todos os anos em que o ocorre a ação Pape, como também a ação Construção de Escolas; Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada e Equipamento e Mobiliário para Escola Construída.

Tabela 30 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola, Projeto de Adequação dos Prédios Escola (Pape) em 1999 em escolas municipais e estaduais

Empresas	Valor Recebido R\$	Porcentagem %
Service Prest Ltda.	70.150,28	7,848
M A Projetos e Construções	63.441,87	7,097
Gomes e Azevedo Ltda.	45.312,89	5,069
Maciel Constr. e Serv. Ltda.	44.999,00	5,034
Ipê Inst. E Serv. Ltda.	42.931,07	4,803
Pré-servs Peg Predial	40.955,94	4,582
Taurus Eng. Arquit. Ltda.	40.259,54	4,504
Global Comercial Ltda.	39.361,21	4,403
HFL do Brasil	36.827,42	4,120
Platten Eng. Ltda.	35.249,53	3,943
Sade Sul Com. Repres. Ltda.	33.187,62	3,713
JW Serv. E Constr. Ltda.	30.071,03	3,364
Jorge dos Prazeres	29.999,33	3,356
Alvorada Eng. Ltda.	27.861,94	3,117
Maksoud Rahe Eng. Ltda.	27.649,83	3,093
UNEP – Eng. E Planej. Ltda.	27.544,71	3,081
Nivaldo Gomes Arruda	25.545,67	2,858
A & B Planejamento	22.663,58	2,535
Multicon Engenharia Ltda.	22.572,79	2,525
Atenge Eng.	19.890,32	2,225
Proenco	18.004,28	2,014
Shifer Constr. Ltda.	17.496,95	1,957
Wala Engenharia Ltda.	15.054,27	1,684
Luiz Mamede	13.657,66	1,528
Teknica	12.691,30	1,420
Projentec	9.960,00	1,114
Nilson Horn	8.550,00	0,956
Santana Tintas	8.341,16	0,933
Macro Constr. Ltda.	7.549,03	0,844
Eldorado Mat. Constr.	7.309,98	0,818
Marcos Paiva	6.143,58	0,687
Bigolin Mat. De Constr.	5.657,33	0,633
Arco Arquit. e Eng.	5.017,01	0,561
Rodrghero & Filhos Ltda.	4.513,09	0,505
José Alves	4.306,30	0,482
Tigrão Mat. de Construção	2.571,42	0,288
Ramona Malheiros	2.145,00	0,240
Arlindo Sanches	2.000,00	0,224
Serralheria Estilo	1.950,00	0,218
Ativa Mat. de Constr.	1.770,00	0,198
Edinaldo Moreira	1.700,00	0,190
Mult Inox	1.500,00	0,168
Serraheria Jacques	1.107,00	0,124
Kastelão Materiais de Construção	1.036,13	0,116
Airton Saraiva	900,00	0,101
Império dos Pisos	877,50	0,098

Empresa	Valor Recebido R\$	Porcentagem %
Di César	832,35	0,093
RMN Prest. de Serviços	620,23	0,069
Marcenaria 2 estrelas	617,00	0,069
Nutrilândia	442,86	0,050
Valtrudes Rodrigues Nogueira	427,00	0,048
Deilson Araújo	372,40	0,042
Esquadro Decorações	298,00	0,033
Arruda & Pereira Ltda.	295,00	0,033
Jair Amaral	283,00	0,032
Édio César	245,00	0,027
Depósito Bom Jardim	207,04	0,023
João Jacques	186,00	0,021
Morada Mat. De Construção	124,80	0,014
Hidracenter	112,53	0,013
Airton Corrêa	100,00	0,011
José Santos	89,60	0,010
Henrique Silva	87,50	0,010
Real Tintas	85,00	0,010
Lúcia Biázus	75,68	0,008
Maranata Caça e Pesca e Variedades	39,07	0,004
Juarez Vieira	32,88	0,004
Eduardo Souza	30,00	0,003
Vidraçaria Estilo	28,00	0,003
Total	893.915,50	100,000

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir de informações disponíveis no site: www.fnnde.gov.br
Acesso em 13/11/2005.

Em 1999, o valor total das Construções Executadas em Mato Grosso do Sul foi de R\$ 387.066.000,00, e o número de pessoas empregadas de 4.953. Esses dados mostram que para se manter o emprego de um trabalhador durante um mês, é necessária a injeção de R\$ 6.512,32. Tomando-se como média a duração de dois meses para a reforma de salas de aula é possível afirmar que a ação Pape, em 1999, foi responsável pela manutenção de 68 empregos na indústria da construção durante dois meses, pois o gasto total da ação foi de R\$ 893.915,50, *vide* Tabela 30.

O cálculo que realizamos acima serve de parâmetro para se estimar o quanto de recursos tem de ser injetado na indústria da construção para a geração de um emprego. Um estudo realizado pelo BNDES tem permitido, por meio da informação apresentada, que se obtenham padrões aproximados sobre a geração de empregos na indústria de construção, conforme o que se segue:

Em recente estudo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a construção civil aparece em nono lugar no ranking dos dez primeiros setores de emprego direto, de um total de 47 atividades. Para cada R\$ 10 milhões de

acréscimos na produção, 176 novos postos de trabalho são criados diretamente pelo setor. E como as atividades possuem uma cadeia de fornecedores, os efeitos se multiplicam pelos demais setores, de modo que o efeito total sobre a economia inclui também os empregos indiretos (sobre a cadeia produtiva) e os decorrentes do efeito-renda (ou seja, do consumo resultante dos novos salários pagos). Assim, para o investimento adicional de R\$ 10 milhões na construção civil, 530 novos empregos seriam criados no efeito total, colocando o setor na 17ª posição no ranking de geração de emprego, na frente da siderurgia, comunicações, instituições financeiras, dentre muitas outras atividades (TEIXEIRA, 2004, sem página).

Os dados do trecho acima referem-se ao ano de 2002, quanto o valor de R\$ 10.000.000,00 dividido pelo número de 176 empregados, disponibilizará a seguinte cifra de R\$ 56.818,18. Dividindo-se o valor de R\$ 56.818,18 pelo número de meses do ano (12 meses) tem-se o valor mensal de manutenção de um emprego, no setor da construção civil, R\$ 4.734,85. Repare que esse valor é muito próximo do que calculamos, com dados do IBGE, para o ano de 2002, que foi de R\$ 4.622,68, lembrando que os dados do estudo do BNDES referem-se ao Brasil, enquanto que o resultado obtido nos parágrafos anteriores refere-se a Mato Grosso do Sul.

Tabela 31 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola, Projeto de Adequação dos Prédios Escola (Pape) em 2000 em escolas municipais e estaduais

Empresas	Valor Recebido R\$	Porcentagem %
UNEP - Eng. E Planej. Ltda.	493.913,37	13,8043
J&J Comercial Ltda.	381.404,15	10,6598
FG Construtora Ltda.	356.604,08	9,9667
Gomes & Azevedo	288.132,09	8,0530
MA Projetos e Constr. Ltda.	264.713,51	7,3984
Sade Sul Ltda.	194.426,67	5,4340
Caroba Eng.	142.761,81	3,9900
HLF do Brasil Ltda.	118.111,25	3,3011
Engemax Projetos e Construções Ltda.	117.402,03	3,2813
Andaime Arq. E Eng. Ltda.	99.491,61	2,7807
Luzinete A Silva Feitosa-ME	93.385,28	2,6100
Prolage Eng.	82.911,01	2,3173
VC Construtora Ltda.	81.802,65	2,2863
Triângulo Eng. E Aval Ltda.	77.511,37	2,1664
Constr. C2 Ltda.	75.855,39	2,1201
Benites e Alencastro	66.723,43	1,8648
Alvorada Eng. Ltda.	53.375,36	1,4918
Colonial Decorações	52.658,38	1,4717
Silva & Duarte Ltda.	47.997,63	1,3415
João Batista da Rocha	39.025,86	1,0907
Facial Fabr. E Com. Decor. Ltda.	36.774,11	1,0278
Carlos Roseira Neto	36.076,45	1,0083
Engetur Eng. E Turismo Ltda.	34.238,25	0,9569
Olifer – Mat. De Construção	33.192,10	0,9277

Empresa	Valor Recebido R\$	Porcentagem %
Constr. Ouro Verde	27.121,84	0,7580
Tavares & Gomes Construtora Ltda.	24.498,63	0,6847
Constr. Marques e Matos Ltda.	23.928,08	0,6688
L.J. Construções Ltda.	23.466,04	0,6558
Comercial Renan Ltda.	22.748,00	0,6358
J A Engenharia Ltda.	22.392,93	0,6259
Engelcy Engenharia Ltda.	19.475,78	0,5443
Osvaldo Rodrigues Lima	19.000,00	0,5310
Herrera & Lopes	14.924,60	0,4171
Spagnol Constr. E Com.	14.581,26	0,4075
Construtora Amaral	15.923,91	0,4451
Cortez & Cia Ltda.	7.127,27	0,1992
R.V. Ramires Ltda.	6.685,20	0,1868
Cortez Acabamentos	6.154,90	0,1720
Mário Martins	4.753,69	0,1329
Honório Lino Dias	4.507,05	0,1260
Aquarela Com. Tintas	4.463,70	0,1248
Macopel	4.383,79	0,1225
Osvaldo Pereira	4.210,20	0,1177
Compensados Dourados	3.939,00	0,1101
Donizete Azala	2.722,00	0,0761
Lutti Projetos e Obras Ltda.	2.710,00	0,0757
Adrelino J. Silva	2.642,01	0,0738
Irenide Pereira de Souza	2.448,82	0,0684
Serralheria Moderna	2.400,00	0,0671
Antônio das Chagas	2.226,89	0,0622
JK Extr. Com. Arena	1.974,55	0,0552
Silva & Silva Ltda.	1.788,68	0,0500
Hugo Leonardo	1.559,34	0,0436
Gesso Nelvo	1.492,75	0,0417
Luiz André Junqueira	1.450,00	0,0405
José M. Da Silva	1.300,00	0,0363
Jorge Souza	1.200,00	0,0335
Gumercindo Gonçalves G.	999,31	0,0279
Tigre - Materiais de Construção	999,26	0,0279
Elétrica JD Ltda.	850,00	0,0238
Sinval Costa	850,00	0,0238
Antônio Raimundo	845,00	0,0236
Vidraçaria Vida	750,00	0,0210
Célio J. Silva	639,78	0,0179
Compec Com. de Peças Ltda.	601,60	0,0168
São Luiz – Mat. Constr.	599,11	0,0167
Constr. Mat. Constr.	495,00	0,0138
Orias Duarte	488,00	0,0136
Eletro Lima	463,24	0,0129
Airton L. Da Silva	252,00	0,0070
Natalino Luiz Gritti	200,00	0,0056
Mamoaria Campos Ltda.	173,71	0,0049

Empresa	Valor Recebido R\$	Porcentagem %
Anderson Soares	53,00	0,0015
V.R. Baches e Cia Ltda.	16,33	0,0005
Total	3.577.964,09	100,0000

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir de informações disponíveis no site: www.fnnde.gov.br
Acesso em 13/11/2005.

No ano de 2000, conforme se pode observar por meio da Tabela 31 que nos anos precedentes, permanece a concentração dos recursos da ação em um reduzido conjunto de empresas. Nesse ano, o valor total das construções executadas em MS foi de R\$ 328.525.000,00 e o número de pessoas empregadas de 6.569. Isso representa que para se manter um emprego durante um mês era necessário o gasto de R\$ 4.167,62. Contando que o gasto da ação Pape, em 2000, foi de R\$ 3.577.964,09, tem-se que tal recurso permitira a manutenção de emprego para 429 trabalhadores durante dois meses.

Tabela 32 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola, Projeto de Adequação dos Prédios Escola (Pape) em 2002 em escolas municipais e estaduais

Empresas	Valor Recebido R\$	Porcentagem %
MA Projetos	89.119,68	45,35
HS Eng. Ltda.	60.826,95	30,95
Engenhasul Proj. e Construção	46.575,27	23,70
Total	196.521,90	100,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir de informações disponíveis no site: www.fnnde.gov.br
Acesso em 13/11/2005.

No ano de 2002 o valor das construções executadas em MS foi de R\$ 1.086.257.000,00 com um número total de 19.582 trabalhadores empregados. Assim, para esse ano, o valor necessário para a manutenção de um emprego durante um mês é de R\$ 4.622,68. Assim, com valor recebido de R\$ 196.521,90, *vide* Tabela 32, pela ação Pape em 2002 houve a possibilidade de empregar 21 trabalhadores na indústria da construção.

Segundo proprietários e engenheiros de empresas⁵³ que participaram da ação Pape, os trabalhadores necessários para reforma de uma escola são: pintor, ajudante de pintor, servente, pedreiro, eletricista, ajudante de eletricista e encanador, em média de oito a doze trabalhadores, os quais não trabalham de forma simultânea, sendo contratados conforme o desenvolvimento dos serviços. Outra informação também apresentada pelas empresas é a de que o número de contratados varia conforme a demanda de serviços para a reforma de escolas. Assim, se a empresa for contratada para realizar reformas em salas de aula em Aral

⁵³ As empresas são : “J.J. Comercial Ltda” e “UNEP – Engenharia Ltda”, as quais forneceram informações de forma verbal.

Moreira ou Ponta Porã, por exemplo, a demanda por serviços possibilitará a contratação de trabalhadores da referida cidade onde ocorrerá a demanda pelo serviço.

A observação das empresas que participaram do Pape é a de que o número de oito até doze trabalhadores para reforma de salas de aula em uma escola, justifica-se porque a demanda de serviços de uma sala de aula para outra varia de escola para escola; e de sala para sala de aula, dentro da mesma escola. Por exemplo, em uma escola pode existir a necessidade de uma sala só demandar o serviço de pintura ou assentamento de piso, enquanto que outra sala tenha que ser totalmente reformada, ou praticamente reconstruída.

Se forem confrontados os dados a respeito do número de pessoas empregadas, com base nos cálculos que efetuamos com dados do IBGE para a indústria da construção em geral, com as informações obtidas com às empresas que participaram da ação Pape, tem-se a Tabela 33:

Tabela 33 – MS: Geração de empregos, realizadas pela ação Pape segundo informações das construtoras que participaram da ação e de informações do IBGE

Ano	Recursos do Pape	Número de Escolas	Empregos Gerados segundo:	
			Construtoras*	IBGE
1998	1.094.682,11	42	336	68
1999	893.915,50	36	288	68
2000	3.577.964,09	90	720	429
2002	196.521,90	3	24	21
Total	5.763.083,60	171	1.368	586

Fonte: Dados calculados e tabulados pelo autor a partir das informações disponíveis no site: <http://sistemas.fundescola.mec.gov.br/consultasupervisao/Principal/Frame.asp> Acesso em 03/02/2005.

* Para obter-se o número de pessoas empregadas multiplicas-se o número de 8 empregados, que correspondem ao mínimo de pessoas empregadas para reforma de escolas, pelo número de escolas.

Os dados da tabela acima permitem afirmar que a geração de empregos por meio do Pape é maior do que a geração de empregos da indústria da construção.

Percebe-se, então, duas características da ação Pape, a de concentrar seus recursos em um número reduzido de empresas, e de possibilitar emprego para os trabalhadores no setor da construção. Faz-se necessária outra informação para somar aos dados já expostos. As Figuras, 9, 10 e 11 mostram a participação do gasto em reforma de sala de aula realizada por meio do Pape, em relação ao que foi gasto no mesmo período pela Secretaria de Estado de Educação na rede física das escolas estaduais de MS.

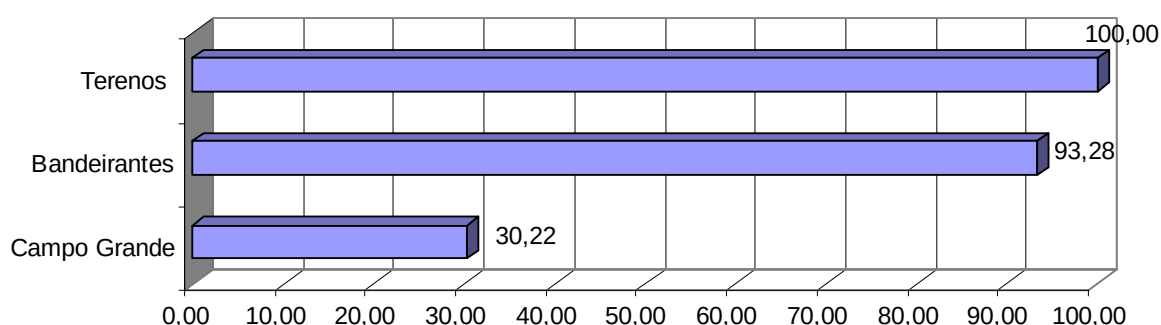


Figura 9 – MS: Participação porcentual dos recursos do Programa de Adequação dos Prédios Escolares – Pape/Fundescola (recursos originários do empréstimo com o Bird) para o ano de 1999 em relação ao que foi despendido por meio do Estado de Mato Grosso do Sul em Reforma e Adequação dos Prédios Escolares para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul em 1999, em cada município selecionado

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor a partir das informações disponíveis no Relatório da “Rede Física” da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul intitulado “Investimento por Município_99_05_SED_MS_12_07_2005.xls”.

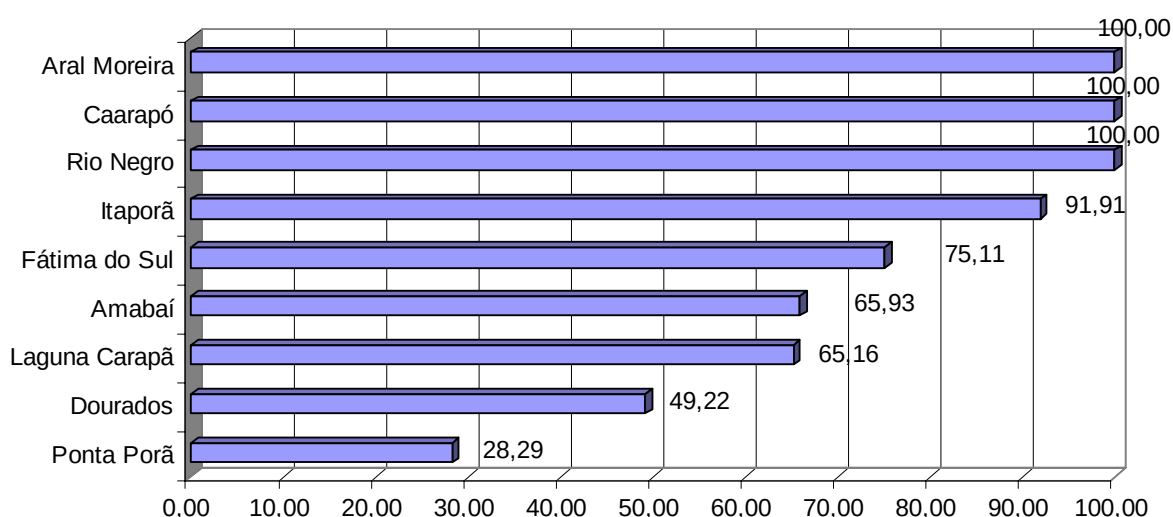


Figura 10 – MS: Participação porcentual dos recursos do Programa de Adequação dos Prédios Escolares – Pape/Fundescola (recursos originários do empréstimo com o Bird) para o ano de 2000 em relação ao que foi despendido por meio do Estado de Mato Grosso do Sul em Reforma e Adequação dos Prédios Escolares para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul em 2000, em cada município selecionado

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor a partir das informações disponíveis no Relatório da “Rede Física” da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul intitulado “Investimento por Município_99_05_SED_MS_12_07_2005.xls”.

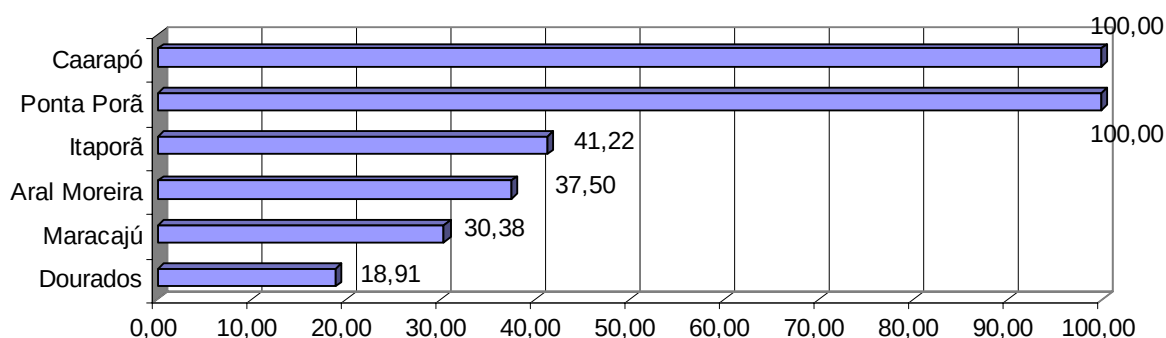


Figura 11 – MS: Participação percentual dos recursos do Programa de Adequação dos Prédios Escolares – Pape/Fundescola (recursos originários do empréstimo com o Bird) para o ano de 2001 em relação ao que foi despendido por meio do Estado de Mato Grosso do Sul em Reforma e Adequação dos Prédios Escolares para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul em 2001

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor a partir das informações disponíveis no Relatório da “Rede Física” da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul intitulado “Investimento por Município_99_05_SED_MS_12_07_2005.xls”.

2.4.3 Construção de Escolas

Na Tabela 34 pode-se visualizar as empresas que participaram da ação Construção de Escolas. Como ocorre na ação Pape, essa ação também apresenta uma parte considerável de seus recursos destinadas a uma empresa. Nela os recursos, como pôde ser analisado, ou eram dirigidos em sua maioria para uma empresa, ou para um grupo reduzido de empresa.

No ano de 2001, o valor das Construções Executadas em MS foi de R\$ 474.106.000,00, com o emprego de 7.677 trabalhadores. Isso equivale a necessidade de injeção de recursos na indústria de construção de R\$ 5.146,39, para a manutenção de um emprego, durante um mês. O tempo médio de construção das escolas abaixo é de seis meses. Assim, temos que, se a manutenção de um emprego necessita de R\$ 5.146,39 por mês, para manter esse emprego durante seis meses, seriam necessários R\$ 30.878,34. Portanto, dividindo-se o total obtido da ação de R\$ 4.412.573,56 por R\$ 30.878,34, tem-se que a ação permitiu o emprego de 142 trabalhadores para a construção de oito escolas.

Tabela 34 – MS: Empresas que participaram da ação do Fundescola, Construção de Escolas, em 2001

Empresa	Valor R\$	Porcentagem %
AS Saad Planejamento e Construções Ltda.	2.078.352,51	47,10
Cross Constr. Planejamento e Consultoria Ltda.	499.995,00	11,33
Milenium Sistemas Construtivos Ltda.	446.666,61	10,12
Delta - Desenvolvimento de Engenharia Ltda.	445.476,93	10,10
Construsul Proj. e Eng. Ltda - Elizabeth da Costa Weber	430.102,60	9,75
UNEP – União Engenharia e Planejamento Ltda.	285.098,99	6,46
Ecol Engenharia e Comércio Ltda.	226.880,92	5,14
Total	4.412.573,56	100,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir de informações disponíveis no site: www.fnnde.gov.br
Acesso em 13/11/2005.

Com relação ao cálculo que envolve as informações obtidas das empresas, retirando a escola que foi construída pela AS Saad Planejamento e Construções Ltda., a qual envolveu quase a metade dos recursos da ação, e se trabalharmos com a outra metade dos recursos, que foram responsáveis pela construção de sete escolas, tem-se, de acordo com a Tabela 35, que o número de trabalhadores empregados na construção dessas escolas foi de duzentos trabalhadores.

Tabela 35 – MS: Municípios e Endereço das Escolas construídas com recursos da ação Construção de Escolas em Mato Grosso do Sul em 2001

Município	Endereço da Escola	Total R\$	Empregos Gerados segundo*	
			IBGE	Construtoras
Maracajú	Assentamento Sta Guilhermina	452.766,73	15	36
Terenos	Assentamento Nova Querência	445.554,86	14	36
Sidrolândia	Assentamento São Pedro	440.865,17	14	36
Coronel Sapucaia	Área Indígena Taquapery	272.653,25	9	23
Aquidauana	Aldeia Indígena Lagoinha	268.153,72	9	23
Campo Grande	Assentamento Nova Conquista	230.335,82	7	23
Caarapó	Área Indígena Caarapó Mbokajá	214.837,32	7	23
7 municípios	7 escolas	2.325.166,87	75	200

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir de informações disponíveis no site: www.fnnde.gov.br
Acesso em 13/11/2005.

*Os dados são valores estimados a partir de informações cedidas de forma verbal por duas empresas que foram responsáveis pela construção das escolas. (Delta - Desenvolvimento de Engenharia Ltda e UNEP - União Engenharia e Planejamento Ltda)

No ano de 2001 foram distribuídos recursos do Fundescola em sete municípios para a construção de oito escolas em Mato Grosso do Sul. Dessas escolas, temos quatro escolas municipais e as outras quatro escolas estaduais. As cidades em que foram construídas escolas estaduais podem ser visualizadas na Figura 12, na qual pode-se ver a participação dos recursos despendidos por meio da construção de escolas em relação ao que foi despendido

pela Secretaria de Estado de Educação de MS, na reforma de escolas de 1999 a 2004.

Tomou-se os recursos da reforma de escolas, efetivados pela Secretaria de Estado de Educação de MS, como comparativo para os recursos despendidos pelo Fundescola em MS para a construção de escolas, uma vez que, para a Secretaria de Estado de Educação, ambos os gastos são computados como gastos em rede física, e em vista de que, nos municípios em que foram utilizados recursos do Fundescola, houve somente a reformas de escolas.

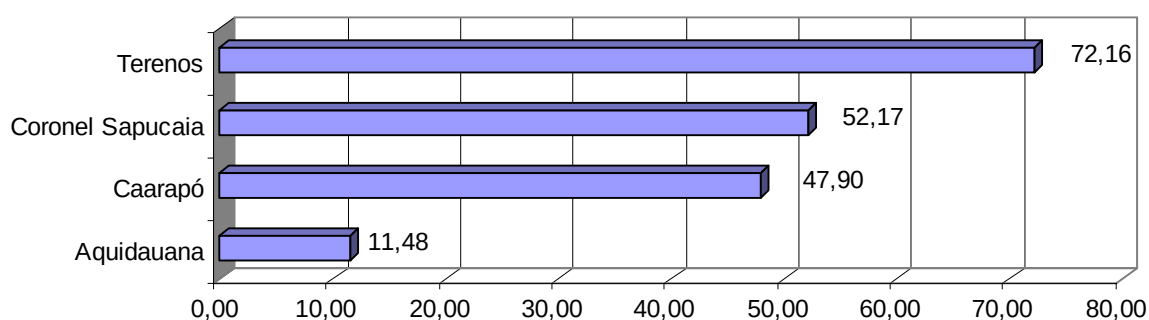


Figura 12 – MS: Participação percentual dos recursos da ação Construção de Escolas/Fundescola (recursos originários do empréstimo com o Bird) em relação ao que foi despendido por meio do Estado de Mato Grosso do Sul em Reforma e Adequação dos Prédios Escolares para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul de 1999 a 2004, em cada município selecionado

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor a partir das informações disponíveis no Relatório da “Rede Física” da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul intitulado “Investimento por Município_99_05_SED_MS_12_07_2005.xls”.

No município de Aquidauana foram despendidos em reforma de escolas, R\$ 2.384.749,70, de 1999 a 2004; desses, temos R\$ 273.819,50 provenientes de recursos do Fundescola, para construção de escola, o que representa 11,48% do recurso total despendido por MS.

No município de Caarapó foram despendidos R\$ 455.013,80 por meio da SEED – MS para a rede física das escolas estaduais no período de 1999 a 2004; sendo R\$ 217.943,09 originários do Fundescola, que representam 47,90% dos recursos alocados para a rede física das escolas estaduais.

Em Coronel Sapucaia foram despendidos, na rede física das escolas estaduais, um total de R\$ 532.419,95 no período de 1999 a 2004, constituindo parte desse montante o valor de R\$ 277.738,88 provenientes da ação do Fundescola para a construção de escolas; representando os recursos do Fundescola 52,17% do total que foi alocado para a rede física das escolas estaduais.

No município de Terenos, a rede física das escolas estaduais recebeu da SEED – MS, um total de R\$ 621.573,12; desse tem-se R\$ 448.539,59 provenientes do Fundescola para a construção de escolas.

Assim, os dados dessa seção permitiram verificar que a ação Construção de Escolas, da mesma forma como o Pape, foi responsável pela concentração de recursos da ação em uma empresa, e do emprego de força de trabalho em nível superior, ao da aplicação do mesmo montante de recursos na indústria da construção.

2.4.4 Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada

No ano de 1999, conforme a Tabela 36, pode-se perceber que a ação Equipamento e Mobiliário para a Escola Adequada em MS foi responsável pela aquisição de: Conjunto Escolar para Aluno, Armário de Aço, Ventilador de Teto e Conjunto Escolar para Professor. É mister ressaltar que, da mesma forma como nas ações precedentes, existe uma concentração de recursos da ação em determinada empresa.

Enquanto que na ação Pape e Construção de Escolas algumas empresas somavam aproximadamente cinquenta por cento dos recursos, como pode ser visto, nessa ação, uma só empresa ultrapassa os $\frac{3}{4}$ de recursos disponíveis, sendo essa a empresa responsável pelo fornecimento do Conjunto Escolar para Aluno, conforme pode ser analisado segundo as Tabelas 36 e 37.

Tabela 36 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola, Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, em 1999 em escolas municipais e estaduais

Empresa	Mercadoria	Quantidade	Valor R\$	Porcentagem %
Ind. Móveis Cequipel Paraná	Kit Aluno	13.040	670.526,00	77,38
Scheffer S/A	Armário de Aço	326	105.624,00	12,19
Movap Ltda.	Ventilador de Teto	1.304	51.638,40	5,96
	Kit Professor	326	38.728,80	4,47
Total			866.517,20	100,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir de informações disponíveis no Convênio nº 95.412/99 SEED/MS – Fundescola.

A empresa Indústria de Móveis Cequipel do Paraná que forneceu o item Conjunto Escolar para Aluno, para realização da ação Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada em MS, está localizada no Estado do Paraná. Para calcularmos o número de empregos gerados na produção do Conjunto Escolar de Aluno, vamos proceder seguindo o mesmo cálculo utilizado para ter um parâmetro sobre o número de trabalhadores empregados no Pape e Construção de Escolas.

Segundo a Pesquisa Industrial realizada pelo IBGE em 1999, o Valor Bruto da Produção Industrial na Fabricação de Móveis no Estado do Paraná era de R\$ 1.032.634.000,00, com o emprego de 32.402 trabalhadores. O custo mensal para manutenção de um emprego era de R\$ 2.655,79. Como o valor de móveis escolares que essa empresa forneceu foi de R\$ 670.526,00, tem-se que o número de empregados para a fabricação desses móveis durante um mês será de 252 trabalhadores.

Com relação à importância da produção de móveis escolares a empresa se manifesta da seguinte maneira:

O Grupo Cequipel é uma multinacional genuinamente brasileira. Fundada em 1981, a empresa orgulha-se de ser reconhecida, hoje, como a **3º maior fabricante de móveis escolares do Mundo e a 1º da América Latina**, possuindo um parque produtivo acima de 40.000 m², com capacidade de produção acima de 142.000 peças/mês. Unidades fabris 01 e 02 – Florianópolis/SC. Fundada em 05 de maio de 1988, a primeira unidade fabril do Grupo Cequipel foi criada para atender a demanda de **fabricação de móveis escolares para todo o Brasil**; com cerca de 15.000 m², esta empresa possui hoje um moderno parque de máquinas, capazes de atender às mais variadas necessidades em termos de fabricação de móveis escolares. Sua capacidade gira em torno de 52.000 peças/mês de mobiliários escolares que são distribuídos para os mercados interno e externo.⁵⁴

Na Tabela 37 a empresa que forneceu o Conjunto Escolar para Aluno foi Ferrobraz Industrial Ltda, localizada em Goiás. Nesse Estado, segundo a Pesquisa Industrial realizada pelo IBGE, o Valor Bruto da Produção Industrial era de R\$ 176.916.000,00, com um número de trabalhadores empregados de 4.614.

Nesse sentido o valor monetário necessário para manter um emprego durante um mês era de R\$ 3.195,28. Contando que a produção da empresa esteja voltada durante um mês para atender a demanda de Conjunto Escolar para Aluno, o número de trabalhadores necessários para essa produção seria de 465 trabalhadores. Esse número representa 10,08% da força de trabalho empregada nesse Estado.

Tabela 37 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola, Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, em 2002, em escolas municipais e estaduais

Empresa	Mercadoria	Quantidade	Valor	Porcentagem %
Ferrobraz Industrial Ltda.	Kit Aluno	12.669	1.488.354,12	84,18
Javari Comercial Ltda.	Ventiladores	1.292	148.063,20	8,37
Inforprint Com. de Equip. de Inf. E Papel Ltda.	Kit Professor	352	118.976,00	6,73
	Ventiladores	116	12.644,00	0,72
Total			1.768.037,32	100,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir de informações disponíveis no Convênio nº 846.359/03 SEED/MS – Fundescola.

⁵⁴ Fonte: <http://www.cequipel.com.br/swf/site.htm> Acesso em 02/02/2005.

Outra informação relevante no estudo da ação Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada é a relação entre o que foi fornecido para as escolas estaduais de Conjunto Escolar para Aluno por meio da ação e o que foi fornecido pela Secretaria de Estado de Educação, conforme pode ser visto na Figura 13.

Nos anos de 1998 as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul receberam da ação Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada 12.471 Conjuntos Escolar para Aluno, para 1999 o número de Conjunto Escolar para Aluno foi de 5.140 e em 2002 foi de 4.968. Enquanto que a média adquirida entre os anos de 2004 e 2005, de Conjunto Escolar Aluno por meio da Secretaria de Estado de Educação de MS para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul foi de 10.429.

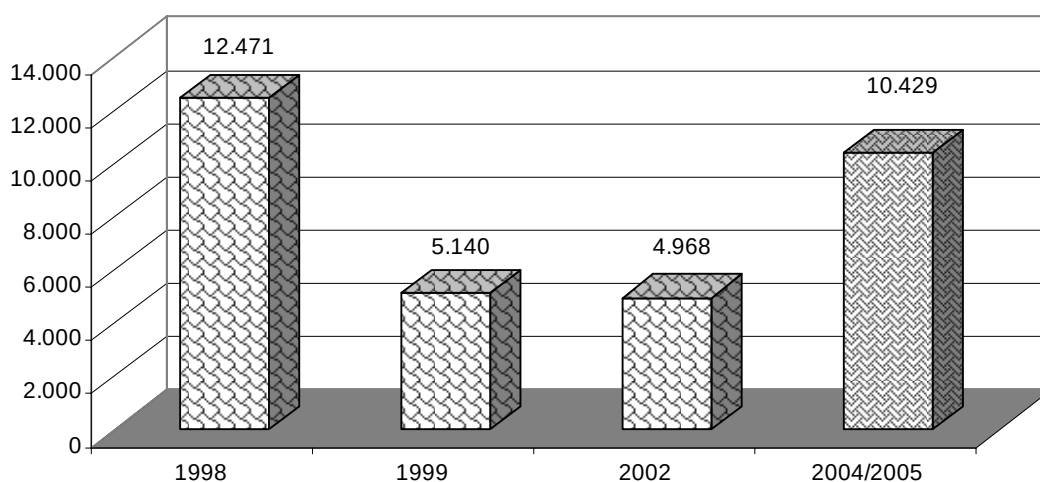


Figura 13 – MS: Número de Kits Aluno (Conjunto de Carteira e Cadeira para Aluno) adquiridos por meio da ação de Equipamento/Mobiliário para Escola Adequada/Fundescola (recursos originários do empréstimo com o Bird) para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul nos anos em que ocorre a ação 1998, 1999 e 2002. E a média de Kits Aluno adquiridos pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul nos anos de 2004 e 2005

Fonte: Para ano de 1998 www.fnde.gov.br Acesso em 13/11/2005; para 1999 e 2002 tem-se FUNDESCOLA. **Plano de Trabalho Anual**, 1999 e 2002.

2.4.5 Equipamento e Mobiliário para Escola Construída

Essa ação tem como objetivo mobiliar e equipar as escolas construídas por meio da ação Construção de Escolas. Pode-se perceber que as escolas construídas em Mato Grosso do Sul, por meio do Fundescola, foram equipadas em 75,26% por móveis e equipamentos provenientes de outros Estados. Tem-se que 45,23% dos móveis e equipamentos é proveniente do Estado de Goiás e 29,43% tem procedência do Estado do Paraná. A participação das empresas de Mato Grosso do Sul para equipar e mobiliar as escolas

construídas é de 24,73%, valor abaixo da participação dos outros dois Estados, *vide* Tabela 38.

A Ferrobraz Industrial Ltda forneceu itens no valor total de R\$ 138.594,95, os quais se enquadram no setor de fabricação de móveis, assim como a Movap Ltda. que excetuando-se sete mimeógrafos duplicador à álcool, no valor total de R\$ 2.688,00, tem a composição de seus itens formada por móveis no valor de R\$ 92.157,90.

Outra empresa que se destaca no fornecimento de móveis é a Balfar Indústria Brasileira de Móveis Ltda., localizada no Paraná e todos os seus itens são constituídos por móveis. E a outra empresa do Paraná, Preview Computer, dos R\$ 94.809,45 recebidos da ação, R\$ 79.512,25 referia-se a venda de 47 microcomputadores.

Tabela 38 – MS: Empresas que participaram da Ação do Fundescola, Equipamento e Mobiliário para Escola Construída em 2001

Estados	Empresa	Valor Recebido R\$	Porcentagem %
Goiás	Ferrobraz Industrial Ltda.	138.594,95	27,21
Goiás	Movap Ltda.	94.845,90	18,62
Paraná	Preview Computer	94.809,45	18,61
Mato Grosso do Sul	Inforprint Com. de Equip. de Informática	48.811,00	9,58
Paraná	Balfar Ind. Brasileira de Móveis Ltda.	44.326,76	8,70
Mato Grosso do Sul	Networld Teleinform	37.567,00	7,37
Mato Grosso do Sul	H2L	22.600,00	4,44
Paraná	Gazin - Ind. Com. de Eletrod. Ltda.	10.820,00	2,12
Mato Grosso do Sul	Tec Micros Informática Ltda.	9.028,00	1,77
Mato Grosso do Sul	Tec Mac	7.980,00	1,57
Total		509.383,06	100,00

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor, a partir de informações disponíveis no Convênio nº 93.927/01 SEED/MS – Fundescola.

A empresa de móveis de Goiás, Movap Ltda., participou tanto de licitações para o fornecimento de móveis escolares para a ação Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, como pode ser visto no tópico anterior; como também da licitação de móveis para ação Equipamento e Mobiliário para Escola Construída, e a empresa expressa sua posição em relação a produção de móveis escolares da seguinte forma:

Em 1984, com o acentuado crescimento populacional de Goiás, **centenas de novas escolas surgiam em todo estado, consumindo milhares de carteiras escolares.** Para atender essa demanda, a MOVAP iniciou suas atividades. As modernas técnicas de fabricação que a nova indústria incorporou, fizeram com que suas carteiras escolares se destacassem com qualidade e preços competitivos. Sempre atendendo as necessidades do mercado, rapidamente a MOVAP ampliou sua linha de produtos, mantendo a cada lançamento o padrão de qualidade que os consumidores exigem. Em pouco tempo a marca se consolidou de forma definitiva. Menos de 20 anos após entrar em operação, a MOVAP transformou-se e hoje é uma das maiores indústrias de móveis do centro-oeste brasileiro. Cediada no município de Aparecida de Goiânia, a MOVAP ocupa uma área de 25 mil m², dos quais, 15 mil construídos. Atualmente, **mais de 200 funcionários produzem em aço e madeira, móveis escolares,** de escritório, copa e cozinha, além de mobiliário postal e hospitalar. Investindo em tecnologia de ponta, a MOVAP garante produtividade e uniformidade na fabricação de seus produtos. Com o crescimento acentuado da empresa, a MOVAP ultrapassou as fronteiras de Goiás, fornecendo móveis para todo país.⁵⁵

Outra empresa, também de Goiás que participou da ação Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, estando em primeiro lugar no *ranking* de recursos recebidos dessa ação em 2002, e também ficou em primeiro lugar na ação Equipamento e Mobiliário para Escola Construída, a Ferrobraz Industrial Ltda., é uma empresa que divide a posição de líder de produção, não somente no setor escolar, mas também em outros segmentos, e também se expande para mais setores.

A FERROBRAZ é uma das empresas líderes na fabricação de Produtos Siderúrgicos, Agrícolas e **Materiais Escolares.** [...] a FERROBRAZ tem crescido e consolidado um grupo empresarial que reúne Metalurgia, Construção Civil, Indústria de Máquinas, Pecuária e implementos agrícolas. [...] a FERROBRAZ sempre garantiu sua competitividade e tornou-se uma empresa tão sólida quanto os produtos que fabrica.⁵⁶

Neste Capítulo foi possível detectar os objetivos, componentes com suas respectivas subdivisões, dos Projetos Fundescola I e II, e sua área de atuação. A análise da distribuição dos recursos do Fundescola I e II em suas ações mostrou que existe uma concentração de recursos nas ações que estão diretamente ligadas ao fornecimento de bens e serviços para as escolas, em relação aquelas ações que visam a gestão, ou organização, do funcionamento da escola. E, por conseguinte, o componente do Projeto Fundescola I que mais recebeu recurso foi Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas e o componente do Projeto Fundescola II que mais recebeu recursos foi: Elevação das Escolas aos Padrões Mínimos de Funcionamento.

Tomando o Estado de Mato Grosso do Sul como amostra para estudar a materialização de quatro ações, as quais estão inseridas no componente Padrões Mínimos de Funcionamento

⁵⁵ Fonte: <http://www.movap.com.br/historico.htm> Acesso em 02/02/2006.

⁵⁶ Fonte: <http://www.ferrobraz.com.br/empresa.htm> Acesso em 02/02/2006.

da Escola do Fundescola I e do componente Elevação da Escola aos Padrões Mínimos de Funcionamento do Fundescola II, sendo tais ações: Programa de Adequação dos Prédios Escolares (Pape); Construção de Escolas, Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada e Equipamento e Mobiliário para Escola Construída; foi possível perceber que essas ações, assim como acontece em relação ao Brasil, também em Mato Grosso do Sul, recebem a maior parte dos recursos.

Constatou-se que os recursos gastos por meio da ação Pape representaram nos anos que ocorreram, uma porcentagem significativa de recursos nos municípios de Mato Grosso do Sul, em comparação com o que foi gasto pela Secretaria de Estado de Educação de MS na rede física das escolas estaduais. Em alguns municípios o volume de recursos do Pape representou cem por cento do que foi gasto na reforma das escolas estaduais.

Para a ação Construção de Escolas, que ocorreu em 2001, o volume de recursos para a construção de escolas confrontado com o que foi despendido na rede física das escolas estaduais de MS de 1999 a 2004, representou de dez a setenta por cento do que foi gasto pela Secretaria de Estado de Educação de MS.

O Capítulo também permitiu identificar, baseando-se em dados do IBGE e de informações cedidas pelas empresas, que o número de pessoas empregadas para a Reforma de Salas de Aula e de Construção de Escolas é maior do que a média de empregos gerados na Indústria da Construção, com os mesmos recursos gastos.

Já na ação Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, o número de conjunto de mesas e cadeiras adquiridas para as escolas estaduais superou, no ano de 1998, a média do que foi adquirido nos anos de 2004/2005 pela Secretaria de Estado de Educação para todas as escolas estaduais de MS, e nos outros anos em que ocorreu a ação, o número de conjuntos mesa e cadeira para as escolas estaduais oscilou entre a metade do valor do que foi adquirido pela Secretaria de Estado de Educação de MS.

Nas licitações em que participam as empresas para o fornecimento de bens e serviços para as escolas, existe um grupo pequeno de empresas que recebe a maior parte dos recursos, por exemplo na ação Pape. Enquanto que na ação Construção de Escolas, que ocorreu no ano de 2001, metade dos recursos foram destinados somente para uma empresa. E na ação Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada constatou-se que a empresa que venceu a licitação para fornecer conjunto de mesa e cadeira para aluno e professor, tal empresa concentrou mais de $\frac{3}{4}$ dos recursos da ação.

E que a ação Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, teve como fornecedores de conjunto mesa e cadeira, empresas situadas em outros Estados, como em Paraná e Goiás, o que permitiu que a demanda de móveis escolares para as escolas de MS gerasse empregos em outros Estados; o mesmo aconteceu para a ação Equipamento e Mobiliário para Escola Construída, em que os fornecedores, em sua maior parte, estavam localizados em outros Estados. Além disso, duas das empresas apresentadas como fornecedoras de móveis e equipamento para essas duas ações exportam, não somente para MS, mas para todo o Brasil, sendo que uma é terceira no mundo e primeira na América Latina, em produção de móveis escolares, e a outra empresa surge devido ao movimento da expansão escolar.

CAPÍTULO III

O BANCO MUNDIAL E A LÓGICA DA MERCADORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

O objetivo desta seção é apresentar o Banco Mundial, segundo autores que tentam visualiza-lo como um produto da organização social dos homens, nesse caso, do sistema capitalista de produção. A título de exemplo podemos citar: Leher (1998, 2001) que enfatiza a ação do Banco Mundial na educação, como uma forma de fazer com que os países prestatários estejam subordinados aos interesses do capital internacional, sendo que o papel da educação estaria pautada em sua influência ideológica como, por exemplo, na pregação do discurso do capital humano.

Silva (2000, 2002a, 2002b, 2003) tem como eixo de seu trabalho que, apesar do Banco Mundial ser considerado como uma instituição interventora nas políticas educacionais dos países prestatários, afim de que sua intervenção se realize, é necessário o consentimento das instituições nacionais dos países tomadores de empréstimo em aceitar que a operacionalização de sua política educacional venha ser determinada pelo Banco Mundial.

Nogueira (1999) verifica como a ajuda externa para a educação brasileira desde os acordos MEC/USAID até os financiamentos do Banco Mundial irá permitir a produção de acordos de empréstimos cada vez mais custosos para os países prestatários. Segundo a autora isso é intrínseco às novas formas de concentração e centralização do capital.

Fonseca (1995, 1998, 2001), ao estudar o financiamento dos projetos co-financiados pelo Banco Mundial, mostra que tais projetos sobre educação, no Brasil, são extremamente custosos para o país tomador, sendo mais um encargo a ser acumulado na dívida externa, e indica que os projetos analisados em seu trabalho não lograram as iniciativas neles prescritas.

Também, neste Capítulo, serão apresentados dados que contrariam as teses do Banco sobre o fato de que a educação do ensino fundamental, e a educação em geral, constitui-se em fonte de geração de emprego e renda, da forma como foi preconizada pelo Banco no primeiro Capítulo.

E, por fim, será visto como os Projetos Fundescola I e II atendem as necessidades de uma sociedade produtora de mercadorias, a partir de categorias marxianas de estudos apresentados por Braverman e Mézáros que estudam o capitalismo monopolista, de acordo

com os dados levantados no Capítulo II e sua interpretação teórica a partir de autores que discutem a educação contemporânea, considerando a lógica capitalista como Alves e Arruda.

3.1 A trajetória do Banco Mundial

De acordo com Sguissarid, o Banco Mundial no desenrolar de suas atividades, desde 1944 até o ano 2000 “sempre ao lado do FMI, não se desvia dos alvos econômicos-políticos e estratégicos que marcam a **hegemonia americana** e a dos países desenvolvidos que a conceberam e a sustentam financeira e politicamente”⁵⁷ (SGUISSARDI, 2000, p. 67, grifo nosso). Já a atuação do Banco Mundial, no setor educacional, ao longo das décadas, se manifestou da seguinte maneira:

Ao longo das três últimas décadas, de fato, o BM tem modificado suas prioridades e, portanto, suas políticas de investimento neste setor. Nos anos 60, os empréstimos privilegiaram a estrutura física (construções) e a educação de segundo grau, especialmente técnica e vocacional. Em 1973, Robert Macnamara, então presidente do BM, anunciou uma virada radical na política deste organismo: o BM focalizaria sua ação nos mais pobres, atendendo as suas necessidades básicas de moradia, saúde, alimentação, água e educação. Neste último campo, tal virada traduziu-se numa priorização da escola de primeiro grau como alicerce da estratégia de “reduzir a pobreza”. A partir de 1970, deu-se um forte e sustentado aumento do investimento em educação de primeiro grau – incrementando-se ao mesmo tempo o papel do BM na assistência técnica – e uma diminuição dos empréstimos para a educação secundária. Tal ênfase sobre a escola de primeiro grau (e o conseqüente incremento dos empréstimos para esse nível) viu-se reforçado em virtude da Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia, em março de 1990, convocada conjuntamente pela UNESCO, UNICEF, PNUD e o BM, que definiu a educação básica como a prioridade para esta década e a educação de primeiro grau como o “carro chefe” no alcance da referida educação (TORRES, 1998, p. 129).

Como foi possível apreender no Capítulo I, a prioridade na educação, em especial da educação fundamental, é abordada pelo Banco Mundial como estratégia para aliviar a pobreza, sendo essa a tônica de seus projetos, de suas redes temáticas e sua missão. Assim suas estratégias e missão passam a legitimar a situação de pobreza dos países prestatários, como será abordado e entendido pelos autores que estudam o Banco Mundial.

⁵⁷ Sobre a atuação do Banco Mundial juntamente com o FMI, tem-se, na mesma tendência que: “O FMI e o Banco Mundial foram instituídos na conferência de Bretton Woods, em 1944, com funções diferentes, embora complementares. O FMI foi criado para defender o Sistema Monetário Internacional, o que, na prática, significa ajudar governos a superar problemas em suas balanças de pagamento, visando administrar as regras de Bretton Woods. Já o Banco Mundial deveria investir em programas que promovessem a reconstrução no pós-guerra. [...] O FMI e o BIRD foram inicialmente forjados como **instrumentos da dominação americana**, que se diferenciou da dominação inglesa pelo caráter multilateral que encobria sua essência, disfarçado de benfeitor mundial, ou seja, encobriram o seu caráter de propagador do interesse do capital financeiro.” (GOMES, 2003, p. 33, grifo nosso).

3.1.2 Década de sessenta e setenta: os projetos de ensino profissionalizante e secundário

De acordo com Silva nas décadas de sessenta e setenta o Banco inicia investimento na educação, devido a uma constelação de fatores:

A origem da estratégia política do Banco Mundial para a problemática educacional e o redimensionamento na formulação de critérios de políticas setoriais de financiamento pode ser localizada quando, nos anos de 1960/1970, ocorreu a acelerada expansão da educação e aumento dos índices de matrícula nos países devedores, o que era explicável em decorrência do movimento de independência política dos Estados da África, do rápido crescimento econômico, da ascensão dos governos autoritários na América Latina, da explosão demográfica e do êxodo rural para os centros urbanos, da **disseminação da idéia de melhoria do status social, vinculando-se à educação**, e da concepção de que a educação geraria empregos e desenvolvimento econômico (SILVA, 2002a, p. 63, grifo nosso).

Na década de setenta o Banco financiou projetos em ensino profissionalizante, tanto agrícola quanto industrial, como parte de sua estratégia para reduzir a pobreza advinda do desenvolvimento econômico.

Contudo, se o Banco concedeu ajudas para o ensino profissionalizante, na área vocacional agrícola e industrial de nível médio, como parte de sua prioridade, também direcionou suas preocupações políticos-econômicas para com a pobreza e seus corolários, receosos que o descontrole político dessa situação atingisse os países desenvolvidos. Estas duas preocupações compõem uma determinada noção, no **plano das idéias**, de que “quanto mais educação, maior a produtividade do indivíduo e conseqüentemente o que ele produziria”. Essa compreensão, dos trabalhadores como proprietários de sua competência e habilidades que teriam sido adquiridas através do investimento realizado em recursos humanos, pelo investimento do Estado e do setor privado, transformou a satisfação das necessidades básicas e a educação primária na chave que permitiria às camadas pobres abrir as portas da riqueza advinda do crescimento econômico (NOGUEIRA, 1999, p. 114, grifo nosso).

Para Leher, o Banco Mundial iniciou empréstimos para o setor educação, tendo como área de atuação o ensino médio profissionalizante rural, devido ao aumento nos conflitos e movimentos sociais, que se concentravam em especial, no meio rural.

A crescente preocupação educacional do Banco, sob MacNamara, está intimamente associada ao revigoramento dos movimentos de libertação e aos movimentos revolucionários que, segundo os **ideólogos** do Departamento de Estado dos EUA, estariam privilegiando a atuação no meio rural. Daí a prioridade conferida ao setor agrário e aos centros de formação profissional voltados para o setor agrário em vários países. O **objetivo era familiarizar os estudantes com os ofícios da terra e “fixá-los” no campo, evitando o êxodo rural** e, ao mesmo tempo, difundir o novo modelo de reestruturação da agricultura (LEHER, 1998, p. 203, grifo nosso).

Conforme pode-se observar na Tabela 9 (p. 39), nessa década, o Brasil recebeu recursos na forma de empréstimo, do Bird, para o financiamento de três projetos na área da educação. Dois projetos para a educação profissional (1971 e 1977) e um projeto para

educação secundária (1974). O primeiro projeto⁵⁸, segundo Fonseca, passou por algumas dificuldades:

As condições econômicas foram responsáveis pela falta de recursos para prover a contrapartida nacional do financiamento, o que provocou a diminuição do desembolso externo, o atraso na implantação do projeto e, conseqüentemente, o **aumento dos custos**. [...] Em relação às metas educacionais, a ineficiência ficou evidente: no caso do ensino agrícola, a meta de incrementar o número de vagas alcançou apenas 74% da previsão. No ensino industrial pós-secundário, a criação de novas vagas chegou a 56% da meta prevista (FONSECA, 1998, p. 237, grifo nosso).

Em relação ao segundo projeto⁵⁹, Fonseca menciona vários fatores como causa de seu fracasso, entre eles, a situação econômica do País:

[...] a exemplo do seu antecedente, sofreu conseqüências diretas da situação econômica do país, no tocante à destinação de recursos para a contrapartida nacional. Esta dificuldade deveu-se principalmente à inadimplência dos Estados, os quais se responsabilizavam por 20% dos recursos nacionais. Por esta razão o projeto sofreu atraso de quatro anos para sua conclusão [...] (*Id., Ibid.*, p. 238, grifo nosso).

Outros fatores são apontados por Fonseca como contribuintes para que o segundo projeto não atingisse suas pretensões. Dentre esses fatores citam-se as mudanças na legislação educacional do Brasil, tais alterações tornaram obsoletos os objetivos do projeto; e também cita que a rotatividade dos responsáveis pela gestão e execução do projeto acabou por prejudicar seu andamento, como também destaca outros obstáculos:

[...] o projeto não logrou alcançar as metas previstas. Embora o **número de escolas construídas (51) tivesse ultrapassado a previsão (46)**, um número de sete escolas não apresentavam condições de funcionamento, no final de oito anos de execução do projeto. Conseqüentemente, o número estimado de oferta de vagas foi reduzido de 81 mil para 68 mil. Destas, apenas 57% foram realmente ocupadas. [...] A meta de ampliar a oferta de ensino para a população mais pobre foi prejudicada pela **localização inadequada das escolas**, o que provocou significativa evasão de alunos, especialmente entre os mais necessitados (*Id., Ibid.*, p. 239, grifo nosso).

E, por último, a autora comenta: “Quanto ao componente aquisição e instalação de equipamentos nas escolas, setenta por cento da previsão foram cumpridos. No entanto, consta que **apenas 25% destes equipamentos foram efetivamente utilizados**” (*Id., Ibid., loc. cit.*, grifo nosso)

⁵⁸ Ao referir-se a “primeiro projeto” a autora está se dirigindo ao “Education Project” em suas fases I (1971) e fase II (1974).

⁵⁹ Como “segundo projeto”, a autora entende o “Vocational Training Project” (1977) que é o primeiro projeto após as duas fases do “Education Project” (1971 e 1974).

3.1.3 A década de oitenta: da educação secundária e profissionalizante para o ensino fundamental

Na década de oitenta, o Banco Mundial abandona seus empréstimos para o ensino profissionalizante técnico agrícola, devido à insatisfação dos países prestatários, de acordo com Leher, e se direciona para o ensino fundamental, devido à posição da direção neoliberal do Banco Mundial, que incentivaria a redução de todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior), nos países prestatários, ao ensino fundamental. Essa prática faria com que fossem reduzidos os gastos do Estado com a educação.

A ruralização do ensino secundário tem sido abandonada em países tão diferentes como a China e a Índia. Ademais, a estratégia era considerada falha, pois incorporava apenas parcelas muito reduzidas de crianças e de jovens em idade escolar, devido a seu alto custo, algo avaliado negativamente, pois poderia comprometer a **eficácia da ação ideológica** (LEHER, 1998, p. 207, grifo nosso).

O propósito do Banco em emprestar recursos para a área educacional, segundo Leher, está pautado na ação ideológica exercida na orientação dos projetos que financia nos países prestatários.

Atualmente mais da metade dos recursos para Educação estão alocados neste nível. Também a preocupação com a equidade foi colocada no topo da agenda pelo Banco [...] Este tema é visto aqui no contexto da **função ideológica assumida pela Educação** no escopo da “globalização”. A proximidade com os “pobres” e com as “minorias étnicas” é condição para a sua **eficácia ideológica** [...] Daí recomendações como o envolvimento da população local nos assuntos da escola, a inclusão dos pais na administração da escola e a administração “flexível” dos recursos nacionais. [...] **A enorme importância da educação na formulação do Banco é sobretudo ideológica** [...] ⁶⁰ (*Id., Ibid.*, p. 212, grifo nosso).

Para Silva, a finalidade do Banco Mundial em intervir no gasto em educação nos países prestatários, na década de oitenta, está centrado na sua intenção de manter esses países subordinados às políticas do Banco Mundial.

A partir dos anos de 1980, o Banco Mundial tem sido o principal organismo internacional de financiamento para a educação na América Latina e, em especial, no Brasil. Neste, o sistema educacional está sob a égide das políticas setoriais estabelecidas pelo BIRD, que prescrevem políticas, estratégias, programas e reformas a fim de **consolidar a hegemonia ideológica**, militar e financeira comandada pelos Estados Unidos, ainda que confinando os governos latino-americanos à submissão e dependência sempre renovadas (SILVA, 2000, p. 71, grifo nosso).

⁶⁰ Sobre a ação ideológica do Banco, Leher também salienta: “[...] o Banco Mundial afirma [...] a maior diferença entre o Leste Asiático e a África Sub-Saariana é devida a variações na taxa de matrícula do primário. Como não é propósito deste estudo aprofundar a crítica a este tipo de formulação, importa neste momento, destacar o **uso apologetico da Educação na ideologia da globalização**” (LEHER, 1998, p. 212, grifo nosso).

A posição de Silva é a de que a ação do Banco Mundial em sua relação com os governos locais, na implementação de programas de educação, tem-se materializado não somente em função dos interesses do Banco, mas também em virtude do consentimento das instituições no Brasil, responsáveis pela implementação das políticas educacionais.

A tese defendida é que a intervenção das instituições financeiras internacionais nas políticas para a educação básica pública, advinda de anos anteriores e acelerada pelas circunstâncias internacionais das últimas décadas, conta com o consentimento do governo federal, de parte dos estaduais e das elites dirigentes para a sua efetivação. Sob a aparência de políticas para a realidade nacional, **têm captado e introjetado o ideário político e filosófico externo**, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, com a anuência do governo federal, dos ministros e dos secretários dos estados [...] (SILVA, 2002a, p. 80 e p. 81, grifo nosso).

Para Nogueira a novidade, ou o diferencial, na forma de ajuda externa para educação da década de setenta para a década de oitenta está na forma como são constituídos os contratos de empréstimo, na passagem da Usaid para o Bird. Esses contratos para o setor educação no Brasil tornam-se mais próximos dos contratos realizados no mercado financeiro, como é descrito, a seguir:

Nos anos 70, dos Acordos firmados com a USAID aos empréstimos do BIRD para a educação brasileira, houve uma tendência ascendente dos chamados componentes operativos, onde **o custo, o prazo de carência e o prazo de amortização vão sofrer elevações visíveis**, apesar do caráter de “cooperação técnica”. [...] (NOGUEIRA, 1999, p. 118, grifo nosso).

Somando-se a modificação dos contratos dos projetos realizados pelo Brasil em conjunto com o Banco Mundial, tem-se que eles deveriam ser financiados com cinquenta por cento de recursos do país prestatário, nesse caso o Brasil, e os outros cinquenta por cento advém de empréstimo com o Banco Mundial, no entanto:

[...] a partir da crise da dívida externa, no começo dos anos oitenta, e com a recessão econômica produzindo um estrangulamento fiscal do Estado, as contrapartidas exigidas pelo BIRD passaram a representar um aprofundamento dessa crise, construindo uma **nova alternativa financeira para o acirramento da dependência** dos financiamentos externos (*Id.*, *Ibid.*, p. 138 e 139, grifo nosso).

De acordo com a Tabela 9 (p. 39), temos que na década de oitenta o Brasil recebeu empréstimos para o setor educação, com recursos oriundos do Bird, para quatro projetos: dois para o ensino fundamental (1980 e 1984) e dois para educação profissional (1985 e 1987). Como foi demonstrado neste tópico, o Banco, na década de oitenta, abandona os empréstimos para projetos na educação profissional.

Com relação aos projetos de ensino fundamental, da década de oitenta, Fonseca afirma que passaram pelas mesmas dificuldades que os projetos profissionais da década de setenta,

como a situação econômica do País, “recrudescimento da inflação e a oscilação do câmbio”, e fatores de ordem institucional como “incompatibilidade entre as exigências internacionais e as condições administrativas do setor educacional” (FONSECA, 1998, p. 242).

Para o primeiro projeto de ensino fundamental, o qual foi dirigido para a região Nordeste, Fonseca assim apresenta seus resultados:

[...] foi avaliado positivamente em termos do alcance de suas metas físicas (construção e reformas escolares). No entanto, **apenas 70% das construções escolares atingiram nível aceitável de qualidade**. Esta situação se repete em relação à aquisição de equipamentos para as escolas. Em termos de sua contribuição para a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem dos alunos, como também da formação dos professores, a comparação realizada entre as escolas que foram assistidas pelo projeto e aquelas que contaram com os recursos ordinários do Estado mostrou que o financiamento internacional **não logrou modificar os indicadores de eficácia educacional após a conclusão do projeto**. (*Id., Ibid.*, p. 243, grifo nosso).

Sobre o segundo projeto de ensino fundamental que operou nas Regiões Norte e Centro-Oeste, Fonseca afirma que “alguns indicadores educacionais que o projeto previa modificar, como, por exemplo, as taxas de expansão escolar, de evasão e repetência, não sofreram alterações por conta do projeto” (*Id., Ibid.*, p. 242).

Diante dos exames dos projetos de educação profissional da década de 1970 e de ensino fundamental da década de oitenta, Fonseca afirma que:

O exame dos projetos internacionais indica que os mesmos não têm garantido a eficiência e a eficácia pretendidas, sem considerar as **altas despesas** adicionais (financeiras e administrativas) que acarretam para o setor educacional e para o País (*Id., Ibid.*, p. 233, grifo nosso)

3.1.4 A década de noventa: a hora do ensino fundamental

Na década de noventa existe uma singularidade nos projetos de educação financiados pelo Bird para o Brasil. Todos os projetos referem-se ao ensino fundamental, além de outras características, como:

[...] expressam em seus objetivos algumas semelhanças, além dos componentes operativos e de carteira de empréstimos do BIRD. Todos esses projetos foram formulados e organizados com base em componentes, ou programas de ação, abrangendo as áreas de treinamento em serviço, ou reciclagens para professores e corpo administrativo da escola; construção e reforma física das escolas⁶¹;

⁶¹ Com relação aos projetos financiados tanto no Brasil, quanto em outras partes do mundo, pode-se afirmar que: “O tema da infra-estrutura é outro exemplo palpável. Apesar da mudança de políticas do BM no sentido de diminuir a ênfase na construção escolar dentro das políticas educativas, ela continua sendo um componente importante nas políticas educativas nacionais de muitos países e inclusive em boa parte dos projetos de melhoria da qualidade financiados pelo BM. Não é raro encontrar que a distribuição dos montantes e das prioridades continua correspondendo, nesta ordem, a: 1) construção escolar, 2) textos e materiais escolares, e 3) capacitação docente” (TORRES, 1998, p. 184).

equipamentos de informática e mobiliário; e aquisição de livros didáticos (NOGUEIRA, FIGUEIREDO, DEITOS, 1995, p. 190).

Diante da situação em que se encontram os países que têm adotado as reformas neoliberais como meio de confrontar a crise pela qual passam, a qual se manifesta, também, nas altas taxas de desemprego em que se encontram, afirma-se que apelar para a educação como meio de resolver o problema do desemprego seria jogar a culpa pela situação do desemprego, nos próprios trabalhadores:

[...] acredita-se que o destaque dado a Educação, principalmente nos anos 90, estaria sendo outro **instrumento político-ideológico** utilizado por esse organismo para legitimar a situação de exclusão e concentração provocadas, provavelmente, pela adoção do pacote de reformas estruturais [...] de cunho neoliberal, imposto pelo Banco Mundial, nestas duas últimas décadas, [...] ⁶² (BRITO, 2002, p. 83 e p.84, grifo nosso).

O fato de os países do mundo, prestatários do Banco Mundial, acatarem as recomendações do Banco, mostra que “hoje em dia em muitas áreas da política desenvolvimental, o Banco Mundial tem tido um papel cada vez mais influente na elaboração das políticas educacionais de governos de países em desenvolvimento [...]” (BENNEL, 1996, p. 114). Como foi mostrado no Capítulo I, o Banco faz uso das chamadas “taxas de retorno”, que são os benefícios advindos do investimento em educação para o indivíduo e a nação em que ele se encontra. No caso do indivíduo, ele irá auferir renda, permitindo que a nação obtenha crescimento e desenvolvimento econômico. Segundo Bennel, contudo, o Banco não leva em consideração algumas variáveis em suas taxas de retorno:

[...] as rendas salariais dos indivíduos que trabalham no setor formal são geralmente tomadas como o indicador de benefícios oriundos dos investimentos educacionais. Entretanto, na grande maioria dos países em desenvolvimento de renda baixa, e até de renda média, só uma pequena proporção da população economicamente ativa se encontra em emprego assalariado. A maioria está engajada na produção doméstica nas áreas rurais, onde, tipicamente, a renda *per capita* é muito menor do que os níveis dos setores formais de renda. Então, usar a renda salarial da pequena maioria dos egressos das escolas que conseguem encontrar um emprego adequado no setor formal poderia seriamente desviar as ROREs ⁶³ para cima (*Id., Ibid.*, p. 118).

Diante dessa informação, tornam-se contestáveis as afirmações do Banco sobre o retorno advindo de investimento em educação e, por conseguinte, abre-se espaço para a

⁶² E o autor continua: Não se está dizendo aqui que a formação, a qualificação e a educação de um modo geral não sejam essenciais ao desenvolvimento econômico. O que se critica é o engodo (ideológico) fomentado pelos organismos multilaterais de que a crise estrutural do desemprego, da alarmante desigualdade de renda e da galopante diferenciação entre os países ricos e pobres sejam consequência da disparidade entre o padrão tecnológico e de formação educacional existente, como se as vítimas desse processo implacável de mundialização fosse algozes de si mesmas (BRITO, 2002, p. 92).

⁶³ ROREs – refere-se as taxas de retorno obtidas em auferir renda no mercado de trabalho devido ao investimento em educação

observação de que mesmo educação fornecendo renda para o indivíduo; qual seria a necessidade de se investir na educação fundamental? O que permite a realização das seguintes observações:

[...] queremos formular a questão seguinte: Se a ênfase na educação básica para os países periféricos não teria o significado também de consolidar uma economia de mão-de-obra barata global para a qual esse nível de escolaridade seria suficiente? Essa questão é formulada com base numa análise já mencionada neste trabalho, de que, na nova divisão internacional do trabalho [...] o Banco desempenha um papel fundamental, **não apenas pela questão de idéias** [...] (MARTINS, 2000, p. 180 e p.181, grifo nosso).

Neste tópico (3.1) foi possível apreender os textos de vários autores que tratam da temática Banco Mundial e seus projetos. Esses autores trazem em seus textos explicações sobre os determinantes da existência do Banco Mundial e dos projetos financiados por essa instituição. No tópico (3.3) iremos enquadrar os textos desses autores segundo o que nos é apresentado por Marx em seu Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

Mas, antes de analisarmos a exposição dos autores que discutem o Banco Mundial e seus projetos, confrontemos as teses do Banco Mundial sobre educação com os dados econômicos do Brasil e Mato Grosso do Sul.

3.2 A Educação e Mercado de Trabalho no Brasil

A tese defendida pelo Banco Mundial, como pode ser visto no Capítulo I, é de que a educação constitui-se em um fator que permite a força de trabalho auferir renda e emprego, mas para Pochmann a tese de que a educação é a responsável por mudar a situação do mercado de trabalho constitui-se em uma “falácia”⁶⁴ (POCHMANN, 2002, p. 78).

O ensino fundamental, constituído de oito anos, que na terminologia do Banco Mundial é denominado de ensino primário, foi o único nível de ensino contemplado com empréstimos do Banco Mundial, no Brasil, e para vários países do mundo. O Brasil, durante a década de noventa foi um dos maiores tomadores de empréstimo para esse setor, em relação aos outros países e em relação aos seus próprios empréstimos. E, para o Banco Mundial, as pessoas que possuíssem esse nível de ensino seriam responsáveis por aumentar a produtividade de seu trabalho e, por conseguinte, auferir renda, no entanto, isso não tem se constituído realidade no Brasil.

⁶⁴ Tal “falácia” é reforçada por Dedecca: “Apesar de elevada escolarização dos jovens, observa-se que estes encontram poucas oportunidades de inserção na vida produtiva, contrariando os argumentos de que a nova organização produtiva criaria uma demanda por trabalhadores melhor educados” (DEDECCA, 1997, p. 71).

[...] no Brasil tem sido justamente os trabalhadores com maior escolaridade os mais atingidos pelo desemprego. Nos anos 90, por exemplo, o desemprego para pessoas com mais de oito anos de instrução subiu de 620%, enquanto para pessoas com menos de um ano o aumento foi de 189% (POCHMANN, 2002, p. 79).

E, para aqueles que conseguem um lugar no mercado de trabalho, devido ao fato de possuir escolaridade, isso se dá devido à concorrência que existe nesse mercado em que a oferta de força de trabalho é muito superior à demanda das empresas. Nesse sentido, pessoas de baixa escolaridade são substituídas por pessoas de maior escolaridade, tão somente devido à atitude arbitrária do demandante (empresa) em elevar os requisitos educacionais, devido a concorrência.

[...] observa-se que diante da piora no funcionamento do mercado de trabalho nos anos 90, [...] a elevação do nível educacional vem ocorrendo com a manutenção ou até ampliação das diferenças de rendimentos. Tudo isso estaria simultaneamente ocorrendo diante da abertura de postos de trabalho em bem menor quantidade do que a oferta de mão-de-obra, permitindo que as empresas elevem os requisitos contratuais e substituam os trabalhadores com menor escolaridade pelo de maior tempo de estudo (*Id., Ibid., p. 79*).

O fato de que haja uma oferta de força de trabalho, superior a demanda por força de trabalho, pode ser explicado, não somente pelo fato de que haja dificuldades econômicas, mas também pela busca de se aumentar a eficiência e eficácia de produção das empresas, ou seja, ao produzir mais e melhor com menos recursos, quando operam dessa forma, as empresas dispensam força de trabalho, pois a “existência de elevadas taxas de desemprego indica que as empresas têm procurado ampliar sua capacidade de produção [...] mediante a implantação de máquinas e equipamentos mais sofisticados, muitas vezes poupadores de mão-de-obra” (REGO, MARQUES, 2005, p. 271).

Foi possível perceber que o Brasil destacou-se na tomada de empréstimos do Bird para a educação, estando em primeiro, segundo ou terceiro lugar no *ranking* de países prestatários. Mas não é somente esse o *ranking* que ocupa em nível internacional, como pode perceber: “Sem paralelo com qualquer outro período histórico, o desemprego alcança quantidade expressiva de trabalhadores brasileiros. Em 2000, por exemplo, o país foi o segundo no mundo na hierarquia mundial do desemprego” (POCHMANN, *op. cit.*, p. 85).

Alcançar a universalização da educação é uma meta que o Brasil tem buscado, e segundo o Banco Mundial, isso seria um passo para se alcançar o crescimento e desenvolvimento econômico; mas não é isso que os dados estatísticos mostram:

A pesquisa do IBGE também permite constatar que, entre 1995 e 1999, a quantidade de brasileiros com escolaridade abaixo de três anos foi reduzida em 6,7%, enquanto o volume de pessoas com mais de 11 anos de escolaridade aumentou 32,8%. Apesar da nítida melhora no nível educacional da população, não houve, paralelamente, impacto sensível no nível ocupacional do país (*Id., Ibid., p. 87*).

O objetivo do Banco Mundial é reduzir a pobreza por meio da educação, e por isso seus projetos se concentram em regiões pobres, em países pobres. No caso do Brasil, o projeto Fundescola encontra-se nas Regiões, economicamente desfavorecidas, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde o ensino fundamental não tem alcançado a todos, e isso seria a causa da baixa produtividade do trabalho dessas pessoas e, por conseguinte, da pobreza da região onde está inserida. Mas os dados da Tabela 39 mostram que em regiões ricas como o Sudeste do Brasil, no Estado de São Paulo, por exemplo, o desemprego se alastra, portanto, o desemprego não escolhe regiões ricas ou pobres, indivíduos mais educados ou menos educados.

Mas nas duas últimas décadas do século 20 [...] não são mais fontes exclusivas de pobreza a migração, o envelhecimento e a baixa escolaridade. Pelo contrário, são os jovens, com maior escolaridade e nascidos nas regiões mais ricas do Brasil, que passaram a formar parte significativa dos pobres desde as últimas duas décadas do século 20 (POCHMANN, 2002, p. 102).

Tabela 39 – Brasil e Região Metropolitana de São Paulo (RMSP): Taxa de desemprego

Média Anual	Taxa de desemprego aberto – Brasil (a)	Taxa de desemprego total – RMSP (b)	Taxa de desemprego aberto – RMSP (c)
1989	3,4	8,7	6,5
1990	4,3	10,0	7,2
1991	4,8	11,7	8,0
1992	5,7	15,2	9,2
1993	5,3	14,7	8,7
1994	5,1	14,2	8,9
1995	4,7	13,2	9,0
1996	5,4	15,0	9,9
1997	5,7	15,7	10,2
1998	7,6	18,2	11,7
1999	7,6	19,3	12,1
2000	7,1	17,6	11,0
2001	6,2	17,6	11,3
2002	6,44	19,0	12,1
2003	7,03	19,9	12,8

Fontes: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. Economia Brasileira. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Apud: (a) IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Disponível em: www.ibge.gov.br (b) e (c) Seade / Dieese. Disponível em: www.seade.gov.br.

O Estado de Mato Grosso do Sul também convive com o aumento do desemprego, como pode ser visto na citação seguinte, extraída do documento intitulado Diagnóstico Sócio Econômico de Mato Grosso do Sul, produzido pela Secretaria de Estado de Planejamento de MS:

No período 1990-1994, como reflexo do processo recessivo, perderam-se no Estado 7.440 empregos (410.924 admitidos contra 417.518 demitidos), com maior concentração no comércio, construção civil, serviços e indústria de transformação. Já entre 1995-1998, as demissões continuaram aceleradas, tendo sido desligados, nos primeiros dois anos, 16.858 trabalhadores mais que as contratações, refletindo as

dificuldades vividas por alguns setores que tiveram de adotar políticas de ajustes diante de uma conjuntura globalizada e a estabilização da economia, atingindo principalmente as áreas de serviços, comércio e construção civil. Apesar de ter mostrado sinal de recuperação em 1997, não é confirmada essa mesma tendência em 1998, apresentando um saldo negativo de 4.076 demissões a mais em relação às contratações, contribuindo principalmente a queda da oferta de emprego no setor de serviços, comércio e administração pública, [...] (SEPLANCT/MS, 2004, p. 28).

O desemprego não é somente fruto de uma economia recessiva ou de uma estabilização econômica, como afirmado na citação acima, mas o próprio investimento nas indústrias de MS, em cada ano que se passa, mostra que a indústria necessita de cada vez menos trabalhadores, como pode se visto na Tabela 40 e Figura 14.

Tabela 40 – MS: Plantas Industriais no Estado de Mato Grosso do Sul que contaram com o apoio do Conselho de Desenvolvimento Industrial /CDI – 1999 a 2002

Ano	Quantidade de Indústrias	Quantidade de Empregos Gerados	Investimentos	Empregados por Indústria	Investimento por empregado
1999	55	5.469	198.382.495,56	99,44	36.274,00
2000	71	5.590	220.761.774,16	78,73	39.492,27
2001	32	2.558	84.706.040,86	79,94	33.114,17
2002	28	1.524	63.967.188,55	54,43	41.973,22

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. Diagnóstico Sócio Econômico de Mato Grosso do Sul. SEPLANCT: MS, 2004. p. 62 e 63

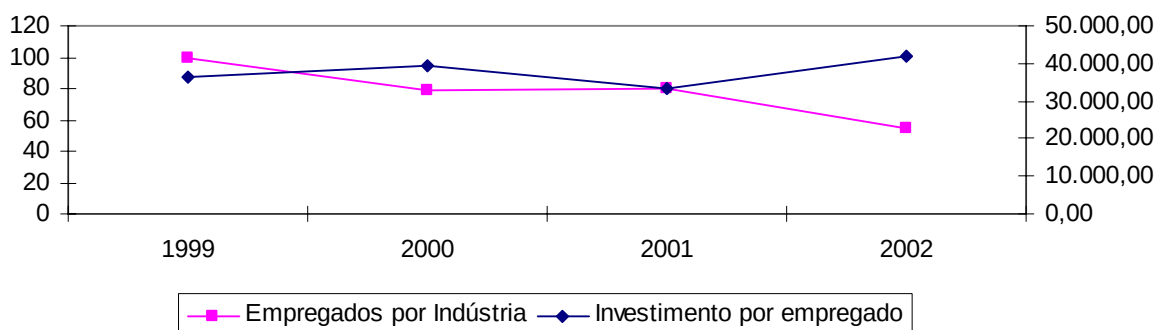


Figura 14 – Número de Empregados por Indústria de Mato Grosso do Sul e de Investimento por Empregado na Indústria de Mato Grosso do Sul no período de 1999 a 2002

Fonte: Dados tabulados e calculados pelo autor a partir das informações disponíveis em: MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico Sócio Econômico de Mato Grosso do Sul**. SEPLANCT: MS, 2004. p. 62 e 63

Os dados disponíveis na Tabela 40 e na Figura 14, não estão condizentes com outra tese do Banco Mundial, a de que a modernização tecnológica das novas indústrias, que estão sendo implantadas ou expandidas, demandaria trabalhadores. Os dados mostram que mais investimento significa que haverá excesso de oferta de força de trabalho, e não demanda.

Percebe-se então que o ensino fundamental financiado e recomendado pelo Banco Mundial não tem alcançado os resultados indicados por essa instituição, como um lugar no mercado de trabalho para o indivíduo e, por conseguinte, o crescimento e desenvolvimento

econômico. De outro modo, na década de noventa, o Brasil tomou significativos empréstimos para o setor educação, em relação a outros empréstimos, e em relação aos empréstimos de educação realizados por outros países. No entanto, sua posição no mundo tem se destacado, não somente pela tomada de empréstimos para o setor educação, mas também, por ocupar um *ranking* de destaque entre os maiores países de desempregados do mundo, segundo lugar em 2000.

E, tal aumento vertiginoso do número de desempregados, como expressão da situação do país, colabora para que os empréstimos tomados ao Banco estejam voltados para a assistência a essa população, sem lugar no mercado de trabalho. Como pode ser observado na Tabela 41, os empréstimos realizados pelo Brasil têm dado importância à participação da educação, principalmente na década de noventa e no ano de 1999, quando ocorre a tomada de empréstimo para o Fundescola II. Os dois maiores empréstimos realizados em 1999 referem-se ao setor social e ao setor de saúde, nutrição e população: a demanda por esses setores expressa a situação de miserabilidade que enfrenta o Brasil.

Tabela 41 – BRASIL: Porcentagem da participação dos setores financiados pelo Bird para o Brasil nos anos de 1971, 1975, 1977, 1980, 1984, 1985, 1987, 1991, 1993, 1994, 1998 e 1999

1999							
Setor Social	Saúde, nutr. e população		Educação	Transporte	Agricultura		Ambiente
59,91%	15,72%		11,98%	8,90%	2,61%		0,89%
1998							
Adm. Pública	Ambiente	Transp.	Educação	Agricultura	Água	Energia	Finanças
26,28%	15,39%	14,28%	13,45%	12,06%	9,27	8,04	1,24%
1994							
Educação	Transporte	Saúde, nutr. e população		Suprim. De Água		Desen. Urbano	
39,82%	19,36%	14,08%		13,55%		13,20%	
1993							
Suprimento de Água		Educação	Desenvolvimento Urbano			Transporte	
44,96%		27,23%	16,51%			11,30%	
1991							
Educação		Finanças			Energia		
41,36%		31,41%			27,23%		
1987							
Agricultura	Transporte	Desenvolvimento Urbano		Educação		Finanças	
52,56%	21,72%	15,85%		5,91%		3,96%	

1985						
Energia	Empreendimentos	Agricultura	Transporte	Educação	Suprim. de Água	
46,75%	19,70%	14,62%	13,13%	4,73%	1,07%	
1984						
Energia	Agricultura	Empreendimento	Transporte	Educação	Saúde	Desen. Urbano
29,51%	24,85%	21,94%	13,09%	3,74%	3,58%	3,28%
1980						
Suprimento de Água		Transporte	Energia	Agricultura	Finanças	Educação
38,71%		22,88%	16,40	9,06%	8,35%	4,60%
1977						
Indústria		Agricultura		Energia	Educação	
37,92%		32,47%		21,30%	8,31%	
1975						
Transporte		Indústria		Educação	Agricultura	
66,82%		22,27%		5,51%	5,39%	
1971						
Suprimento de Água		Energia		Transporte	Educação	
74,99%		14,19%		9,12%	1,70%	

Fonte: WORLD BANK. **Annual Report.** 1971, 1975, 1977, 1980, 1984, 1985, 1987, 1991, 1993, 1994, 1998 e 1999.

3.3 Discussão sobre o enfoque dos autores que estudaram o Banco Mundial

No tópico 3.1 foi possível identificar a forma como o Banco Mundial atuou em cada década, segundo autores que tem tal instituição como seu objeto de estudo. Foi possível visualizar a posição de autores como Leher (1998, 2001), Silva (2000, 2002a, 2002b, 2003), Fonseca (1995, 1998, 2001) e Nogueira (1999) em relação a atuação do Banco Mundial nas décadas de sessenta, setenta e oitenta. E na década de noventa, confrontaram-se as teses do Banco Mundial sobre a educação, com os dados econômicos do Brasil e Mato Grosso do Sul.

Pode-se agrupar os autores que estudaram o Banco Mundial, e seus projetos no Brasil, em dois ramos: um grupo inclui autores que tratam o Banco Mundial segundo a atuação ideológica dessa instituição; e o outro grupo considera-o no movimento do mercado financeiro.

A fim de relacionarmos os trabalhos e teses desses autores com os dados e informações sobre o Fundescola I e II, recorreremos ao trabalho de Marx, que diz:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto

destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 1983a, p. 24).

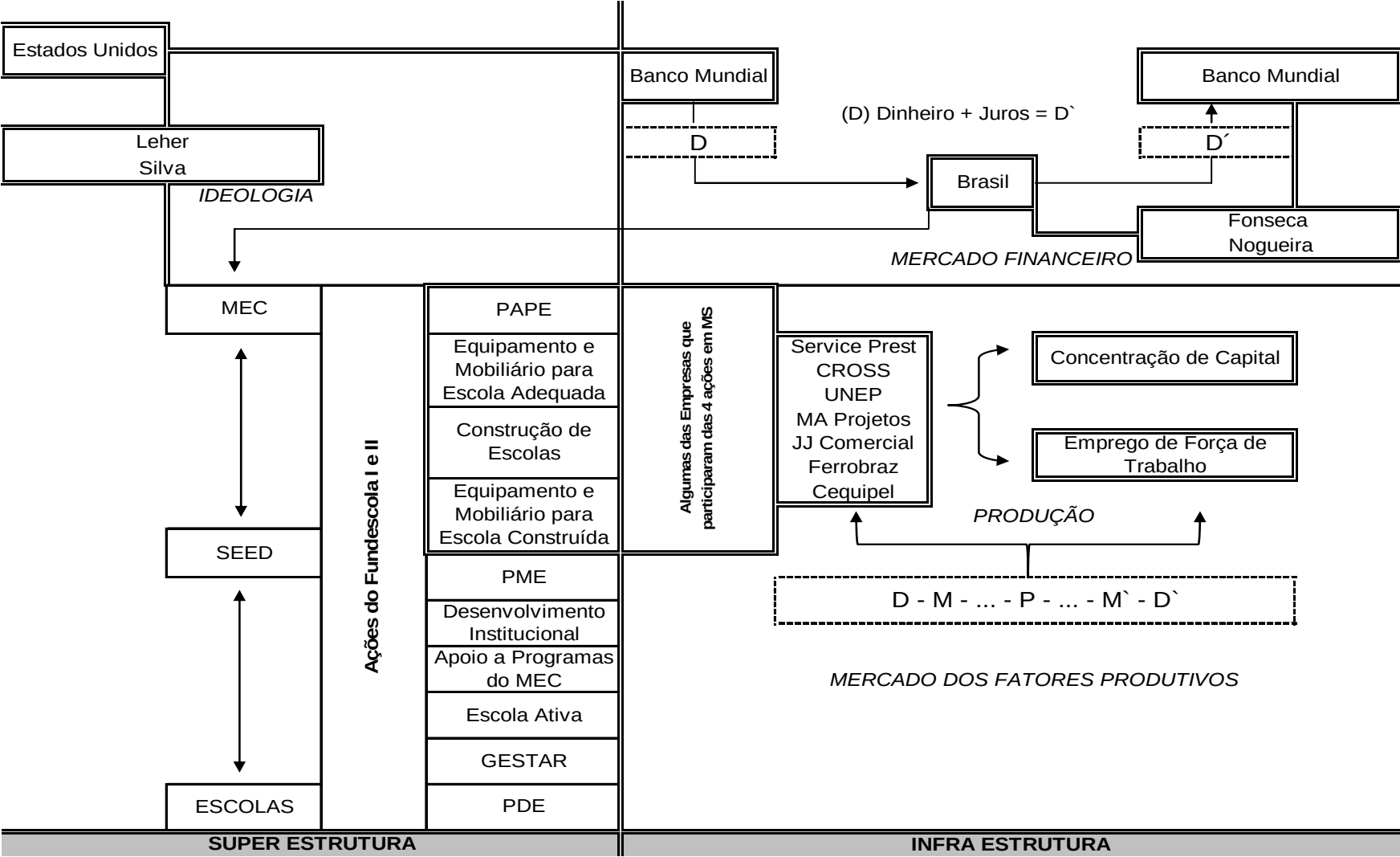
Da citação acima sublinhamos que as análises de Leher (1998, 2001) e Silva (2000, 2002a, 2002b, 2003) são limitadas na medida em que destacam apenas elementos da super estrutura, ignorando o movimento da base material.

Na história existente até aqui é certamente um fato empírico que os indivíduos singulares com a extensão da atividade para uma atividade histórico mundial, tornam-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (uma pressão que representavam com uma travessura do assim chamado espírito universal etc.), um poder que se torna cada vez maior e que se releva, em última instância, como **mercado mundial**. (MARX, 1993, p. 54, grifo no original).

Haja vista que a discussão estabelecida por Leher (1998, 2001), como pôde ser averiguado, está pautada na explicação de que a função do Banco Mundial é estritamente ideológica, ou seja, é entendido como o divulgador de “teses norte-americanas”, como a do capital humano. Ao passo que Silva (2000, 2002a, 2002b, 2003) irá abordar, não somente a atuação do Banco Mundial, como interventor na formulação de políticas educacionais para os países do Terceiro Mundo, como também estudou que além da intervenção existe o consentimento do MEC, SEED e demais instituições responsáveis pela educação, em aceitar tal intervenção.

Nossa afirmação acerca do limite das teses de Leher e Silva está fundada na relação entre super estrutura e infra estrutura apresentada por Marx. O quadro 3 é uma tentativa de mostrar a relação entre super e intra estrutura e ao mesmo tempo situar os estudos dos, já amplamente conhecidos, pesquisadores.

Quadro 3 – Interpretação do Fundescola a partir da Infra e Superestrutura em Marx



Fonte: Quadro montado a partir de Marx (1983a, p.24) e documentos do Fundescola I e II.

Fica evidente que Leher (1998, 2001) e Silva (2000, 2002a, 2002b, 2003) tratam o Banco Mundial como um poder estranho, mas não chegam a entendê-lo em sua “última instância” [veja citação que extraímos de Marx (1993, p. 120)], ou seja, como componente do mercado mundial.

Na superfície da infra estrutura, ou seja, na superfície do mercado, temos os trabalhos de Nogueira (1999) e Fonseca (1995, 1998, 2001). Nogueira (1999) entende, conforme citações anteriores, que a ajuda externa para a educação, para o Brasil, ao ser transferida da Usaid, para o Banco Mundial, levou a um encarecimento dos empréstimos que se enquadrariam nas regras estabelecidas pelo mercado financeiro. Por conseguinte, Fonseca ao estudar os projetos de educação financiados pelo Banco Mundial nas décadas de setenta e oitenta, afirma que tais projetos não lograram os objetivos previstos e que assim a função do Banco Mundial seria limitada a de servir de instrumento para subordinar os países do Terceiro Mundo aos países do Primeiro Mundo por meio do endividamento externo.

Podemos afirmar que, se de um lado o empréstimo é custoso para o país que o utiliza (país devedor), da mesma forma, de outro lado, é rentável para aquele que o empresta. Nesse sentido temos que a atuação do Banco Mundial em obter rendimentos (juros) de seus recursos, não se diferencia de uma empresa multinacional, que também busca auferir rendimentos (lucros) de seus recursos. De acordo com essa perspectiva podemos destacar o seguinte ponto: “Ao lado das corporações transnacionais, ainda que de maneira independente, como algumas vezes divergentes e outras convergentes, atuam o FMI, o Bird e a OMC [...] santíssima trindade do capitalismo global”⁵⁷ (IANNI, 1999, p. 108-109). E pode-se expressar a atuação do Banco Mundial, como se segue:

Retém e concebe empréstimos, como o faria qualquer bom banqueiro, de acordo com sua própria opinião sobre a confiabilidade de quem lhe pede emprestado. [...] no sentido de melhorar o clima para investimento privado, o Banco Mundial serve, também imperturbavelmente, de condutor do movimento de capital privado, dirigindo-o às mais rendosas aplicações reveladas durante as negociações com os solicitadores de empréstimo (MAGDOFF, 1978, p.160-161).

Além das características comuns entre o Banco Mundial e as empresas transnacionais como atuar em vários países e buscar rendimentos para seus recursos, podemos fazer o seguinte paralelo:

É importante ter em mente que praticamente todas as multinacionais são de fato organizações nacionais que funcionam em escola global. Não estamos negando que o capitalismo seja, e sempre foi, desde o início, um sistema mundial, nem que tal sistema tenha se tornado mais integrado por ação das multinacionais. Contudo,

⁵⁷ Ver também MÉSZÁROS (2005, p. 49-50)

assim como é essencial compreender e analisar o capitalismo como sistema mundial, é igualmente necessário admitir que cada empresa capitalista se relaciona ao sistema multinacional por intermédio do Estado-nação e, **em última análise, dele depende.** (MAGDOFF, 1978, p. 183, *Apud.*, MÉSZÁROS, 2002, p.229, grifo nosso)

Por meio da última parte da citação (em negrito), compreendemos que em contraposição de Fonseca e Nogueira que vêem o Banco Mundial como um agente que subordina o Estado-nação, é necessário ressaltar que, em “última análise”, o Banco Mundial necessita do Estado-nação para auferir seus rendimentos decorrentes do mercado financeiro. Outras características sobre o paralelo do Banco Mundial com corporações multinacionais ou empresas gigantescas são apresentadas assim:

[...] o desenvolvimento das corporações multinacionais é meramente a última emanção da infatigável acumulação de capital e do impulso inato em direção a uma maior concentração e centralização do capital. [...] qualquer sucesso do governo resulta da manutenção ou restauração da economia por meio da promoção do poder de empresas gigantescas, pois sem a prosperidade dessas empresas a economia só pode ir ladeira abaixo. As razões básicas para a impotência dos governos em manter suas economias num barco flutuando com uniformidade serão encontradas nos limites das contradições do capitalismo monopolista. Em outras palavras, os problemas não surgem dos males das multinacionais ou da presumida redução da soberania dos Estados-nações industrializados e avançados; **os problemas são inerentes à natureza de uma sociedade capitalista** (MAGDOFF, 1978, p. 187-188, *Apud.*, MÉSZÁROS, 2002, p.229, grifo nosso).

Assim, os supostos problemas da educação, ou melhor, dos programas educacionais financiados pelo Banco Mundial apontados por Nogueira e Fonseca, deveriam ser entendidos, não somente pela ótica da efetividade dos programas, mas da perspectiva da sociedade capitalista produtora de mercadorias em que, segundo Marx, “à medida que se desenvolve a produção capitalista, a escala de produção [...]” é determinada

[...] pelo impulso de valorizar seu capital e pela necessidade de tornar seu processo de produção contínuo e expandi-lo. Dê-se modo, cresce necessariamente, para cada ramo de produção, a massa de produtos que se encontra como mercadoria no mercado ou procura escoamento; aumenta a massa de capital que se fixa sob a forma de capital – mercadoria [...] (MARX, 1983b, p. 147).

Para explicar a citação de Marx recorreremos ao Quadro 3, mas especificamente o processo $D - M - \dots - P - \dots - M' - D'$, em que D é o capital dinheiro empregado para comprar M, no qual Marx engloba Ft – Força de Trabalho e Mp – Meios de Produção (Matéria-prima, Máquinas e Equipamentos) que após o processo de produção – P – irá fornecer M' (mercadoria) que neste trabalho encontramos nos bens e serviços fornecidos pelas empresas que atendem as ações do Fundescola como: Pape, Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, Construção de Escolas e Equipamento e Mobiliário para Escola Construída.

E, por último, temos D' que nesse caso seria o recurso do Bird destinado para realização, ou melhor, aquisição dos bens e serviços das quatro ações do Fundescola.

Nesse sentido temos que o recurso oriundo do Bird, o qual denominamos de D' permite não somente a realização da mercadoria, ou seja, sua venda no mercado $M' - D'$. Mas também permite a reprodução do processo de produção, uma vez no momento em que a empresa vendeu M' e adquiriu D' , pode agora iniciar um novo ciclo onde pode colocar D' na posição de D , e assim teremos $D - M - \dots - P - \dots$ - no qual o recurso D que antes era D' irá permitir a compra de M (Força de Trabalho e de Meios de Produção), que por conseguinte levará ao processo de Produção - P - e novamente ao surgimento de M' , ou seja, do capital - mercadoria. Os dados levantados no trabalho permitiram averiguar que poucas empresas receberam a maior parte dos recursos das ações para a venda de bens e serviços - M' - em grande quantidade, o que, de acordo com Marx é característico do sistema de produção onde predomina o capital: “O modo de produção capitalista supõe produção em grande escala e necessariamente venda em grande escala, venda portanto ao comerciante e não ao consumidor isolado” (MARX, 1983b, p. 113).

No caso deste trabalho a venda não é ao consumidor isolado e nem ao comerciante, mas a venda em grande escala é realizada para o Estado. O Estado, por meio dos recursos emprestados do Bird permite a realização de M' , pois se isso não acontecesse a reprodução do processo de produção seria interrompida, como podemos perceber pela fala de Marx:

A grandeza do capital existente determina a magnitude do processo de produção, esta o montante capital-mercadoria e do capital-dinheiro, que funcionam juntamente com o processo de produção. Mas, a justaposição que constitui condição da continuidade da produção só existe em virtude do movimento das partes do capital que descrevem sucessivamente os diferentes estádios. Ela é apenas o resultado da seqüência, da sucessão. Se uma parte estaca em $M' - D'$, se a mercadoria é invendável, interrompesse o ciclo dessa parte [...]. Se isso se prolonga bastante, restringir-se-á a produção e todo o processo se deterá. Quando pára a seqüência, a sucessão, desorganiza-se a justaposição em todo o ciclo da parte do capital estorvada (*Id., Ibid., p. 106*).

A intervenção do Estado, por meio dos recursos emprestados do Bird permitiria não somente a realização de M' , e assim colaboraria para com a reprodução do modo de produção capitalista, nas palavras de um representante da classe burguesa, Lord Keynes: “a ampliação das funções do governo [...], eu a defendo, [...], como a único meio exeqüível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais [...]” (KEYNES, 1983, p. 256). Essas palavras foram pronunciadas referindo-se como forma de superar a crise de superprodução de 1929 quando o modo de produção capitalista entrou em crise devido a interrupção do estágio

$M' - D'$, ou seja, havia um excesso de M' (mercadorias) que não se realizavam, ou seja não eram vendidas no mercado.

Quando Marx escreve sobre o capitalismo, no século XIX, por meio de seu esquema de reprodução do capital já denotamos os aspectos intrínsecos das crises a que o capitalismo; quando a mercadoria se torna invendável. E quando Keynes escreve no século XX, também denota a questão das crises do capitalismo. Dessa forma, percebe-se que as crises do capitalismo acompanham seu desenvolvimento. Neste trabalho, não queremos passar a impressão de que políticas públicas, como no caso da educação, são as formas encontradas para impedir essas crises, pois tais acontecem com cada vez mais força. Mas quisemos mostrar a relação entre o Fundescola e a base material da sociedade capitalista.

3.4 Educação e o Mercado Escolar

Como já foi assinalado, o aumento da escolarização está acompanhado do aumento do número de desempregados, tanto no plano nacional quanto no plano estadual. Haja vista que os dados levantados neste trabalho não confirmam as teses sobre educação, sustentadas pelo Banco Mundial, as quais foram apresentadas no Capítulo I e início do Capítulo II.

Foi possível perceber que a educação não trouxe para o Brasil e Mato Grosso do Sul, os benefícios alardeados pelo Banco Mundial. No entanto, a demanda de bens e serviços para manter a educação gera a produção e circulação de um volume considerável de mercadorias e de empregos. Diante disso, a presente análise contemplou para a interpretação das informações referentes à produção e comercialização de bens e serviços escolares, a categoria mercado, como visto no tópico anterior. Um dos autores que trabalham com essa categoria, assim expressa a relação entre a educação e o mercado:

[...] não podemos desdenhar o impacto econômico imediato do sistema escolar ampliado. Não apenas o dilatamento do limite de escolaridade limita o aumento de desemprego reconhecido, como também fornece emprego para uma considerável massa de professores, administradores, trabalhadores em serviço etc. Ademais, a educação tornou-se uma área imensamente lucrativa de acumulação do capital para indústria de construção, para os fornecedores de todos os tipos e para uma multidão de empresas subsidiárias (BRAVERMAN, 1987, p.372).

Baseando-se na fala de Braverman, pode-se afirmar que sem a escola as taxas e o número de desempregados seriam maiores do que as apresentadas neste Capítulo. Pois aqueles que não conseguem um lugar no mercado de trabalho são abrigados por essa instituição (escola), seja na forma de alunos ou de empregados. Daí tem-se uma relação

educação e trabalho diferente daquela preconizada pelo Banco. Ou seja, a educação gera emprego, mas não na forma como o Banco apregoa.

Concordando com Braverman, temos que para Alves o aumento da escolarização gera o aumento desse mercado que atende o setor escolar e, portanto amplia os bens e serviços necessários para atender a clientela escolar: “[...] a expansão escolar produz necessidades que determinam a expansão da indústria de construção, da indústria de papel, da indústria editorial, da indústria de móveis, da indústria de lápis, de canetas, de cadernos, de borracha, etc [...]” (ALVES, 2001, p. 204- 205).

Consoante a tese de Braverman, sendo a escola um lócus de geração de emprego, Arruda, em pesquisa realizada em MS, aponta que o setor escolar tem incorporado profissionais de outras categorias profissionais: “[...] o setor educacional tem incorporado profissionais com outra formação que não a do magistério, por exemplo técnicos com ensino médio. Esse dado reforça a tese que aponta a escola como uma alternativa na geração de emprego [...]” (ARRUDA, 2001, p. 5).

Em outro trabalho, ao estudar o Programa de Transporte Escolar em MS, Arruda aponta a geração de empregos diretos, que consiste em motoristas de transporte escolar, e sobre empregos indiretos “como trabalhadores de oficinas mecânicas, autopeças, borracharias, postos de gasolina, empresas de seguro, indústrias de automóvel, concessionárias, órgãos de fiscalização, empresas especializadas em cursos de primeiros socorros, etc.”(ARRUDA, ALMEIDA, SOUZA, 2005a, p. 14)

Ao estudar o Programa Nacional de Merenda Escolar, Arruda (2005b, p.15-16) também detecta que as empresas fornecedoras de merenda escolar para as escolas municipais de MS, estão localizadas “no estado de Mato Grosso do Sul e nos estados de São Paulo, Paraíba, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Distrito Federal.” Para algumas dessas empresas a merenda escolar representa 8%, para outras 10%, e também de 25% a 30% das vendas em outras empresas. No que diz respeito a geração de emprego nas escolas municipais em 2003, teve-se o emprego de 34 artífices de copa e cozinha, 159 inspetores de aluno e 252 merendeiras. Já para as escolas estaduais o “verificou-se que, a maioria das escolas possuía 2 merendeiras (13 escolas). Se considerar o total de escolas da rede estadual – 77 – e duas merendeiras para cada escola poderá ser estimado o número de 154 merendeiras para a rede estadual” (ARRUDA, ALMEIDA, 2005b, p.18 e16)

Essa linha de pesquisa permite interpretar as ações do Fundescola I e II como um projeto que gera a produção e comercialização de bens e serviços para as escolas e, por conseguinte, gera emprego e renda para as pessoas que trabalham na produção desses bens e

serviços. Geração de empregos que é significativa, diante de uma economia cuja tendência é a de expulsar cada vez mais trabalhadores do processo de produção e comercialização. Mas que por sua vez permite a reprodução do modo capitalista de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível apreender no primeiro capítulo, o Banco Mundial tem-se apresentado, na década de noventa, como uma instituição que possui a missão de reduzir a pobreza no mundo e, para isso, colaboram todas as cinco instituições que o compõe, como também os projetos que são financiados por duas instituições, o Bird e a AID, projetos divididos por setores e redes temáticas, voltados para atingir tal missão do Banco Mundial. Nesse sentido, os projetos do Banco Mundial têm contemplado três setores, como aqueles que em todos os anos da década de noventa receberam altos recursos em relação a dezessete setores financiados. Estes setores são: agricultura, transporte e educação.

Das duas instituições que financiam para o setor da educação (Bird e AID) constatou-se que o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento é a instituição do Banco Mundial que mais fornece recursos para a educação. Dentre os países que tomam empréstimos do Bird, tem-se o Brasil como um dos maiores tomadores de empréstimo: nesse sentido, toda vez que o Brasil tomou empréstimos para educação na década de noventa, sua posição oscilou entre o primeiro e o terceiro lugar como maior tomador.

A intenção do Banco Mundial em investir na educação, como foi possível apreender, também no Capítulo I, conjuga-se com sua dita missão, pelo fato de acreditar que um indivíduo que obtenha educação, por conseguinte, acaba por obter renda, e por meio disso se reduz a pobreza.

No segundo capítulo pode-se apreender que os ideais de redução de pobreza, por meio do gasto em educação, arraigados na teoria do capital humano, estão presentes no Projeto Fundescola I (1998-2000) e Fundescola II (1999-2004), executados no Brasil com empréstimos que deveriam advir de cinquenta por cento do Bird e outros cinquenta por cento do Brasil. Os cinquenta por cento do Bird constituíram as ações do Projeto Fundescola.

Dentre as ações do Fundescola que mais receberam recursos tivemos aquelas que têm como objetivo prover as escolas com bens e serviços para seu funcionamento, como: conjunto mesa e cadeira para aluno e professor, ventiladores, armários, reformas de salas de aula e construção de escolas, por exemplo. Enquanto que as ações responsáveis pela gestão ou organização do funcionamento da escola foram as que receberam menos recursos.

Tomando o Estado de Mato Grosso do Sul como amostra, para o estudo de quatro ações do Fundescola, pode-se realizar uma série de constatações, por exemplo, que nas licitações para fornecer bens e serviços às escolas, existe uma concentração de recursos em poucas empresas.

A análise da ação Pape permite constatar que, nos anos em que essa ação foi implementada, seus recursos representaram em alguns municípios cem por cento dos recursos gastos na reforma das escolas estaduais. Também foi possível perceber, por meio de confronto de dados do IBGE com as informações cedidas pelas construtoras, que a geração de empregos advindas da aplicação de recursos na reforma de salas de aula em MS é maior que a média de empregos gerados na indústria de construção no Brasil.

Foi possível verificar que a ação Construção de Escolas concentra metade de seus recursos em uma única empresa, e que da mesma forma que o Pape, foi responsável pela geração de empregos em um número estimado maior do que a média de empregos a ser obtida pelo investimento do mesmo recurso na indústria da construção. A porcentagem que foi gasta por essa ação na construção de escolas estaduais, correspondeu de dez a setenta por cento do que foram gastos pela Secretaria de Estado de Educação na rede física das escolas estaduais, nos municípios de MS onde ocorreu a ação, somados os recursos da rede física de 1999 a 2004.

Quando analisamos a ação Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, foi possível contatar que a empresa que venceu a licitação para o fornecimento de conjunto de mesa e cadeira para aluno e professor, tal empresa concentrou mais de $\frac{3}{4}$ dos recursos da ação. Outra característica dessa ação é o fato de que nos três anos em que ocorreu teve-se que no primeiro ano a quantidade de carteiras adquiridas para as escolas estaduais de MS superou a média de conjunto aluno e professor (mesa e cadeira) adquiridas nos anos de 2004/2005 para todas as escolas estaduais de MS, e nos outros dois anos em que ocorreu a ação, o número de conjunto aluno e professor oscilou em torno da metade do número de carteiras adquiridas pela Secretaria de Estado de Educação de MS.

Quanto a geração de empregos, as empresas que participaram da ação Equipamento e Mobiliário para Escola Adequada, nos anos de 1999 e 2002, estavam localizadas em outros Estados, o que permitiu que a aquisição de carteiras para alunos em MS gerasse empregos em outros Estados.

Na ação Equipamento e Mobiliário para Escola Construída, ocorreu que as escolas construídas em MS receberam móveis e equipamentos, em sua maior parte, oriundos de outros Estados. E, como foi possível perceber pela fala de duas empresas, existe a exportação de móveis escolares não somente para MS, mas também para outros Estados do Brasil, o que remete a produção e venda em grande escala, característico do modo de produção capitalista.

No Capítulo III foi possível perceber que um conjunto de autores tem abordado a atuação do Banco Mundial, desde sua criação, até a década de noventa. Tais autores avaliam

que a atuação do Banco Mundial tem sido a de amparar os interesses do capital internacional. Vimos também, que as teses levantadas por esses autores não consideram o movimento da sociedade capitalista e sua relação com a infra-estrutura e super-estrutura.

Outra informação abordada nesse capítulo refere-se ao fato de que o Brasil e Mato Grosso do Sul, apresentam na década de noventa, um aumento nas taxas de escolarização; e concomitantemente um aumento nas taxas de desemprego. Esse fato contaria a tese a tese do Banco Mundial de que o aumento da escolarização deveria levar ao aumento da renda do indivíduo e, por conseguinte, ao crescimento e desenvolvimento econômico, assim os dados apresentados mostram que não são os ideais do Banco que se realizam.

A interlocução com autores que apreendem, de forma radical, as categorias da ciência da história, permitiu situar as ações do Banco Mundial como respostas às necessidades de produção e circulação de mercadorias.

Dessa forma, as ações do Banco e, por conseguinte, a produção e circulação de bens e serviços escolares, se não servem para que se atinjam os objetivos e ideais que o Banco Mundial anuncia, conseguem dar sustentação à concentração e expansão do capital das empresas que produzem e comercializam esses bens e serviços para as escolas, além de empregar força de trabalho e, por conseguinte, leva a reprodução do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos Oficiais:

BANCO MUNDIAL. **Informe Anual**. Washington, 1999.

_____. **Prioridades y estrategias para la educación – estudio sectorial del Banco Mundial**. Washington, 1996.

FNDE. Fundescola. Ministério da Educação. **Normas para o financiamento do FUNDESCOLA**. Brasília: FNDE, FUNDESCOLA/MEC, 2002.

FUNDESCOLA. Ministério da Educação. **Projeto Fundescola II**: Manual de operação e implementação do projeto – MOIP; orientações aos estados e municípios. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Projeto Fundescola I**: Manual de operação e implementação do projeto – MOIP; orientações aos estados e municípios. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 1998.

MATO GROSSO DO SUL. **Prestação de Contas referentes ao Convênio nº 846.359/03**. Campo Grande/MS: SEED, 2005.

_____. **Prestação de Contas referentes ao Convênio nº 95.412/99**. Campo Grande/MS: SEED, 2003.

_____. **Prestação de Contas referentes ao Convênio nº 93.927/01**. Campo Grande/MS: SEED, 2004.

WORLD BANK. **Annual Report**. Washington, 2000.

_____. **Annual Report**. Washington, 1999.

_____. **Annual Report**. Washington, 1998.

_____. **Annual Report**. Washington, 1997.

_____. **Annual Report**. Washington, 1996.

_____. **Annual Report**. Washington, 1995.

_____. **Annual Report**. Washington, 1994.

_____. **Annual Report**. Washington, 1993.

_____. **Annual Report**. Washington, 1992.

_____. **Annual Report**. Washington, 1991.

_____. **Annual Report.** Washington, 1990.

_____. **Annual Report.** Washington, 1987.

_____. **Annual Report.** Washington, 1985.

_____. **Annual Report.** Washington, 1984.

_____. **Annual Report.** Washington, 1980.

_____. **Annual Report.** Washington, 1977.

_____. **Annual Report.** Washington, 1975.

_____. **Annual Report.** Washington, 1971.

Dissertação e Teses:

AZEVEDO, Mario Luiz Neves. **A Universidade Argentina em tempos Menemistas (1989-1999):** Reformas, atores sociais e a influência do Banco Mundial. 287f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

CORBALÁN, Maria Alejandra. **A “intervenção branca” do Banco Mundial na Argentina (1990-1996).** 272f. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

CRUZ, Rosana Evangelista. **Banco Mundial e Política Educacional:** o Projeto Nordeste para Educação Básica e seus desdobramentos no Piauí. 300f. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização:** a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza”. 267f. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

MARTINS, Sonia Regina. **Banco Mundial:** um sonho de um mundo livre de pobreza? 168f. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

SABBI, Volmir. **A influência da ideologia do Banco Mundial nas políticas educacionais do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.** 158f. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”. Marília, 2000.

ZANARDI, Isaura Mônica Souza. **A gestão compartilhada implementada no Estado do Paraná e as orientações do Banco Mundial (1995 – 2000).** 116f. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2001.

Livros e Periódicos:

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande/MS: Editora da UFMS; Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

ARRUDA, E.E. Expansão escolar garante empregabilidade. In: V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “ História, Sociedade e Educação no Brasil, 2001, UNICAMP/Campinas-SP. **Anais...** CAMPINAS:Unicamp,2001.

_____; ALMEIDA, C. M. Estudo preliminar do Serviço de Transporte Escolar em Mato Grosso do Sul (1999-2004). In: VI Jornada Nacional do HISTEDBR- Reconstrução Histórica das Instituições escolares no Brasil, 2005, Ponta Grossa. **Anais** da VI Jornada do HISTEDBR- Reconstrução Histórica da Instituições escolares no Brasil, 2005a.

_____; _____. Merenda Escolar e consumo de mercadorias: análise da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Campo Grande-MS no período de 2000-2003.. In: V Jornada do HISTEDBR. Instituições escolares Brasileiras, História , Historiografia e práticas, 2005, Sorocaba. **Anais** da V Jornada do HISTEDBR, 2005b.

BENNEL, Paul. Uso e abuso das taxas de retorno: Uma crítica à revisão do setor educacional. **Educação e Sociedade**: nº 54, p. 114 – p.140. Campinas (SP), janeiro de 1996.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital monopolista**- a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 3ª ed.,1987.

BRITO, Alexandre Souza. O crescente interesse do Banco Mundial pela educação no Brasil: razões explicativas. **Universidade e Sociedade**: nº 26, p.83 – p.96. Brasília (DF), fevereiro de 2002.

CALAMITA, Umberto. O Banco Mundial. **Universidade e Sociedade**: nº 31, p.80 – p.87. Brasília (DF), outubro de 2003.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **Crise e Trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado? 2. edição. São Paulo: Scritta, 1997.

DEITOS, Roberto Antonio. **Ensino Médio e Profissional e seus vínculos com BID/BIRD: os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional**. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2000.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a Educação: Reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTIL, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 9ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

_____. O financiamento do Banco Mundial e a educação brasileira: 20 anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2ª ed. São Paulo/SP: Cortez, 1998.

_____. O Banco Mundial e a justiça social no terceiro mundo. **Universidade e Sociedade:** s/n, p. 14-20. Brasília (DF), fevereiro de 2001.

GENTIL, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. 9ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

GOMES, José Menezes. A trajetória do FMI e do Banco Mundial e suas relações com o Brasil. **Universidade e Sociedade:** nº 31, p.32 – p.49. Brasília (DF), outubro de 2003.

GUESSER, Adalto Herculano. Bancos Multilaterais: inteligência artificial e reformas neoliberais. **Universidade e Sociedade:** nº31, p.50 – p.59. Brasília (DF), outubro de 2003.

IANNI, Octávio. **A era da globalismo.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LEHER, Roberto. Unesco, Banco Mundial e educação dos países periféricos. **Universidade e Sociedade:** nº 25, p. 45-54. Brasília (DF), dezembro de 2001.

MAGDOFF, Harry. **Imperialism: From the Colonial Age to the Present.** Nova York, Monthly Review Press, 1978,

_____. **A era do imperialismo:** A economia da política externa dos Estados Unidos. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983a.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro Segundo: o processo de circulação do capital. Volume III. 4ª edição. São Paulo: DIFEL, 1983b.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feuerbach). 9ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Ajuda Externa para Educação Brasileira:** da USAID ao Banco Mundial. Cascavel/PR: UNIOESTE, 1999.

_____; FIGUEIREDO, Marilene Zago; DEITOS, Roberto Antonio. A implementação de políticas para o ensino fundamental, médio e profissional no Paraná no anos 90: O PQE/PROEM e as orientações do BIRD/BID. In: GENTIL, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. 9ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

POCHMANN, Marcio. **@-trabalho.** São Paulo: Publisher Brasil, 2002.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Economia Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SGUISSARDI, Valdemar. O Banco Mundial e a Educação Superior: revisando teses e posições. **Universidade e Sociedade**, s/n, p. 66 – p.76. Brasília (DF), novembro de 2000.

SILVA, Maria Abadia. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Cadernos CEDES**: v. 23, nº 61, p.283 – p.301, Campinas (SP), dezembro de 2003.

_____. **Intervenção e Consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: FAPESP/Autores Associados, 2002a.

_____. O Banco Mundial e a política de privatização da educação brasileira. **Série Estudos** - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB: nº 13, p. 97 – p.112. Campo Grande (MS), janeiro/junho de 2002b.

_____; MONLEVADE, José. **Quem manda na educação no Brasil?** Brasília: Idea, 2000.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2ª ed. São Paulo/SP: Cortez, 1998.

SOUZA, Maria Inez Salgado. Política Educacional e Ajuda Externa. **Em Aberto**: ano 10, nº 50/51, p.42 – p.49. Brasília (DF), abril/setembro de 1992.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2ª ed. São Paulo/SP: Cortez, 1998.

TOMMASI, Livia de; Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação. TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2ª ed. São Paulo/SP: Cortez, 1998.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2ª ed. São Paulo/SP: Cortez, 1998.

Informações obtidas por meio eletrônico:

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 04/10/2005.

FUNDESCOLA. Banco de Dados DW – FUNDESCOLA – PTA. Recebido por e-mail < giovanesilveira@yahoo.com.br > em: 12/05/2005.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em < <http://www.fnde.gov.br> > Acesso em: 13/11/2003.

SEED. Rede Física das Escolas Estaduais de Mato Grosso do Sul. Recebido por e-mail <giovanesilveira@yahoo.com.br> em: 21/11/2005.

IBGE. Pesquisa Industrial. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 16/01/2005.

IBGE. Pesquisa da Indústria da Construção. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 16/01/2005.